

DOUGLAS ORESTES FRANZEN

(ORGANIZADOR)

200 ANOS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ

DEBATES CONTEMPORÂNEOS

VOLUME I



EDITORA
SCHREIBEN

DOUGLAS ORESTES FRANZEN
(ORGANIZADOR)

**200 ANOS
DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ:**



DEBATES CONTEMPORÂNEOS

VOLUME I


EDITORA
SCHREIBEN
2024

© Douglas Orestes Franzen - 2024
Editoração e capa: Schreiben
Imagem da capa: vecstock - Freepik.com
Revisão ortográfica/gramatical: os autores
Revisão técnica e aceite dos textos para publicação: Douglas Orestes Franzen
Livro publicado em: junho de 2024

Conselho Editorial (Editora Schreiben):

Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)
Dr. Airton Spies (EPAGRI)
Dra. Ana Carolina Martins da Silva (UERGS)
Dr. Cleber Duarte Coelho (UFSC)
Dr. Deivid Alex dos Santos (UEL)
Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)
Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR - Uruguai)
Dr. Fábio Antônio Gabriel (SEED/PR)
Dra. Geuciane Felipe Guerin Fernandes (UENP)
Dra. Ivânia Campigotto Aquino (UPF)
Dr. João Carlos Tedesco (UPF)
Dr. Joel Cardoso da Silva (UFPA)
Dr. José Antonio Ribeiro de Moura (FEEVALE)
Dr. José Raimundo Rodrigues (UFES)
Dr. Klebson Souza Santos (UEFS)
Dr. Leandro Hahn (UNIARP)
Dr. Leandro Mayer (SED-SC)
Dra. Marcela Mary José da Silva (UFRB)
Dra. Marciane Kessler (URI)
Dr. Marcos Pereira dos Santos (FAQ)
Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta (UNEAL)
Dr. Odair Neitzel (UFFS)
Dr. Wanilton Dudek (UNESPAR)

Esta obra é uma produção independente. A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como da procedência das tabelas, quadros, mapas e fotografias é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Editora Schreiben
Linha Cordilheira - SC-163
89896-000 Itapiranga/SC
Tel: (49) 3678 7254
editoraschreiben@gmail.com
www.editoraschreiben.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F837 Franzen, Douglas Orestes

200 anos da Imigração Alemã : debates contemporâneos Vol. I / Douglas Orestes Franzen. --Itapiranga : Schreiben, 2024.

165p. : il.

Bibliografia

E-book no formato PDF.

ISBN: 978-65-5440-281-1

DOI: 10.29327/5407642

1. Colonização 2. Imigrantes 3. História I. Título.

CDD 981.64

Bibliotecária responsável Juliane Steffen CRB14/1736

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO..... | 5 |
| UMA CONGREGAÇÃO ALEMÃ EM TERRAS BRASILEIRAS: A ATUAÇÃO EDUCACIONAL DAS IRMÃS ESCOLARES NO SUL DO BRASIL (1935-2004)..... | 9 |
| <i>Cintia Gonçalves Martins</i> <i>Giani Rabelo</i> | |
| AS ORIGENS DO <i>HILFSVEREINSCHULE</i> E AS POSSÍVEIS INFLUÊNCIAS DO ROMANTISMO ALEMÃO NA CONSOLIDAÇÃO DE UM PERTENCIMENTO IDENTITÁRIO COLETIVO NO COTIDIANO ESCOLAR..... | 29 |
| <i>Milene Moraes de Figueiredo</i> | |
| FÉ E RESISTÊNCIA: COMO A COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL DE NOVA TEUTÔNIA ENFRENTOU O NACIONALISMO DO ESTADO NOVO..... | 47 |
| <i>Sandra Kuester</i> | |
| A ATUAÇÃO DE TRÊS RELIGIOSOS ALEMÃES PARA O ESTABELECIMENTO DOS IDEAIS DA RESTAURAÇÃO MUSICAL CATÓLICA NO BRASIL..... | 56 |
| <i>Fernando Lacerda Simões Duarte</i> | |
| OS RASTROS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NA ESCOLARIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARÃO/RS: AS ESCOLAS ÉTNICO-COMUNITÁRIAS..... | 73 |
| <i>Fernanda Rodrigues Zanatta</i> | |
| SANTO CRISTO E O QUE SE CONTA SOBRE SUA HISTÓRIA..... | 85 |
| <i>Luana Isabel Klatt</i> | |
| FRITZ PLAUMANN E A IMIGRAÇÃO EM NOVA TEUTÔNIA: UM OLHAR SOBRE CIÊNCIA E COLONIZAÇÃO..... | 96 |
| <i>Eduardo Henrique Gruen Furlanetto</i> | |

| | |
|--|-----|
| DA ROÇA AO MERCADO DE TRABALHO: A DINÂMICA DOS DESCENDENTES DE IMIGRANTES ALEMÃES NA NOVA GERAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL..... | 110 |
| <i>Luciana Sanguiné</i> | |
| “ÓBICES QUE ENTRAVAVAM A ASSIMILAÇÃO”: NARRATIVAS SOBRE IMIGRANTES ALEMÃES DURANTE O ESTADO NOVO NO VALE DO RIO DOS SINOS/RS (1939-1945)..... | 118 |
| <i>Fernanda Gälzer</i> <i>Magna Lima Magalhães</i> | |
| A PARTICIPAÇÃO DOS IMIGRANTES ALEMÃES NA GUERRA DA CISPLATINA: A HISTORIOGRAFIA DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ FICCIONALIZADA NO ROMANCE <i>A FERRO E FOGO</i> | 138 |
| <i>Eduardo Ortiz</i> | |
| SOBRE O ORGANIZADOR..... | 159 |
| ÍNDICE REMISSIVO..... | 161 |

A PRESENTAÇÃO

Em 25 de Julho de 2024, comemora-se o bicentenário da imigração alemã no Brasil. É uma data simbólica que faz referência à memória de uma história muito significativa do contexto de formação populacional e ocupação do território brasileiro. A formação de inúmeras colonizações, não somente no Sul do Brasil, é um cenário bastante abrangente do desenvolvimento de linhas coloniais, núcleos urbanos e fronteiras étnicas, que marcaram uma verdadeira epopeia imigratória da Alemanha para o Brasil.

Motivados pelos mais variados fatores e motivos, famílias inteiras, de variadas origens da Alemanha, Áustria e Suíça, nações que congregam a identidade germânica, colaboraram imensamente para o desenvolvimento do Brasil. Os imigrantes carregaram consigo todo um conjunto de valores que se conectam aos seus antepassados e que através das práticas familiares e comunitárias se perpetuaram e se tornaram simbólicas nos locais onde passaram a viver. Mantiveram vivos os elos da herança, levando consigo saberes, tradições e costumes, transmitindo com muito zelo toda essa bagagem cultural aos seus descendentes. É esse o elo da história, o fio da meada da memória, que conecta todos nós ao passado e que dá sentido ao presente. Assim como vieram imigrantes, inúmeras instituições religiosas, educacionais, assistenciais, cooperativas, também chegaram ao Brasil por meio dessa onde imigratória.

Esse contexto se reconfigurou na paisagem da nova frente de colonização. Nesse sentido, a imigração da Europa para o Sul do Brasil, por exemplo, é muito significativa, pois representou a transposição de valores e simbologias de uma realidade espaço-temporal para outra. Essa bagagem se manifestou na linguagem, em elementos de tradição, simbologias do cotidiano, na forma de edificar, de cooperar e de viver em comunidade. Talvez esses valores tenham sido uma das mais consideráveis heranças que permanecem como legado dos imigrantes e se adaptaram a novos condicionantes à medida que as frentes de colonização se ampliaram.

É com o propósito de colaborar no debate historiográfico, é que se apresenta esta coletânea de artigos que analisam alguns temas relacionados ao contexto da imigração alemã no Brasil. São reflexões e ensaios decorrentes de pesquisas que colaboram significativamente para a ampliação do repertório historiográfico da imigração, já tão amplamente estudado e publicado. Os estudos e pesquisas não se encerram e a cada momento surgem novas fontes,

novos temas e novas possibilidades de análise.

Cintia Gonçalves Martins e Giani Rabelo apresentam o texto “Uma congregação alemã em terras brasileiras: a atuação educacional das Irmãs Escolares no Sul do Brasil (1935-2004)”. O estudo tem por objetivo compreender a atuação da Congregação Religiosa das Irmãs Escolares de Nossa Senhora - IENS no núcleo de colonos de origem Alemã de Forquilha, em Santa Catarina, no início do século XX.

Milene Moraes de Figueiredo apresenta o texto “As origens do *Hilfsvereinschule* e as possíveis influências do romantismo alemão na consolidação de um pertencimento identitário coletivo no cotidiano escolar”. O tema debatido se engendra no contexto da campanha de nacionalização do governo Vargas, mas o foco não está na campanha de nacionalização do ensino, mas sim na origem de uma escola teuto-brasileira e na consolidação de sua identidade coletiva que posteriormente entrou em choque com os objetivos homogeneizadores do governo estadonovista.

Sandra Kuester compartilha o texto “Fé e resistência: como a comunidade evangélica de confissão luterana no Brasil de Nova Teutônia enfrentou o nacionalismo do Estado Novo”. O distrito de Nova Teutônia, localizado no município de Seara-SC, comemora em 2024 cem anos de colonização. Ao longo desses cem anos, a comunidade enfrentou diversos desafios, superando todos eles graças aos fortes laços de pertencimento construídos ao longo de sua trajetória. Dentre os desafios enfrentados, destacam-se a resistência da comunidade e dos ministros contra o período nacionalista e as angústias vividas durante a Segunda Guerra Mundial.

Fernanda Lacerda Simões Duarte apresenta o texto “A atuação de três religiosos alemães para o estabelecimento dos ideais da Restauração Musical Católica no Brasil”. Neste trabalho, analisa-se a partir de pesquisa bibliográfica e documental, a atividade de três religiosos e compositores alemães para o estabelecimento dos paradigmas da Restauração Musical Católica no Brasil. São eles os frades franciscanos Pedro Sinzig e Basílio Röwer e o padre verbita João Batista Lehmann.

Fernanda Rodrigues Zanatta apresenta o texto “Os rastros da imigração alemã na escolarização do município de Barão-RS: as escolas étnico-comunitárias”. O artigo se refere à influência da imigração alemã nos processos educacionais do município de Barão/RS, um estudo aprofundado a partir da dissertação de mestrado da autora.

Luana Isabel Klatt apresenta o texto “Santo Cristo e o que se conta sobre sua história”. O artigo versa sobre a cidade de Santo Cristo, noroeste do Rio Grande do Sul. A pesquisa foi desenvolvida, durante a escrita da dissertação em

Ciências Sociais. Ao desenvolver uma etnografia com mulheres, em sua maioria, agricultoras, descendentes de imigrantes alemães, residentes na comunidade rural de Linha do Rio, interior do município, a autora sentiu o desejo de saber mais sobre o contexto, cultura e vida das pessoas que lá viviam.

Eduardo Henrique Gruen Furlanetto apresenta o texto “Fritz Plaumann e a imigração em Nova Teutônia: um olhar sobre ciência e colonização”. Plaumann desempenhou ao longo de sua trajetória um papel importante como entomólogo. Além da área da entomologia, sua trajetória abrangeu também outras áreas de atuação, como a agricultura e o ensino neste sertão que se encontrava a oeste de Santa Catarina.

Luciana Sanguiné apresenta o texto “Da roça ao mercado de trabalho: a dinâmica dos descendentes de imigrantes alemães na nova geração no Rio Grande do Sul”. A chegada dos primeiros imigrantes alemães ao Brasil iniciou um processo de colonização que teve impactos expressivos nas áreas rurais. Inicialmente concentrados na agricultura, os imigrantes alemães estabeleceram comunidades fortes que mantiveram suas tradições culturais, língua e práticas agrícolas. No entanto, ao longo das gerações, seus descendentes começaram a migrar para áreas urbanas em busca de melhores oportunidades de educação e emprego, marcando o início de uma notável mudança socioeconômica.

Fernanda Gälzer e Magna Lima Magalhães apresentam o texto “Óbices que entravavam a assimilação: narrativas sobre imigrantes alemães durante o estado novo no Vale do Rio dos Sinos/RS (1939-1945)”. O estudo concentra-se na análise do periódico local *Correio de São Leopoldo* e em entrevistas realizadas com três descendentes de imigrantes residentes na região. As autoras buscam identificar e compreender os elementos que foram percebidos como obstáculos para a assimilação dessa população, no âmbito das políticas de nacionalização implementadas durante o período do Estado Novo.

Eduardo Ortiz apresenta o texto “A participação dos imigrantes alemães na Guerra da Cisplatina: a historiografia da imigração alemã ficcionalizada no romance *A ferro e fogo*”, que busca compreender o processo de construção da narrativa do romance histórico por meio da obra “*A ferro e fogo*”, de Josué Guimarães. Para tanto, é desenvolvido um estudo comparativo entre o romance e obras historiográficas utilizadas pelo autor para a composição de sua narrativa.

Boa leitura!

Douglas Orestes Franzen
Junho de 2024

UMA CONGREGAÇÃO ALEMÃ EM TERRAS BRASILEIRAS: A ATUAÇÃO EDUCACIONAL DAS IRMÃS ESCOLARES NO SUL DO BRASIL (1935-2004)

Cintia Gonçalves Martins¹

Giani Rabelo²

INTRODUÇÃO

O artigo busca compreender a formação do núcleo de colonos de Forquilha - SC³, analisando a construção do complexo colonial com foco na primeira escola da comunidade até a chegada das religiosas da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora - IENS e a atuação das mesmas nas áreas educacionais e assistenciais da comunidade. A Congregação foi fundada na Alemanha, no ano de 1833, pela religiosa Maria Teresa de Jesus Gerhardinger.

A criação da Congregação ocorreu em um momento histórico da Europa Ocidental, de significativas transformações políticas, sociais e econômicas, ressoadas pelas ideias iluministas pós-Revolução Francesa e Guerras Napoleônicas, as quais contribuíram para mudanças dentro do clero católico, bem como para o movimento de secularização da educação. A fundação teve por objetivo principal de constituir escolas e formar meninas e mulheres para a vida em sociedade, a fim de que as mesmas pudessem ter uma profissão considerada adequada para as mulheres do período. Com base nesses preceitos é que a

1 Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGE/UNESC). Vice-líder do Grupo de pesquisa História e Memória da Educação - GRUPEHME. Professora dos cursos de licenciaturas integradas e curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense. E-mail: cintiamartins@unesc.net.

2 Pós-doutorado na Universidade de Lisboa e Universidade do Estado de Santa Catarina. Professora da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), atuando nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) e no Curso de Pedagogia. Líder do Grupo de Pesquisa «História e Memória da Educação» (GRUPEHME). E-mail: gra@unesc.net.

3 O município de Criciúma pertenceu ao município de Araranguá até 1925, ou seja, no início do processo de colonização de Forquilha, a comunidade era pertencente a Araranguá, mas com a emancipação de Criciúma passou a pertencer a esse município até a sua emancipação em 1990. A localidade de Forquilha pertenceu ao Município de Criciúma até 1989. No dia 26 de abril de 1989, foi criado pela Lei 7.587, o município de Forquilha, e em 1 de janeiro de 1990, foi instalado solenemente o município.

Congregação das Irmãs Escolares é fundada, tendo como premissa a “formação dos jovens corações das meninas para que se tornassem ‘puras e modestas, esposas delicadas e fiéis, mães piedosas e cristãs, donas de casa vigilantes” (Arns, 2012, p. 60). Fica evidente, nessa passagem, o modelo de educação para as mulheres almejado pela sociedade da época e reforçado pela Igreja Católica, ou seja, um modelo pautado na ideia de que as meninas deveriam se tornar futuras mães e boas esposas, além disso: instruídas.

Após a fundação, as religiosas da Congregação das Irmãs Escolares se espalharam por diferentes continentes, com o ideal de realizar trabalhos educacionais, catequéticos e assistenciais. Suas religiosas seguiam o modelo de “vida ativa”. De acordo com Nunes (2020), esse modelo difere das religiosas enclausuradas, pois elas têm em seus projetos alguma forma de atuação na sociedade; são elas as “irmãs de caridade” que apresentam, em suas características, a bondade, a solidariedade e são atuantes e dedicadas aos mais necessitados. Ainda, de acordo com Nunes (2020), esse modelo de vida religiosa, presente na Europa desde o início do século, vai chegar ao Brasil somente no final do Império, com o advento da República e no contexto da reforma da Igreja Católica. Na verdade, a situação político-social da Europa se tornara hostil à Igreja e, por conseguinte, à vida religiosa feminina e masculina. As consequências da Revolução Francesa, com sua ideologia laica, haviam criado conflitos de ordem ideológicas e proibido a atuação social de religiosos e religiosas. As congregações encontraram então na vinda para o Brasil uma solução para esse problema, mostrando-se motivadas pela ideia da “missão” em terras estrangeiras e legitimando, oportuna e religiosamente, o êxodo da Europa. (Nunes, 2020, p. 492).

Nessa esteira, após a fundação, a Congregação das Irmãs Escolares se espalhou por diferentes continentes, com o ideal de realizar trabalhos educacionais, catequéticos e assistenciais, dentre eles o Núcleo Colonial alemão de Forquilha, em Santa Catarina, no início do século XX.

HEIMAT BRASILIEN SONNENLAND:

O núcleo de imigrantes alemães de Forquilha - SC

Das diversas comunidades que recebiam as Irmãs Escolares, muitas se configuraram como núcleos coloniais de imigrantes alemães, como foi o caso do núcleo colonial de Forquilha, localizado ao Sul de Santa Catarina. No título desta seção, a frase *Heimat brasilien sonnenland*, que, na tradução para o português, significa Pátria Brasil terra de sol, era cantada pelos descendentes da imigração alemã no Colégio Sagrada Família, administrados pelas religiosas aos domingos, possivelmente na década de 1940 ou 1950, como descreve Maria Luiza Steiner, no prefácio do livro “Emancipação de Forquilha – SC: o que vi e vivi”, de

Vanderlei Luiz Ricken (2022). Steiner (2022), ao descreve com nostalgia que, quando ainda criança vivenciava esses acontecimentos, possibilita aproximações sobre como a comunidade alemã de Forquilha buscava preservar a cultura por intermédio da língua, das canções alemãs em território brasileiro, porém, é possível observar que o trecho recordado também traz menções ao próprio território brasileiro, ou seja, acrescenta aspectos relacionados ao Brasil, assim, ressignificando a construção de sua identidade étnica.

Os imigrantes de origem europeia que vieram para o Brasil na segunda metade do século XIX, por meio das políticas de colonização do governo Imperial de 1822 a 1889, buscavam terras que possibilitassem a produção de subsistência para seus familiares. As transformações sociais, políticas e econômicas nos continentes europeu e americano, oriundas da Revolução Industrial, das guerras e dos conflitos, contribuíram para que os processos migratórios se intensificassem.

Após alguns anos do processo migratório para o Brasil, ocorreu grande mobilidade dos filhos e dos netos das primeiras gerações de imigrantes para colônias de companhias particulares de colonização em outras localidades. Alguns motivos são expostos em pesquisas que se debruçam sobre esses assuntos, como o fato do apego às terras, o uso de técnicas agrícolas consideradas rudimentares, a abundância de terras julgadas como não ocupadas - as chamadas “terras virgens”. Todavia, outros motivos também podem ser considerados fatores relevantes para essa mobilidade, como os assentamentos em lotes pequenos que não suportavam a subsistência das famílias, que eram, em sua maioria, numerosas, dificultando a reprodução social do campesinato, as terras pouco produtivas e a distância entre os centros urbanos, bem como os conflitos decorrentes das más demarcações de terras, a ação de grileiros e de madeireiros. (Seyferth, 2000).

Esse processo de mobilidade espacial dos colonos foi o que possibilitou a criação da colônia de Forquilha no extremo Sul de Santa Catarina. Com a chegada dos primeiros alemães, que se estabeleceram na São Pedro de Alcântara, em 1829, os colonos foram se movendo para outros territórios nos quais já haviam colônias ou estavam se formando novos núcleos coloniais, como a Colônia Santa Isabel, a Colônia de Teresópolis e a Colônia de Capivary, até chegarem ao vale do rio Mãe Luzia, no início do século XX, entre os anos de 1911 e 1912, quando iniciaram a ocupação desse território chamado Forquilha (Zanelatto; Osório, 2012). Entretanto, é importante frisar que o processo migratório dos alemães para a região de Forquilha ocorreu juntamente com outras etnias: os luso-brasileiros, os italianos, os poloneses, os russos, os afrodescendentes e, mais adiante, na década de 1970, os japoneses. (Zanelatto; Osório, 2012/2014/2015).

Compreendendo que os descendentes de alemães se constituíam por grupos que ocupavam os principais espaços de poder, como a igreja, a escola,

o comércio, centralizando a administração da região e, assim, formando um núcleo de colonos alemães. (Zanelatto; Osório, 2012/2015)⁴.

No percurso da ocupação das terras e da formação da colônia, inicia-se a consolidação do complexo colonial, que é constituído pela construção de uma Igreja Católica, uma casa comercial, a Sociedade União Colonial e a escola para os/as filhos/as dos/as colonos. (Back, 1995)

A estruturação da escola na colônia de Forquilha se configurou como uma das prioridades para os colonos que ali se estabeleceram, visto que a concepção da escola se apresentava como o primeiro feito dos colonos na comunidade, sendo registrada na historiografia local com muita honradez. Sobre essa questão, a partir dos estudos do pesquisador Kreutz (2005), se estima que o maior número de escolas étnicas existentes no Brasil tenha sido as alemãs, com cerca de 1.579, ou seja, esses dados demonstram a importância que esse grupo étnico atribuía ao ensino escolar. Nesse sentido, compreende-se que as escolas e as associações contribuíram para dar visibilidade às colônias, bem como demonstrar a falta do idioma português nessas localidades. A autora Giralda Seyferth (2000, p. 292), afirma que “as primeiras escolas comunitárias coincidiram com a própria fundação das colônias: depois, o ensino particular consolidou-se associado às igrejas, às aulas ministradas em língua alemã.”

As escolas comunitárias (Geimeind Schule) eram mantidas pelos colonos, os quais participavam da construção do prédio escolar (ou, então, a escola funcionava numa capela); o professor, embora recebesse salários, quase sempre era um colono – isto é, trabalhava na lavoura e raramente tinha preparo especializado para exercer a função. Somente as escolas ligadas às comunidades religiosas eram conduzidas por profissionais do ensino, com professores qualificados. A escola alemã, portanto, foi criada para atender às necessidades de ensino elementar de uma população estrangeira, mas aos poucos tomou uma feição étnica, assumindo na configuração da etnicidade como instrumento de germanidade e perpetuadora da língua e cultura alemãs. Nessa perspectiva, objetivava educar os filhos dos imigrantes como cidadãos brasileiros pertencentes à etnia (ou nação) alemã, dando-lhe uma consciência étnica.

Marli de Oliveira Costa e Giani Rabelo (2013) apontam que a região de Criciúma, que tem seu processo de colonização iniciada em 1880, por italianos, poloneses e alemães, teve como principal modelo, nas primeiras experiências de educação escolar, a organização comunitária para atender às filhas e aos filhos

4 Faz-se necessário mencionar que esses territórios ocupados pelos imigrantes no início do século XX já eram habitados pelos Xokleng, que, além de habitar, circulavam pelas áreas territoriais de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul e entre o planalto serrano e o litoral. Todavia, o contato com os povos europeus ocasionou vários conflitos, que resultaram no extermínio dos Xokleng. (Zanelatto; Osório, 2012)

dos colonos até a década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas. As escolas comunitárias eram mantidas pela comunidade, que subsidiava o pagamento dos professores e a construção dos prédios escolares para ensinarem às crianças a ler e a escrever; em alguns casos, os governos ou as instituições dos países de origem contribuem financeiramente para essas iniciativas. Com o intuito de proporcionar educação formal para seus descendentes, a primeira escola da comunidade de Forquilha foi construída pelas famílias dos colonos, iniciada em 1915 e inaugurada no dia 27 de dezembro de 1916, e teve dois professores: Jacob Arns e Adolfo Back,

Segundo Otília Arns (2003), a escola abrigava cerca de sessenta (60) alunos, tanto de descendência alemã, como de italiana e polonesa, o que gerava muitas dificuldades para Jacob lecionar, pois a maioria dos alunos não falava sequer o português, mas a língua de sua ascendência, sendo que o professor lecionava em dois idiomas: o português e o alemão. Em 1916, a escola passou a ser oficialmente uma escola estadual, mantida pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina, sendo gratuita; e o salário do professor pago pelo Estado. Nessa lógica, a escola de Forquilha, por receber alunos de outras etnias, como os poloneses, os italianos e os luso-brasileiros, parecia ter se apresentado como um espaço polifônico de línguas e multicultural, podendo ser até considerada uma escola mista rural. No entanto, a organização da escola, sua língua oficial, os modos e os costumes culturais que predominavam eram o da etnia alemã, levando a pensarmos na possibilidade de a escola ser uma instituição de ensino com características de uma escola étnica alemã.

Para Lúcio Kreutz (2005, p. 153), “as escolas étnicas dos imigrantes no Brasil foram um espaço de afirmação e de reelaboração das características culturais dos diversos grupos que as organizam. Nos Núcleos rurais foram escolas predominantemente comunitárias.” Portanto, essa assertiva sustenta a possibilidade de a escola de Forquilha ser considerada uma escola étnica rural, visto que se localiza no espaço rural e, no início de sua trajetória, foi mantida pelo Estado. Mas, a construção do seu prédio, dois anos após sua existência, passa a ser mantida financeiramente pela comunidade e, posteriormente, pela Congregação das Irmãs Escolares.

Após 19 anos de funcionamento da primeira escola de Forquilha, em 1935, chegam às religiosas da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora, que, aos poucos, tomam o lugar dos professores, tornando a escola um espaço feminino de atuação. É possível relacionar essas mudanças com o processo de feminização do magistério, isto é, quando o magistério se torna um trabalho predominantemente feminino. Esse fenômeno mundial chega ao Brasil com grande força no final do século XIX e início do século XX, o que possibilitou um novo

campo de trabalho para as mulheres, principalmente as brancas e de classe média, que poderiam frequentar as Escolas Normais. Porém, essa profissão era permeada por um ideário de extensão da maternidade, considerado o destino primordial das mulheres naquele período; assim, cada aluna ou aluno era representado como um filho espiritual para as mulheres professoras e a docência era uma atividade fundada na concepção do amor e da doação, que, naturalmente, era considerada uma vocação das jovens moças. (Louro, 2020)

Os salários baixos da docência também contribuíram para que os homens sáíssem dessa profissão e buscassem outros postos de trabalho, em especial, com o avanço da industrialização e da urbanização da sociedade brasileira. Importante enfatizar que o trabalho docente era compreendido como apenas uma extensão dos lares e da maternidade, as mulheres não precisavam receber grandes salários, pois o trabalho era considerado um dom, uma vocação.

RELIGIÃO E FEMINILIZAÇÃO:

A presença das Congregações Religiosas Europeias no Brasil

A atuação de congregações religiosas masculinas e femininas no Brasil ocorre desde o período colonial. De acordo com Maria José Rosado Nunes (2020), o primeiro convento feminino no Brasil foi o de Santa Clara do Desterro, na Bahia, em 1677. Para a autora, “os conventos estavam no centro da política demográfica portuguesa para a colônia: eram proibidos ou incentivados segundo os interesses sociopolíticos e econômicos em jogo” (Nunes, 2020, p. 485), pois, em relação à colônia portuguesa, a clausura de mulheres da elite – que eram as únicas a serem aceitas nos conventos -, se apresentava como um ponto central no povoamento da colônia, sendo que era necessária a constituição de famílias que provém filhos/as para o povoamento do território e as defesas das fronteiras. Nesse aspecto, “os conventos representavam uma ameaça aos objetivos reais por retirar da sociedade parte de sua população potencialmente fértil”. (Nunes, 2020, p. 484)

Contudo, os conventos possibilitaram que as famílias ricas enviassem suas filhas, para as quais não conseguiam matrimônio com maridos ricos e da elite, para seguirem a vida na clausura. Ademais, torna-se um espaço de acolhimento dos casos de mulheres desviantes, nomeadamente das mulheres que “escapavam à autoridade e ao controle de pais e maridos, rejeitando as normas de conduta que lhes eram impostas.” (Nunes, 2020, p. 488). A esse respeito, Michelle Perrot (2019, p. 84) corrobora que “os conventos eram lugares de abandono e de confinamento, mas também de refúgios contra o poder masculino familiar. Lugares de apropriação do saber, e mesmo de criação.” Além dos conventos, os espaços criados, como casas de “recolhimento”, que não se estabeleciam como espaço canônico, mas que eram administrados por integrantes de ordens

religiosas, foram fundamentais para o recebimento de mulheres, não apenas da elite, como no caso dos conventos, mas também para o acolhimento de mulheres de outras classes sociais e etnias.

O primeiro recolhimento dirigido por uma mulher foi a Ordem Terceira Franciscana, administrado pela irmã Maria Rosa em Olinda, em 1576. (Nunes, 2020). Esses espaços não foram apenas de submissão; para muitas mulheres, foram fundamentais na fuga de casamentos indesejados, bem como um dos únicos locais em que as mulheres tiveram acesso a algum tipo de educação escolar, aprendendo a ler e a escrever. (Nunes, 2020)

Guacira Lopes Louro (2020) menciona que, em 1827, na legislação imperial, foi estabelecido que, em todo o território, devem ter as “escolas de primeiras letras”, entretanto, mesmo com a legislação vigente, eram pouquíssimas as localidades que possuíam essas instituições, que eram, em muitos casos, mantidas pelas congregações religiosas femininas ou masculinas. A partir do século XIX, a vida feminina acompanha as transformações do final do período colonial no Brasil e os dilemas da própria Igreja Católica em um território tão vasto em extensão e com uma cultura tão diversificada como o Brasil. A Igreja Católica brasileira chega ao período imperial fracassada, com muitas irmandades religiosas administradas por leigos homens que tiravam o foco dos religiosos canônicos, assim, foram necessárias modificações para sua manutenção. Desse modo, a atuação das mulheres religiosas se torna fundamental para o fortalecimento do catolicismo na família e na educação de crianças. (Nunes, 2020)

Riolando Azzi (2005, p. 76) afirma que, “desde meados do século XIX, o catolicismo brasileiro foi muito influenciado pela atitude da Santa Sé de repúdio ao mundo moderno: os fiéis foram incentivados a se refugiarem no recinto das igrejas para afastarem-se dos malefícios da sociedade”.

Maria José Rosado Nunes (2020, p. 491), por sua vez, aponta que, a partir da metade do século XIX, alguns bispos buscaram “colocar ordem” na Igreja no Brasil, mas, apenas com a proclamação da República, em 1889, e a separação do Estado e da Igreja, que os bispos conseguem algumas mudanças. Dentre elas, está a “clericalização” do catolicismo, o qual tem por objetivo a centralidade das funções da Igreja para a figura dos padres, retirando a atuação das irmandades masculinas laicas. Nesse processo, o papel da população feminina se torna fundamental para a sua sustentação, ocorrendo projetos específicos que abrangem esse público. Sobre isso, a autora afirma “que a clericalização” do catolicismo brasileiro foi, ao mesmo tempo e necessariamente, o processo de sua “feminização”. Ao mesmo tempo em que a atuação de mulheres católicas era controlada pelos padres, elas se beneficiam com essas modificações, em especial no campo da educação e na criação de associações femininas de piedade.

Júlia Tomedi Poletto (2020), ao contextualizar a migração das congregações religiosas para o Brasil e para o Rio Grande do Sul, destaca que, no Brasil, entre os séculos XIX e XX, ocorreu “um processo de romanização da Igreja, ou seja, a busca de novas referências da Igreja muito próximas da Santa Sé (Cúria Romana) com alguns distanciamentos da Igreja voltada para os ideais mais liberais.” Sendo assim, a laicidade anunciada, na Proclamação da República, no Brasil, “o que reforça a necessidade do catolicismo se fortificar, tendo como alicerce as propostas da religião de cunho conservador.” (Poletto, 2020, p. 45)

No contexto de mudanças da Igreja Católica no Brasil, Nunes (2020, p. 491) assegura que o que causou maior efeito entre as mulheres foi a criação de redes de escolas católicas sob a direção de religiosas estrangeiras. O século XIX presenciou, ainda, um desenvolvimento bastante rápido das “escolas para meninas”, que tiveram as “religiosas como elemento fundamental.” As religiosas europeias que vivenciaram as consequências da Revolução Francesa, em especial a secularização da educação em seus países, encontraram, no Brasil, a possibilidade de manter seus trabalhos e de contribuir para a manutenção da Igreja Católica. Como resultado, registra-se que “entre 1872 e 1920, cinquenta e oito congregações europeias se estabeleceram em terras brasileiras; outras 19 também são fundadas no Brasil por essa época.” (Nunes, 2020, p. 492)

Miriam Pillar Grossi (2012, p. 4) afirma que esse número é ainda maior. Para ela, “entre 1881 e 1930 aportam no Brasil 93 congregações oriundas de vários países europeus, em sua grande maioria da França, da Itália e da Alemanha.” A autora informa ainda que das “dezenove (19) congregações fundadas no Brasil neste período, três surgiram em Santa Catarina. Estas ordens e muitas outras, vindas da Europa, se reproduziram de forma impressionante no sul do País até o início da década de 50” (Grossi, 2012, p.04). Os trabalhos “educativos nos colégios, o cuidado dos doentes, das crianças e dos velhos em orfanatos e asilos constituirão suas principais atividades.” (Nunes, 2020, p. 492) e neste sentido, Miriam Grossi (2012, p. 4) salienta que “não é por acaso que as congregações religiosas femininas serão tão bem recebidas pelas autoridades no Brasil: elas vão preencher um imenso vazio na oferta de serviços nas áreas da saúde e da educação.”

Nas palavras de Maria José Rosado Nunes (2020, p. 495), “na segunda metade do século XIX, religiosas e religiosos detinham praticamente o monopólio da educação no Brasil: das 4.600 escolas secundárias existentes, 60% pertenciam à Igreja e gozavam de enormes prestígios.” A autora ressalta que as religiosas que dirigiam colégios, hospitais e obras de caridade, acabavam criando um espaço de autonomia e de um certo exercício de poder. Estando à frente de instituições e de propriedade das congregações, elas poderiam administrar seus

recursos financeiros e direcionar suas atividades com relativa independência, podendo, assim, desenvolver sua capacidade de “liderança, exercem cargos de chefia, aparecendo como agentes dinâmicas e inovadoras em suas áreas de trabalho.” (Nunes, 2020, p. 495).

Em relação às congregações religiosas femininas no Sul do Brasil, Grossi (2012) sublinha que elas se desenvolveram paralelamente à imigração europeia, que se inicia em 1822 com a chegada dos alemães e, sucessivamente, com a vinda dos imigrantes italianos, poloneses e de outros grupos étnicos, durante os séculos XIX e XX. Durante esse período, os colonos realizaram grandes esforços para trazer padres da Europa que pudessem atuar tanto nas práticas religiosas como na educação de seus filhos/as nas comunidades. Conseqüentemente, é quase “impossível desvincular o desenvolvimento das ordens religiosas da colonização do século XIX e vice-versa.” (Grossi, 2012, 06)

Acrescenta Nunes (2020, p. 495) que os “colégios religiosos, por sua vez, veiculam uma educação de caráter fortemente conservador, centrada na manutenção do modelo familiar cristão tradicional.” Modelo este apreciado pela comunidade de Forquilha, que acolheu as religiosas para que pudessem realizar seus trabalhos educativos com suas filhas e seus filhos. Nessa perspectiva, com o processo de colonização da região Sul catarinense no final do século XIX e início do século XX, as congregações religiosas femininas começaram a chegar na região.

Dentre as congregações religiosas femininas que atuam na região do extremo sul de Santa Catarina, as Irmãs Escolares de Nossa Senhora chegaram em Forquilha em 1935, seguidas pela congregação feminina italiana denominada Pequenas Irmãs da Divina Providência, que chegaram em 1936, em Nova Veneza. De acordo com dados coletados junto à Diocese de Criciúma (2023) que agrega 26 municípios do extremo sul catarinense, à qual a Congregação das Irmãs Escolares pertence, existem dezessete (17) ordens religiosas atuando em hospitais, asilos, mosteiros, orfanatos e escolas privadas das regiões que abarcam a Diocese. Dentre elas, treze (13) são ordens femininas e apenas quatro (4) são masculinas, havendo uma congregação de característica mista (homens e mulheres) em funcionamento na região do extremo sul. Todavia, é importante situar que, na década de 1930, quando as religiosas das IENS chegaram ao Brasil, a região de Criciúma não tinha uma Diocese própria, pertencendo à Diocese de Florianópolis, na figura do Arcebispo Dom Joaquim Domingos de Oliveira.

Em dezembro de 1954, foi criada a Diocese de Tubarão, designada para o Dom Anselmo Pietrulla, da qual a Congregação das Irmãs Escolares passou a pertencer. Apenas em 1998 que a Diocese de Criciúma foi criada e comandada pelo Dom Paulo Antônio de Conto (Arns, 2003). O padre responsável pela comunidade na época da chegada das religiosas era o Padre franciscano Paul Linnartz, de

nacionalidade alemã, que estava em Forquilha desde 1932, trabalhando na Igreja Sagrado Coração de Jesus, construída pela comunidade em 1920. Entretanto, a comunidade religiosa católica de Forquilha pertencia a Nova Veneza, na figura do Padre Miguel Giacca, que, por sua vez, pertencia à Diocese de Florianópolis. A chegada das IENS na região de Forquilha é marcada por tensões, por estranhamentos, mas também por contentamentos e sociabilidades.

A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS ESCOLARES DE NOSSA SENHORA NO BRASIL:

A chegada na Colônia alemã de Forquilha e o trabalho missionário e educacional

Na literatura produzida pelas religiosas da Congregação Escolar, consta que o Padre Paul Linnartz enviou cartas a Berlim para a Organização dos Católicos Emigrados pedindo a transferência de religiosas para o núcleo colonial de Forquilha, as quais pudessem contribuir para o processo de escolarização das filhas e dos filhos dos colonos, bem como para os afazeres relacionados às demandas religiosas. As Irmãs Escolares tiveram a possibilidade de vir para a região Sul do Brasil, mais especificamente para Santa Catarina, como missionárias educadoras, com a finalidade de proporcionar o acesso à educação escolar às filhas e aos filhos dos colonos que ali viviam.

A chegada das religiosas está atravessada pelo processo de nacionalização do ensino que se intensifica com a criação de leis e de decretos pelo governo Federal e Estadual, os quais regulamentam a vida dos imigrantes no Brasil. Cynthia Machado Campos (1998, p. 108) afirma que, “no final dos anos 30, o Estado centralizou o controle do ensino, proibiu o ensino domiciliar e o uso da língua estrangeiro nas aulas, fiscalizando rigorosamente as práticas escolares através dos inspetores e superintendentes.”

As irmãs buscaram estratégias para continuar seus trabalhos educativos na religião, com a manutenção de um ideário de identidade alemã, por intermédio da preservação da língua, das tradições culturais e da religiosidade. Nessa perspectiva, observa-se a presença de um ideal etnocêntrico de superioridade europeia propagado pelas primeiras religiosas, pois, ainda que elas formassem professoras religiosas no Brasil, era preciso passar pelo crivo metodológico e educacional das religiosas alemãs. Sendo que as religiosas tiveram dificuldades em enviar freiras em formação as chamadas de noviças para a Alemanha, em virtude dos acontecimentos da Segunda Guerra, no dia 15 de novembro de 1939, iniciou a constituição do convento das Iens, em Forquilha, o qual, com ajuda dos colonos, foi finalizado em 1940. A partir de então, a Madre Geral, Maria Almeida, pediu uma licença na Arquidiocese de Florianópolis para o

funcionamento da Casa de Noviciado, sendo autorizada em 11 de maio de 1940. O noviciado funcionou até 1984, quando foi transferido para Viamão, no Rio Grande do Sul (Arns, 2002).

As perseguições contra os alemães e seus descendentes se intensificaram nas regiões do sul do país, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 22 de agosto de 1942, quando se manteve contra a Alemanha, ao lado dos países aliados. Significa que os países que possuíam os mesmos interesses se dividiram em duas coligações no período da guerra. Eram eles os aliados, compostos pelos: Estados Unidos da América, União Soviética, Reino Unido, França, entre outros. Em contraste, estavam os países do Eixo, organizados pela Itália, Alemanha e Japão. (Hobsbawm, 1995).

Segundo Hilda Agnes Hubner Flores (2004, p. 86), o presidente Getúlio Vargas, até a entrada na Guerra, em 1942, mantinha “uma política pendular, ora a favor dos Aliados, ora simpática à causa Alemã”. Foi com a ditadura do Estado Novo, em 1937, e com a intensificação da campanha de nacionalização e o afundamento de navios brasileiros pela Alemanha, que o Brasil entrou oficialmente na Guerra, ao lado dos aliados.

As religiosas foram impedidas de lecionar e a escola da comunidade foi fechada. Apenas em novembro, chegaram à Forquilha professoras leigas e foi instaurada uma escola estadual. As religiosas conseguiram, apenas em 1944, a autorização para lecionar o quarto ano escolar nas dependências de sua casa, criando um curso particular para lecionar essa série (Back, 1995) e a antiga escola da comunidade foi demolida pelos moradores de Forquilha (Arns, 2002).

Apenas com o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, as religiosas conseguiram conquistar as aulas de todo o curso primário; construíram um novo prédio escolar em 1947, anexo à casa das Irmãs Escolares. Vinão Frago (2001, p. 62) ressalta a crucial relação do espaço e do tempo para a educação, entendendo que a escola, é uma instituição que ocupa dimensões espaciais de “um espaço e um lugar”, composta de “signos, símbolos e vestígios das condições e das relações sociais de e entre aqueles que o habitam.” O autor ainda ressalta que “o espaço comunica; mostra, a quem sabe ler, o emprego que o ser humano faz dele mesmo”; emprego este que varia de cultura para cultura, e que se constituiu por um “produto cultural específico, que diz respeito não só às relações interpessoais - distâncias, território pessoal, contatos, comunicação, conflitos de poder” mas igualmente “à liturgia e ritos sociais, à simbologia das disposições dos objetos e dos corpos - localização e postura -, à sua hierarquia e relações”. Nesse viés, a construção da escola das religiosas ocupa uma dimensão espacial central na configuração da comunidade de Forquilha. Além da estética arquitetônica em modelo alemão, o espaço habitado pelas religiosas, pelas crianças, pelos

jovens e pelos adultos da comunidade e da região, foi ocupado e utilizado para ensinar e aprender; e foi palco de vivências e das mais diversas formas de relações humanas e sociais. Nesse ponto, compreendemos que o “espaço não é neutro. Sempre Educa”. (Viñao, 2001, p. 75)

O prédio da nova escola abrigava o curso primário completo com cinco séries, mais 6^a e a 7^a séries. A escola recebeu o nome de “Escolas Reunidas Nila Sardá” e continuava sendo uma escola mantida pelo governo estadual. Porém, mesmo com o final da Guerra e da política intensiva do Estado Novo, as religiosas precisam manter nas escolas religiosas professoras brasileiras; então, elas treinavam as candidatas a religiosas.

Assim, as religiosas precisavam pensar estratégias para não deixar as aulas sem professoras brasileiras, porque o Estado poderia colocar uma professora diplomada e a congregação perderia a escola novamente. As aulas ainda eram fiscalizadas pelos inspetores escolares. Em 24 de setembro de 1949, anexo à escola, começou a funcionar o Curso Normal Regional “Dom Daniel Hostin”.

No ano de 1964, o Curso Normal Regional foi transformado em Ginásio Normal Regional “Dom Daniel Hostin”, com base na lei estadual nº 3191, de 6 de maio de 1963, que possibilita a junção do curso Normal com o curso Ginásial, em estabelecimentos que seguem os pré-requisitos da lei. Nesse caso, o curso, além de oferecer o primeiro e o segundo ciclos do ensino normal, manteve os cursos especializados para a formação do magistério primário.

A implementação do Ensino Médio se deu em 1978, com o nome de Colégio Daniel Hostin. O Ensino Médio tinha a opção para o curso de Magistério. Em 1991, nomeado de Grupo Escolar Frei Baltazar ocorreu a transferência para outra localidade, transformando-se no Colégio Estadual Luiz Tramontin. (Arns, 2003).

Em 1^o de janeiro de 1998, o educandário das religiosas passou sua nomenclatura para Colégio Sagrada Família, a qual permanece até os dias atuais (2024) como uma escola particular. O Colégio Sagrada Família oferece os cursos de Educação infantil: Berçário, Mini Maternal, Jardim I e II, Ensino Fundamental do 1^o ao 9^o ano e Ensino Médio. O Colégio também possibilita atividades no contraturno para seus estudantes, com aulas de música, esporte, xadrez, reforço escolar, oficinas psicopedagógicas e estudo dirigido. (Colégio Sagrada Família, 2024)

O local que passou a abrigar a escola foi a primeira casa construída pelas Irmãs Escolares na América do Sul, com a ajuda dos colonos de Forquilha e seus descendentes e o terreno doado por João José Back. A casa das Irmãs Escolares e o Colégio Sagrada Família se encontram em um local central na cidade de Forquilha.

Além da atuação no campo da educação escolar em Forquilha, as IENS tiveram outras atuações na educação escolar da região do Extremo sul

catarinense e no Estado do Rio Grande do Sul. As religiosas assumiram, em 5 de julho de 1945, a Casa da Criança Nossa Senhora de Fátima, fundada em 10 de março de 1945, pelo Círculo Operário São José, da Paróquia São José, na cidade de Criciúma, tendo como Diretora a Irmã Dihetildes Mosler, auxiliada por Rute Issler, Cléa Motta Gouveia e Doraci Silva, que eram juvenistas das Irmãs Escolares. A Congregação permaneceu até 1948 e, posteriormente, a Casa da Criança passou a ser conduzida por professoras leigas até a chegada das religiosas da Congregação das Irmãs Beneditinas da Divina Providência, que assumiram a direção em 1952. A Casa da Criança Senhora de Fátima deu origem ao Colégio São Bento, atualmente administrado pelas Irmãs Beneditinas da Divina Providência. (Possamai; Venturini, 2008).

Em 1970, as Irmãs Escolares fundaram o Instituto Nossa Senhora de Fátima, na cidade de Terra de Areia, no Rio Grande do Sul, onde também assumiram a direção da Escola Cenesista Hilário Ribeiro, bem como realizaram trabalhos na coordenação da catequese, da liturgia e de grupos de jovens. Ainda em 1970, criaram o Instituto Sant'Ana, em Sanga do Engenho, comunidade de Forquilha, na época pertencente a Criciúma.

Em Sanga do Engenho, elas assumiram a Pastoral da igreja, as celebrações dominicais e auxiliavam os doentes (Plácido, 2015). Em 1971, assumiram a escola da comunidade, hoje denominada Escola Educação Básica Ângelo Izé. Em 1971, a Congregação fundou o Instituto Santa Isabel em São Bento Baixo, no Distrito de Nova Veneza. No início de 1968, ocorreu a chegada das religiosas da Congregação das Irmãs da Divina Providência, porém, no final do ano de 1970, essa Congregação deixou a direção da escola. Em 1971, com a saída das religiosas da Congregação da Divina Providência, as IENS assumiram a direção do Grupo Escolar Professora Julieta Torres Gonçalves, onde permaneceram por 14 anos. (Plácido, 2015)

É possível observar, a partir desse itinerário das Irmãs Escolares nos trabalhos educacionais na região, tanto na implementação de novas escolas ou assumindo a administração pedagógica de escolas já existentes, aspectos de políticas públicas de educação estadual em Santa Catarina, que, mesmo com tentativas de estadualizar as escolas, principalmente no Estado Novo, não conseguem manter estruturalmente e nem pedagogicamente as escolas. É notável que ocorre uma ausência de políticas públicas para a educação, no sentido de abarcar todas as localidades, principalmente as rurais, passando, assim, para a administração de congregações religiosas, como no caso das IENS. O propósito das IENS, portanto, desde sua criação, era a realização de trabalhos de cunho catequético, educacional e assistencial para as populações mais necessitadas nessas comunidades, sendo assim as funções das Irmãs Escolares foram além da educação escolar.

A ATUAÇÃO DAS IRMÃS ESCOLARES PARA ALÉM DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

As atividades das irmãs só aumentaram nos anos seguintes da chegada, já que, em 1936, assumiram a administração do Hospital São José, em Criciúma. Assim, as irmãs que vieram da Alemanha nas duas últimas levas foram divididas, sendo algumas encaminhadas para os trabalhos na administração do Hospital e, outras, para continuar lecionando na escola do núcleo de colonos de Forquilha. Miriam de Medeiros (2017) expõe que uma das condições para as IENS permanecerem no Brasil era assumir a administração do Hospital de Criciúma. A exigência foi feita pelo Arcebispo de Florianópolis, que impôs essa condição. Assim, a direção geral da Congregação, além de aceitar, se responsabilizou a enviar mais religiosas para o Brasil. Até esse momento, as religiosas não tinham assumido nenhum hospital, sendo, até os dias de hoje (2024), o único pertencente à Congregação. O Hospital São José iniciou suas atividades em 1932, sendo a primeira unidade de saúde do município, porém, apenas em 1936, o hospital foi construído na localidade onde se encontra nos dias atuais, com doações e arrecadações de impostos da comunidade. (Histórico Do Hospital São José, 2022)

Segundo Miriam Medeiros (2017), na década de 1960, as IENS realizaram estudos sobre os documentos do Concílio Vaticano II (1962-1965), convocado pelo Papa João XXIII, no ano de 1961, em Roma. O concílio é uma assembleia com os principais líderes religiosos responsáveis pelas condutas práticas e doutrinárias da Igreja Católica; as decisões a partir do concílio possibilitam mudanças na doutrina e buscam novas formas de atuação na sociedade. A autora ainda salienta que, “pela primeira vez, os bispos latino-americanos participaram de forma efetiva de um Concílio.” Porém, reforça que “ainda que a representatividade latinoamericana ficasse aquém do que poderia ter sido, suas decisões foram um marco para a Igreja Católica do continente.” (Medeiros, 2017, p. 166). Nunes (2020, p. 496) aponta que o Concílio Vaticano II “apresenta-se como um marco na direção de alterações profundas da Igreja”, sendo que as congregações religiosas femininas foram essenciais para a aplicação das mudanças nas ações das doutrinas. O Concílio, por intermédio de seus documentos, orientava que o cristão deveria se inserir no mundo e influenciar a sociedade com base nas ideias cristãs. Em relação à vida religiosa, o documento versa o “capítulo de renovação”, o qual interfere diretamente no modelo das vivências das religiosas, isto é, até o Concílio, as religiosas e os religiosos tinham como fundamentos organizacionais o ideal de “separação do mundo”, assim, sua forma de viver, suas vestes, seus comportamentos, seus horários rígidos, a obediência, deveriam ser diferentes do restante das pessoas, criando um imaginário sobre a vida religiosa. Após o Concílio, mudanças significativas ocorrem, desde a troca das

vestes religiosas, chamadas de hábitos, para roupas comuns, até a realização de trabalhos efetivos junto à comunidade, em especial, para os mais pobres.

Conforme Medeiros (2017, p. 29), a partir da década de 1960, as congregações religiosas foram atualizando o seu carisma e trazendo como premissa o ideal da noção de “serviço apostólico”, o que significa trabalhar ativamente para tornar o mundo mais cristão.” Assim, o carisma pode “expressar-se em trabalhos concretos dentro da sociedade.” E, nesse entendimento, as IENS são consideradas, com base nesse novo marco religioso, Congregação de Vida Ativa, isto é, “estão inseridas no mundo e, ao lado de todos os deveres do estado religioso, dedicam-se também ao trabalho apostólico”, com ações concretas que as aproximem da sociedade e, conseqüentemente, praticando as solicitações do Concílio Vaticano II, sendo que, em “1987 editaram uma Constituição renovada e atualizada sob o título: Vós Sois Enviadas – VSE, na tradução em português”. Esse novo carisma, e com as determinações do Concílio, buscou aproximar as demandas das IENS às comunidades mais pobres, tendo como fundamento a pobreza, uma vez que a fome e a pobreza são “males do mundo” a serem combatidos pela Congregação.

Todavia, Medeiros (2017, p. 212) salienta que essa preocupação com a fome e a pobreza está demonstrada “em forma de compadecimento, mas que estava atrelada à ideia de evangelização. Logo em seguida, surgiu o chamado à conscientização sobre a fome no mundo, ainda conectada à ideia de evangelizar os pobres.” Segundo Azzi (2005, p.213), a partir do Concílio do Vaticano II, a igreja torna-se ativa e busca renovação de ações das pastorais, “reforçada em 1968 com a Assembleia Episcopal de Medellín”. A renovação das pastorais difundidas pelo Concílio teve seus primórdios em diversas dioceses do Brasil, com a influência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

Ainda na década de 1960, as irmãs assumiram a Pastoral Catequética, com encontros dominicais nas redondezas de Forquilha. As religiosas davam aulas preparatórias para a primeira comunhão, coordenando os cursos Pré-Eucaristia, Primeira Eucaristia e Perseverança, Crisma e o curso de Batismo. Porém, como uma das intenções da Igreja era repassar o curso de catequese para ser realizado por pessoas da comunidade, as irmãs ofereceram aulas para formação de professores da comunidade para prestarem esses serviços religiosos à igreja. (Arns, 2000).

Nesse cenário, as Irmãs Escolares, provavelmente influenciadas pelas novas demandas do Concílio do Vaticano II, trabalhavam na vida religiosa e comunitária, realizando também trabalhos de assistência às famílias da localidade e dos arredores por meio do Serviço de Promoção Humana “Irmã Norberta”, instituição fundada em 1972 pela religiosa, que o administrava. O Serviço de

Promoção Humana foi financiado por recursos de pessoas da Alemanha e por pessoas da comunidade de Forquilha. Com as arrecadações, eram construídas casas para as famílias necessitadas bem como eram feitas doações de alimentos e pagamento de mensalidades escolares para alunas/os desprovidas/os. Juntamente ao Serviço de Promoção Humana, foi criado o Clube de Mães, do qual as mães da comunidade de Forquilha recebiam orientações sobre diversos assuntos, como religião, saúde, alimentação, corte e costura. (Arns, 2003).

No ano de 1983, as religiosas fundaram a Associação dos Missionários Leigos da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora, que tinha por objetivo a formação de pessoas leigas para o trabalho missionário. Os missionários leigos que se identificavam com o carisma da Congregação passavam a realizar trabalhos junto à comunidade, na reflexão e no diálogo dos problemas atuais, com base nos ensinamentos e no carisma da Madre Maria Teresa de Jesus. (Arns, 2003)

As Irmãs Escolares atuaram na Pastoral da Criança⁵, junto às religiosas, na Diocese de Tubarão, que, à época, pertencia às Irmãs Escolares. Em 1998, com a criação da Diocese de Criciúma, com o comando do Bispo Dom Paulo Antônio Conto, a Pastoral se expandiu para 50 paróquias dos 47 municípios da região Sul, com 1.689 líderes comunitários atuantes, atendendo a 166.939 crianças, 14.160 famílias e 1.892 gestantes. A fundadora da Congregação das Irmãs Escolares, Madre Teresa de Jesus, foi proclamada como a padroeira da Pastoral da Criança na Diocese de Criciúma. (Arns, 2003)

Em 2012, as Irmãs Escolares fundaram a Casa Vila Lourdes, para atendimento à pessoa idosa em Forquilha. (Casa de Atendimento ao Idoso, 2020). Atualmente, as obras das Irmãs Escolares são mantidas pela Sociedade Literária e Caritativa Santo Agostinho. A Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora apresenta como seu carisma o “[...] compromisso com a promoção da vida e da unidade, amando, servindo e reverenciando a Deus presente nas pessoas e em toda a criação”. Desse modo, a Congregação tem como objetivo central de sua atuação a busca pela garantia das próximas gerações, a possibilidade de habitar em um mundo com qualidade de vida e de acesso aos bens criados, para que sejam possíveis a todos por meio da “[...] educação, da saúde, da evangelização, da promoção humana e das diversas pastorais” (Diocese de Criciúma, s/d).

5 Pastoral da Criança#, que foi criada pela médica Zilda Arns Neumann (1934-2010), a partir da ideia de seu irmão, Dom Paulo Evaristo Arns - ambos nascidos em Forquilha -, na cidade de Florestópolis, no Estado do Paraná em 1983. A ideia foi do seu irmão, Dom Paulo Evaristo Arns (1921–2016), trazida da Suíça, por intermédio do Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância - um órgão das Nações Unidas - Unicef.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chegada da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora, vindas da Alemanha para Santa Catarina na década de 1930, está inserida em um contexto de expansão das congregações religiosas católicas para países emergentes, como o Brasil dos séculos XIX e XX. Tendo por objetivo contribuir para a educação escolar e catequética dos descendentes dos imigrantes alemães que habitavam o território brasileiro, em específico a localidade de Forquilha, em Santa Catarina.

Nessa perspectiva, o cenário também se constitui pelo processo de migração alemã para o país, como foi o caso da formação do núcleo de imigrantes e seus descendentes de origem alemã em Forquilha/SC. Tanto a vinda das religiosas alemãs da Congregação para Brasil, como sua trajetória ao longo dos últimos anos nas áreas missionária, assistencial e educacional está interligada às necessidades da comunidade de Forquilha, da Igreja Católica, assim como vontade, de forma benevolente, do Governo brasileiro de que houvesse trabalhadoras que ocupassem certos setores nos quais existia um déficit e ausências de profissionais qualificados, como os trabalhos relacionados ao cuidado da infância, no caso da educação escolar, e dos doentes no hospital.

As religiosas no início de sua atuação na educação escolar atravessaram o processo de nacionalização do ensino do qual tendia romper com os hábitos e os costumes dos imigrantes e seus descendentes europeus, no que diz respeito à manutenção do modelo de sua pátria-mãe no território brasileiro. Todavia, esse processo foi tencionado pelas práticas educativas das religiosas que continuavam lecionando em língua alemã, bem como buscando preservar a cultura germânica no Brasil.

Podemos sugerir que, do ponto de vista das religiosas, a vinda para a comunidade de Forquilha se dava como uma missão creditada por Deus e pela Madre Teresa de Jesus, de extensão missionária da Congregação. Porém, observamos que a vinda das congregações religiosas femininas para o Brasil e, no caso específico da Congregação aqui estudada, não produz questionamentos sobre as bases das desigualdades e da injustiça social em um viés político e estruturante, e, conseqüentemente, não há posicionamento com relação a uma mudança na estrutura da sociedade brasileira. Do mesmo jeito, o projeto inicial da Madre Teresa de trabalhar com meninas pobres vai se perdendo ao longo dos anos e a Congregação vai se moldando às mudanças sociais e econômicas do Brasil, na criação de uma instituição de ensino de cunho particular.

Entretanto, é importante ressaltarmos que o trabalho educacional e missionário das religiosas em território brasileiro juntamente com os moradores da comunidade de Forquilha, possibilitou o acesso à educação escolar tanto

das crianças descendentes de alemães, bem como de outras nacionalidades, e assim contribuindo para a transformação educativa da localidade. Sendo que as religiosas da Congregação das Irmãs Escolares, são grandes referências na área da educação escolar e missionários da região do extremo sul catarinense até os dias atuais.

REFERÊNCIA:

AZZI, Riolando. **Mulheres Consagradas: das origens medievais ao apostolado moderno Franciscanas da Ação Pastoral**. São Paulo: Editora do Santuário de Aparecida, 2005.

ARNS, Maria Helena. **História das Irmãs Escolares de Nossa Senhora Colégio Sagrada Família Forquilha/SC - Brasil**. Forquilha, SC: Ed. Ellus Editora e Gráfica Ltda, 2000.

_____. **A Bem Aventurada Maria Teresa de Jesus: fundadora da congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora, Forquilha**, SC: Ed. Formsul, 2012.

ARNS, Otília. Forquilha: **História e Resgate da memória dos nossos antepassados (1912 - 2002)**. Forquilha, 2003.

ARNS, Otília (Coord.). **Criciúma 1880 - 1980: a semente deu bons frutos**. Florianópolis: Conselho Estadual de Cultura, 1985.

DIOCESE DE CRICIÚMA. Disponível em <http://www.diocesecriciuma.com.br> Acesso em 01 jun. de 2023.

DIOCESE DE CRICIÚMA. Irmãs Escolares de Nossa Senhora. Disponível em <http://www.diocesecriciuma.com.br/irmas-escolares-de-nossa-senhora> Acesso em 01 jun. de 2023.

BACK, Adolfo. **100 anos: História de Forquilha**. Conselho editorial: Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, Criciúma, 1995.

CAMPOS, Cynthia Machado. O Perigo das Escolas. In: CAMPOS, Cynthia Machado. **Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração**. Florianópolis/SC: Editora da UFS, 2008.

FLORES, Hilda Agnes Hubner. **História da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2004. FORQUILHINHA. Portal do Turismo. 2022. Disponível em <https://turismo.forquilha.sc.gov.br/> Acesso em 10 de mai. 2022.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções (1789 - 1848)**. Tradução de Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. 43ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019.

_____. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução de Marcos Santarrita e Maria Célia Paoli. 2ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: PRIORE, Mary Del;

PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História das Mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2020

KREUTZ, Lucio. *Escolas Étnicas na História da Educação Brasileira: a contribuição dos imigrantes*. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005, 2 ed. V. 2, p. 150-165.

MEDEIROS, Miriam de. *A categoria pobreza na formação dos membros da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora à luz de Enrique Dussel e Paulo Freire*. **Dissertação (Mestrado)** – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-graduação em Educação. Criciúma, 2017.

NUNES, Maria José Rosado. *Freiras no Brasil*. In: PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

PLÁCIDO, Gilmara Duarte. *Civismo e religião católica na cultura escolar da E.E.B. Professora Julieta Torres Gonçalves – Nova Veneza/SC (1971-1985)*. 2015. 154f. **Dissertação (Mestrado em educação)** – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2015.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2019.

POLETTI, Julia Tomedi. *Preparadas para a vida”: uma escola para mulheres, Colégio São José (Caxias do Sul/RS, 1930-1966)*. **Tese de doutorado**. Faculdade de educação, PPGE/UFRGS, Rio Grande do Sul, 2020.

RABELO, Giani; COSTA, Marli de Oliveira. *Experiências nas escolas étnicas rurais no Sul de Santa Catarina no contexto do processo de nacionalização do ensino*. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 20, n. 29, p. 160-176, ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2013v20n29p160/26374> Acesso em: 10 de set. 2023.

RICKEN, Vanderlei Luiz. **Emancipação de Forquilha/SC: o que eu vi e vivi**. Forquilha, SC: Ed. do Autor, 2022.

STEINER, Maria Luiza. Prefácio. In: RICKEN, Vanderlei Luiz. **Emancipação de Forquilha/SC: o que eu vi e vivi**. Forquilha, SC: Ed. do Autor, 2022.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito*. In: FAUSTO BORIS. **Fazer a América: a imigração em Massa para a América Latina**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

ZANELATTO, João Henrique; OSÓRIO, Paulo Sérgio. **Forquilha: do presente para o passado, outras memórias uma nova história**. Forquilha, SC: Ed. UNESC, 2012.

_____. *História econômica de Forquilha (1895-2011): de núcleo colonial a município*. **INTERAÇÕES**, v. 16, n. 2, p. 351-363, Campo Grande,

jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/WPXPcNBwXKwNmZ7RqLGCYZP/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 de mai. de 2023.

____. Inventário historiográfico e construção identitária em Forquilha - Santa Catarina. **Dimensões**, vol. 34, 2015, p. 404-435. UFES –Programa de Pós-Graduação em História, 2015. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/11124/7771> Acesso em: 29 de mai. 2023.

VIÑAO, Antonio Frago. Do espaço escolar e da escola como lugar: proposta e questões. In: VIÑAO, Antonio Frago; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

AS ORIGENS DO *HILFSVEREINSCHULE* E AS POSSÍVEIS INFLUÊNCIAS DO ROMANTISMO ALEMÃO NA CONSOLIDAÇÃO DE UM PERTENCIMENTO IDENTITÁRIO COLETIVO NO COTIDIANO ESCOLAR¹

*Milene Moraes de Figueiredo*²

Em 1938, foi instituída no Brasil, a Campanha de nacionalização do ensino, medida que pode ser compreendida como uma solução encontrada para homogeneizar a população, o ensino, e “abrasileirar” os núcleos de imigrantes. Porém, as novas metas governamentais entraram em choque com a existência de experiências pedagógicas distintas e frequentemente incompatíveis entre si, com a grande quantidade de núcleos estrangeiros nas zonas de colonização, especialmente no sul do país, onde os imigrantes haviam implantado seus próprios sistemas de educação, utilizando suas línguas de origem (Schwartzaman; Bomeny; Costa, 2000, p. 93).

O foco deste estudo não está na Campanha de nacionalização do ensino, mas sim na origem de uma escola teuto-brasileira e na consolidação de sua identidade coletiva que posteriormente entrou em choque com os objetivos homogeneizadores do governo estadonovista. Trata-se do *Hilfsvereinschule* (atual Colégio Farroupilha) escola privada de origem germânica fundada em 1886, na cidade de Porto Alegre. Objetiva-se analisar a possível influência do romantismo alemão na consolidação de uma ideia de pertencimento identitário coletivo na escola e em sua mantenedora, através da relação de excertos do livro memorialístico da escola (Telles, 1974) com ideias de Herder e Fichte, dois importantes autores dessa vertente.

IMIGRAÇÃO, GERMANISMO E ASSOCIATIVISMO

Durante o século XIX, o Estado brasileiro incentivou a imigração de europeus em grande escala visando solucionar uma série de problemas, como a escassez de mão de obra e o preenchimento de “vazios territoriais” (Silva, 2006,

1 O presente estudo é um recorte do capítulo da dissertação de mestrado de Figueiredo (2017) intitulado “Do Colégio Alemão ao Colégio “nacionalizado”.

2 Licenciada, mestra e doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail Milene.mfigueiredo@gmail.com.

p. 250). O estabelecimento sistemático de imigrantes teve início em meados de 1824, com imigrantes alemães que se dirigiram ao Sul do Brasil e criaram a colônia de São Leopoldo. A colonização de regiões desocupadas representava um interesse estratégico. Em relação às outras regiões, o sul do Brasil era a que possuía contato mais direto com a América Espanhola e devido à flora e ao relevo, suas fronteiras eram inseguras, tendo sido motivo de disputas entre Portugal e Espanha no período colonial. Com o estímulo à imigração europeia objetivava-se ocupar efetivamente a região e complementar o complexo pecuário com a produção agrícola proveniente das regiões colonizadas (Gertz, 1987, p. 21).

No início do século XX, parte da elite intelectual brasileira propôs a tese do “branqueamento”³ que surgia como alternativa ao problema racial brasileiro (havia preocupação com a massa de ex-escravos egressos nas grandes propriedades). Com o objetivo de incentivar esse branqueamento, a imigração europeia foi novamente considerada a solução mais rápida.

Tratava-se de assimilar o branco europeu, tanto física quanto culturalmente, fundi-lo com o nacional e garantir, por meio dessa alquimia redentora, a homogeneidade e a uniformidade dos habitantes, finalmente libertos de sua ancestral inferioridade e transmutados em um verdadeiro povo (Luca, 2004, p.45-46).

Porém, esses imigrantes começaram a chegar e, devido à falta de recursos e estímulos a sua assimilação, isolaram-se em suas próprias comunidades, onde cultivavam a língua e a cultura de origem. Além disso, no caso dos imigrantes alemães, “Miscigenação e abasileiramento são, em tudo, ideias opostas ao pressuposto pelo conceito de *Deutschum* - o grupo étnico teuto-brasileiro se identifica pelo “sangue” alemão e pela língua alemã” (Campos, 1998, p. 67).

Dessa forma, o processo imigratório no sul e sudeste do Brasil acabou produzindo uma concentração étnica que resultou no inverso da miscigenação e tentava produzir uma cultura muito próxima da ancestral. Logo esses imigrantes começaram a se apropriar de elementos do nacionalismo alemão, cultivar uma ideologia étnico-racial, proveniente do continente europeu, conhecida como Germanismo. O ponto crucial dessa ideologia é o *Deutschum* que coloca o direito de sangue como determinante da nacionalidade acima do Estado e da cidadania (Seyferth, 1981, p. 49). Para compreender o que o conceito evocava, Gans considera importante fazer uma aproximação com o conceito de *Volkstum*.

3 Sobre ver Seyferth(1996); Lucca (2004).

Volkstum estava relacionado à “índole nacional, ascendência (“sangue”), cultura e língua de um indivíduo; remetia à “essência de um povo”. *Deutschtum* era o *Volkstum* alemão. Englobava a língua, a cultura, o *Geist* (espírito) alemão, a lealdade à Alemanha, enfim, tudo o que estava relacionado a ela, mas como nação e não como Estado. *Volkstum* e *Deutschtum* traziam consigo a ideia de que a nacionalidade é herdada, produto de um desenvolvimento físico, espiritual e moral: um alemão era sempre alemão, ainda que tivesse nascido em outro país (Gans, 2004, p. 114).

De acordo com Gertz (1991, p. 32) não se sabe quando a ideologia do Germanismo assumiu proporções significativas. O autor afirma que provavelmente havia germanistas entre os primeiros imigrantes, mas a preservação consciente do Germanismo através da manutenção da língua, dos costumes e da pureza de sangue ganhou mais destaque no último quartel do século XIX. Gans (2004, p. 114) também considera o final do século XIX como o período de maior preocupação com a germanidade, período que vai ao encontro da constituição de uma série de sociedades e associações que historicamente são associadas à ideologia germanista.

De acordo com Campos (1998, p. 32), a identidade nacional das comunidades alemãs, tinha como base sentimentos de amizade, solidariedade e fraternidade, por isso era comum que essas comunidades formassem pequenas associações que reforçassem tais sentimentos e valorizassem a língua como forma de cultivar costumes, e tradições artísticas e culturais dos grupos.

O período áureo do associativismo teuto compreende os anos de 1850 e 1942, momento marcado por proliferação de sociedades culturais, recreativas, profissionais e de ajuda mútua entre os indivíduos espalhados pela zona colonial alemã. Anteriormente os imigrantes estavam mais voltados à produção da vida material; somente com uma significativa ascensão econômica a partir de 1850, passaram a se preocupar com o lazer e a afirmação do grupo na sociedade rio-grandense (Silva, 2006, p. 131). Gertz aponta que apesar da relação feita entre o imigrante alemão e o associativismo, as “associações” só começaram a prosperar a partir de 1851 com a chegada dos *Brummers*.

Os *Brummers* eram combatentes contratados pelo Império para lutar na guerra contra Rosas, da Argentina em 1852. Tratava-se de alemães que haviam participado estreitamente das revoluções liberais sufocadas na Europa a partir de 1848. Após a luta contra Rosas em torno de 1800 deles se estabeleceram no Rio Grande do Sul. Conquistaram rápida ascendência sobre os imigrantes pois tinham formação acadêmica superior à deles e participação em movimentos sociais marcantes (Kreutz, 2000, p. 163-164).

Os *Brummers* teriam contribuído para a modificação dessa realidade por constituírem “um grupo de imigrantes com uma formação política, cultural e educacional diferente das massas dos imigrantes chegados até então” (Gertz,

2013, p. 30), e por terem participado de movimentos sociais marcantes (Kreutz, 2000, p. 164). A presença dos intelectuais⁴ dentro do grupo acabou estimulando a criação de várias associações e sociedades (Almeida, 2014, p. 236).

Nessas sociedades, ocorreu a reprodução de tradições alemãs em solo gaúcho, porém elas foram produto de necessidades específicas e adotavam elementos locais. Apesar de São Leopoldo ser considerado o berço da imigração alemã, as primeiras sociedades foram fundadas na região urbana, mais especificamente em Porto Alegre. De acordo com Roche (1969, p. 644), as três primeiras associações alemãs fundadas em Porto Alegre foram: *A Sociedade Germania* (1855), a *Deutscher Hilfsverein* (1858), e a *Sociedade Leopoldina* (1863).

Como é possível observar, elementos marcantes da imigração alemã como o associativismo e Germanismo começaram a se destacar somente na segunda fase⁵, também chamada de fase de expansão do comércio. E foi nessa mesma fase que um grupo composto por imigrantes alemães fundou a *Deutscher Hilfsverein*. No próximo tópico será discutida a fundação dessa sociedade e a decisão de fundar um colégio alemão que atualmente é conhecido como Colégio Farroupilha.

O DEUTSCHER HILFSVEREIN (1858) E A FUNDAÇÃO DO COLÉGIO ALEMÃO (1886)

Em 1858, ocorreu a fundação da *Deutscher Hilfsverein* (Sociedade Beneficente Alemã), sociedade socioeconômica criada para auxiliar imigrantes alemães e seus descendentes que se encontravam em difícil situação financeira. De acordo com Jaques (2013, p. 59), era constituída por representantes de profissões variadas e buscava ampliar seu campo de ação adquirindo mais sócios e organizando filiais em outras regiões. Através de dados disponibilizados por Telles (1974, p. 29-31), podemos perceber que a maior parte dos sócios era composta por comerciantes, mas também havia a presença de cônsules da Dinamarca, da Holanda e da Prússia. Merece especial destaque a presença dos *Brummers*⁶: Theodor Otto Marquardsen, Wilhelm Vielitz, Wilhelm Ter Brügggen, Friedrich Haensel, Carl Friedrich Hoefler, Wilhelm Heinrich Otto Stieher, Hans Adolf Zacharias Schiött, Lothar de La Rue, A. Nütschle, Major

4 Os Brummers costumam ser associados com a intelectualidade e o associativismo alemão, mas através do livro “Memória de Brummer” podemos perceber que nem sempre foi assim, no início por serem mercenários eles não eram bem vistos pelos lusos e teuto-brasileiros (Lenz, 1997, p. 41).

5 Kühn, divide a imigração alemã no Rio Grande do Sul em 3 fases: 1824-1845 (fase de subsistência); 1845-1870 (expansão do comércio); 1870 (desenvolvimento da industrialização).

6 Para saber mais sobre a presença dos *Brummers*, na fundação da *Deutscher Hilfsverein* ver da nota de rodapé 36, até a nota 45 em Figueiredo (2017).

Ferdinand August Maximilian Kersting, Christoph Lenz e Carl Jacob Anton Cheistian Jansen. A eles é atribuído o impulso inicial de criação da sociedade e posteriormente da escola. Além disso, Telles (1974) acredita que devido a seu posicionamento político liberal, foi deles a decisão de criar uma sociedade laica, apesar de possuir grande número de evangélicos entre seus sócios.

A sociedade tinha como ideal a preservação dos costumes, valores étnicos e culturais alemães, e principalmente da língua alemã. Havia a obrigatoriedade de o presidente ser alemão nato e a língua falada nas reuniões e escrita nas atas deveria ser a alemã. Ganz (2004, p. 125), considera essa preocupação como algo que vai além do puro pragmatismo pois também revela um cuidado consciente por parte dos membros em não perder a característica de sociedade alemã.

Na década de 1880, visando melhor cumprir seus objetivos, e fornecer uma instrução adequada, resolveu-se investir na criação de uma escola alemã. A partir de 1883 passaram a promover assembleias gerais para resolver suas diretrizes. Deveria ser uma escola privada para filhos da elite alemã, com carga horária e currículo que atendesse às demandas de um grupo seletivo da sociedade, onde os princípios filosóficos do povo alemão estivessem explícitos (Jacques, 2015, p. 23). Desde o início foi decidido que o ensino deveria ser ministrado em alemão e as taxas escolares não deveriam ser muito baixas:

Partimos do ponto de vista que não é objetivo do *Hilfsverein* proporcionar à população teuta, uma educação barata, mas permitir aos professores oferecer algo melhor e mais sólido que aquele que as escolas alemãs até agora conseguiram dar. [...] as despesas, na maior parte, residem nos vencimentos dos professores. Os mesmos não devem ser muito baixos, pois professores capazes também devem ser bem remunerados e nós teremos de exigir dos professores e também do diretor que se dediquem aos alunos fora do período de aulas. (Hofmeister, 1986, p. 17-18).

A escola⁷ foi criada no ano de 1886, com a denominação de *Hilfsvereinschule*. Inicialmente recebeu apenas alunos do sexo masculino, até 1904, quando foi inaugurada uma escola exclusivamente feminina. A separação entre os sexos predominou até 1929 quando a escola passou a ser mista. Sendo uma escola urbana, possuía uma realidade bem diferente das escolas rurais, onde as aulas geralmente ocorriam em estruturas simples ou na casa do (a) professor (a), que no turno inverso das aulas dedicava-se à agricultura. Também não se encaixava na categoria de escola paroquial, pois sempre foi uma escola laica, sem confissão religiosa. Possuía professores bem pagos para dar aula e ao longo

7 A escola passou por 4 denominações antes de chegar na atual: *Hilfsvereinschule* (1886 – 1930); *Deutscher Hilfsverein* (1930 - 1934); *Hindenburgschule* (1934- 1936); Ginásio Teuto-Brasileiro Farroupilha (1936- 1942); Ginásio Farroupilha (1942 – 1950); Colégio Farroupilha (de 1950 até atualmente).

dos anos, recebeu verba alemã para funcionar, motivo pelo qual no ano de 1934, alterou sua denominação para *Hinderburgschule*, em homenagem ao octogenário presidente da República alemã, Mal Paul Hindenburg.

Ao longo dos anos conforme ia crescendo a escola foi seguindo a tradição de preservar a língua e a cultura alemã, mas também enfatizava a importância de formar bons cidadãos brasileiros. Entre seus objetivos para a década de 1930 estavam os de ser reconhecida como escola superior alemã no estrangeiro, por parte do Ministério do Interior do Reich e objetivava ser admitida no ensino secundário superior brasileiro.

O primeiro concretizou-se em 1934, quando o Ministério Alemão reconheceu que com suas nove classes, estava atingindo os mesmos objetivos da escola secundária alemã, denominada *mittlere Reife* (madureza média) (Telles, 1974, p. 123). Para cumprir a segunda meta, a escola decidiu criar um ginásio.

No ano de inauguração do estabelecimento foi colocado em pauta em reunião da Assembleia Geral da mantenedora a questão do pertencimento à Pátria brasileira e da preservação da etnia alemã.

Isto, que se cria aqui, deverá ser a grande obra cultural dos brasileiros de sangue alemão. Daqui deverão correr as correntes espirituais, capazes de assegurar a preservação da nossa etnia para todo sempre, e isso nossa escola só alcançará, se ela realmente for alemã e brasileira. Quanto à nossa posição política e influência, seremos e permaneceremos tão bons brasileiros como qualquer outra escola deste país. Quem cursar a nossa escola será um cidadão altamente aproveitável à sua Pátria, pois a escola, o ensinou a amá-la e desenvolveu todas as suas forças de modo a ele poder coloca-las a serviço do futuro e da grandeza de sua pátria brasileira. (Roberto Machemer in Telles, 1974, p. 125).

O Ginásio Teuto-Brasileiro Farroupilha foi inaugurado em 1936, no mesmo prédio⁸, onde já funcionavam as atividades de instrução primária e secundária do *Deutscher Hilfsverein*. Iniciava com 1ª e 2ª séries, com 34 alunos matriculados. Destes, 33 eram brasileiros e um alemão, 17 só falavam alemão em casa, 5 só o português e 11 português e alemão (Hofmeister, 1986, p. 40).

Conforme sua denominação era destinado principalmente ao público teuto-brasileiro, “aquele que nasce no Brasil, mas tem sangue alemão. Não importa nesse critério de identificação quantas gerações o separaram da Alemanha” (Seyferth, 1981, p. 115). Seguiu os moldes da escola e de sua

⁸ Localizava-se no centro de Porto Alegre, na Avenida Alberto Bins. De acordo com Silva (2006, p. 135), 11 de cerca de 48 associações teutas estabelecidas em Porto Alegre estavam localizadas nessa região, anteriormente denominada rua São Raphael. Para a autora a relevância deste detalhe está na percepção de que as sociedades teutas de finalidades diversas compartilhavam espaços e ampliavam sua rede de relações ligando-se uma a outra. Portanto pode-se pensar que a localização da escola era estratégica, sendo um ponto de fácil acesso para membros dessas sociedades.

mantenedora, inicialmente atuando como preservador da cultura alemã, porém em decorrência da política de nacionalização do ensino sua trajetória foi marcada por um grande desvio de seus ideais iniciais.

Com esse passo a escola cada vez mais se afastaria do plano original para que fora criada: a preservação do idioma e costumes alemães. De nada adiantava ir contra a maré. Era a marcha do tempo, que assim o determinava e “mandar contra” era tempo perdido (Telles, 1974, p.125).

Como grande parte das escolas étnicas, o ginásio passou por um período turbulento devido às suas características germânicas. Na próxima parte será abordada a questão dos valores culturais da escola e de sua mantenedora que posteriormente entraram em choque com a política de nacionalização do ensino.

A LÍNGUA E OS VALORES CULTURAIS

Como já foi enfatizado, o *Deutscher Hilfsverein* e sua escola eram espaços frequentados por teuto-brasileiros que se consideravam de nacionalidade alemã e de cidadania brasileira. Sua identidade institucional era marcada por uma dualidade étnica: consideravam-se brasileiros, mas, ao mesmo tempo, sentiam-se no direito de preservar a língua e a cultura alemã. Mas que cultura alemã era essa? Como se estabeleceram essas ideias de preservação de características dos antepassados?

De acordo com Seyferth (1981, p. 45), o ponto focal da ideologia nacionalista alemã determina que o povo alemão não necessita estar ligado a um território específico ou a um Estado para construir uma nação. O elo que liga o povo à nação é uma comunidade de interesses e uma cultura, raça e línguas comuns. Os imigrantes alemães que vieram para o sul do Brasil costumavam reforçar ideias desse nacionalismo alemão que se perpetuou devido a situações conflituosas na história alemã.

A história da Alemanha foi marcada pelo conflito entre duas posições antagônicas: de um lado, a busca da unidade política, o esforço pela unificação do país, do outro, o particularismo característico de cada pequeno Estado. Estas duas situações polares – unidade versus segmentação – marcam o desenvolvimento do pensamento nacionalista alemão, irremediavelmente ligado ao processo de unificação do Estado Nacional alemão no século XIX. (Seyferth, 1981, p. 19)

O nacionalismo alemão emergiu e se reafirmou em uma série de períodos de crise⁹, entre eles as revoluções liberais de 1848¹⁰. Como o *Deutscher Hilfsverein*

9 Entre os períodos de crise Seyferth (1981) destaca a invasão napoleônica (1803), a guerra de libertação (1803), a revolução de 1848, a guerra contra a França (1870), os eventos que culminaram com a guerra em 1914.

10 A revolução de 1848 foi uma tentativa obter uma unidade alemã criar um Estado alemão livre e unificado. Porém, foi difícil conciliar os interesses da Áustria e da Prússia e a

foi fundado por *Brummers* que participaram dessas revoluções e por outros imigrantes da segunda fase migratória, há a possibilidade de seus sócios terem sido influenciados pelas ideias do romantismo alemão que circulavam na época. É importante ressaltar que não se parte do pressuposto de que eles necessariamente leram autores românticos, mas que foram influenciados antes de migrar para o Brasil por elementos remanescentes desses discursos que circulavam no período. Para analisar essa questão vamos relacionar os discursos de Herder e Fichte, dois importantes autores dessa vertente, com os que circularam ao longo do tempo no *Hifsverein* e em sua escola.

A INFLUÊNCIA DO ROMANTISMO ALEMÃO NA CONSTRUÇÃO DE UM PERTENCIMENTO IDENTITÁRIO COLETIVO

De acordo com Berlin (2002, p. 603), os primeiros “nacionalistas verdadeiros” são os alemães, seu nacionalismo seria resultado da combinação de orgulho cultural ferido com uma visão filosófico-histórica para estancar a ferida e criar um foco interno de resistência. A ocupação por um inimigo estrangeiro que destruiu modos tradicionais de vida e deixou homens “especialmente os mais sensíveis e conscientes dentre deles”, como artistas, pensadores, entre outros, sem uma posição estabelecida, inseguros e perplexos. Não se irá discutir aqui se o nacionalismo teria ou não surgido com os alemães, porém Berlin explica de forma muito clara o contexto em que estaria surgindo um romantismo alemão, e Herder¹¹ e Fichte¹² são autores particularmente relevantes para essa vertente.

revolução falhou. As tropas prussianas reestabeleceram a ordem, levando muitos liberais e socialistas ao exílio. (SEYFERTH, 1981, p. 27-29).

11 Johan Gottfried Von Herder (1744-1803) nasceu na Prússia Oriental em 1744. Fazia parte de um grupo de pensadores alemães que se distanciaram do iluminismo, não aceitando a ideia de formar a humanidade através princípios e leis universais e “meia dúzia de ideias claríssimas (Justo, 1995, p. 171). Esses pensadores valorizavam noções de “alma do povo”, que estava ligada ao clima, geografia e etnias. Partiam de uma visão do povo vinculada a singularidades e de uma concepção de história muito ligada a natureza, às coisas da terra, ao país de origem e à língua (Campos, 1998, p. 20). Herder dava grande importância a questão linguística, o que pode estar associado com o contexto histórico em que vivia. Durante o século XVIII, as classes privilegiadas alemãs, consideravam o francês o idioma da literatura da boa sociedade e por isso gostavam de cultivá-lo. Herder criticava esse cultivo do francês, considerando-o uma forma de perder a espontaneidade alemã. (Kedourie, 1988, p. 44). O pensamento de Herder estava desprovido de princípios políticos (Berlin, 1976, p. 157), o filósofo desprezava a política institucional e o Estado e defendia a preservação das particularidades culturais de cada povo.

12 Johann Gottlieb Fichte nasceu em maio de 1762, em uma aldeia chamada Rammenau, região saxônica de Oberlautsitz. Foi um dos discípulos de Kant, se inspirava em sua filosofia, e chegou a fazer uma ampliação e modificação da mesma, quando tentou eliminar imperfeições da obra “Crítica da razão pura” (Kedourie, 1988, p. 24). Apoiou a Revolução Francesa, até 1806, quando Napoleão ocupou a Prússia. Kohn, explica como muitos intelectuais se sentiram atraídos pelas ideias da Revolução de Francesa de nacionalismo

Tanto Herder quanto Fichte partiam de discursos morais e filosóficos para enfatizar suas ideias, e consideravam a língua e a cultura elementos essenciais para a constituição de uma nacionalidade. Porém enquanto Herder procurava escrever de forma acessível para que mais pessoas pudessem lê-lo, Fichte dirigia seus escritos a “classe culta alemã” (Fichte, 1984, p. 71). Outra divergência é que, Fichte defendia a ideia de superioridade do povo alemão e era contra o contato com outras línguas, já para Herder, não havia um povo superior a outro, e a constituição de diferentes línguas era vista como algo natural: “Tal como o gênero humano na sua globalidade não podia continuar a ser uma só horda, também não podia permanecer com uma só língua. Assiste-se assim, à constituição de diferentes línguas nacionais” (Herder, 1987, p. 146). O filósofo incentivava que houvesse contato secundário com outras línguas e culturas, desde que se preservasse a língua e a cultura de origem, que não deveriam ser substituídas por elementos estrangeiros.

De acordo com Berlin, uma das condições necessárias para o nascimento do nacionalismo é uma ferida no sentimento coletivo de uma sociedade. Isso, porém, não é suficiente (Berlin, 2002, p. 599). Para gerar uma autoafirmação nacional, também é necessária uma nova visão de vida com a qual a sociedade possa se identificar, e assim se reunir e tentar restaurar a vida coletiva (Berlin, 2002, p. 602). Herder e Fichte tentaram enfatizar em seus discursos alternativas para restaurar a vida coletiva.

A partir do livro memorialístico *Do Deustcher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha* (Telles, 1974), podemos analisar uma possível influência do romantismo alemão na consolidação de uma ideia de pertencimento identitário coletivo dentro do *Hilfsvereinschule*. Serão apontados alguns exemplos de discursos que circularam ao longo da história da instituição que podem ser relacionados com as ideias de Herder e Fichte. Esses exemplos não serão discutidos de forma linear, o objetivo é fazer relações com diferentes temporalidades e demonstrar como essas ideias perpassaram o tempo.

e libertação individual, porém se decepcionaram quando os mesmos se converteram em um expansionismo bélico (Kohn, 1963). Após a ocupação Napoleônica (1806), Fichte escreveu seus “Discursos à nação alemã”, que foram influentes no desenvolvimento de um sentido crescente de identidade nacional alemã (Thombley, 2014). É importante ressaltar que, quando Fichte escreve essa obra, entre 1807 e 1808, não havia uma nação alemã no sentido político, mas para o autor nação era um grupo de pessoas que falavam o mesmo idioma e quando fronteiras separavam tais grupos elas eram arbitrárias, artificiais e injustas. Fichte se esforçou para provar e convencer que o fato de falar o mesmo idioma era motivo suficiente para alterar as organizações políticas existentes e produzir uma nova, em que todos que falassem a língua alemã, fariam parte do mesmo Estado (Kedourie, 1988, p. 52). Além disso, Fichte empenhava-se para demonstrar que a nação alemã era superior a outros povos e que sua cultura gerava seres em que os verdadeiros fins dos homens se aproximavam mais da plena realização do que em homens que estavam fora dessa cultura (Berlin, 2002, p. 597).

O livro memorialístico foi escrito por um ex-aluno¹³, no ano de 1974 com o objetivo de marcar a participação da Associação Beneficente e Educacional de 1858 nas festividades do Sesquicentenário da Imigração germânica. Apesar não ser uma obra acadêmica e ser marcada por uma escrita laudatória, a discriminação da fonte aponta para as diversas possibilidades de seu uso na compreensão da história do colégio, uma vez que reproduz discursos presentes em atas, periódicos escolares, depoimentos de alunos, entre outros documentos que compõem a trajetória da escola. Essa natureza, ao mesmo tempo memorialística e documental, possibilita que se compreenda não só a história como também os ideais e valores da instituição. Da mesma forma, sua composição, ainda que ocorrida oitenta e oito anos após a fundação do colégio, ao remontar em documentos os fundamentos para seu surgimento, reforça a sua vocação documental.

A partir da leitura do prólogo do livro, escrito por Octavio Glycerio Fauth¹⁴ pode-se perceber que a escola desde sua fundação preocupava-se em ressaltar sua lealdade à cultura alemã.

Ambos, Associação e Colégio, são produtos dessa mesma Imigração, resultantes dos esforços conjuntos de alemães e teuto-brasileiros, que em 21 de março de 1858 fundaram o “Deutscher Hilfsverein” (Sociedade Beneficente Alemã). A Sociedade, em 1º de março de 1886, inaugura, nas dependências da Comunidade Evangélica de Porto Alegre, a “Knabenschule des Deutschen Hilfsverein” (Escola de Meninos da Sociedade Beneficente Alemã). Desde aquela longínqua data até o presente, o Colégio Farroupilha, ano após ano, vem formando várias gerações de rio-grandenses, ensinando-lhes o caminho do dever e a serem cidadãos úteis ao Rio Grande e ao Brasil. Mas, em todos esses anos, a Associação e o educandário permaneceram fiéis às suas origens, aos princípios norteadores, ditados em 1858: honestidade, trabalho e cumprimento do dever, que, em última instância, são igualmente as normas básicas que presidiram a imigração teuta para o nosso Estado. (Fauth in Telles, 1974, p. 7).

Ao elencar os motivos para a fundação da sociedade, Telles, destaca que:

Era necessária a presença de uma Sociedade Beneficente, que auxiliasse os teutos nas suas necessidades, dentro dos princípios de um gregarismo germânico para o qual o idioma é *conditio sine qua non*, uma sociedade de auxílio dentro dos moldes tedescos, usando o idioma alemão como expressão da “Innerlichkeit”¹⁵ e, ao mesmo tempo, servindo como elo de ligação com os costumes, e como causa da preservação de valores étnicos

13 É interessante ressaltar que Telles fundou, em agosto de 1948, na Rádio Difusora a *Deutsche Halbe Stunde* (A Meia Hora Alemã), apontada pelo autor como o primeiro programa de rádio alemão na rádio brasileira após a Segunda Guerra Mundial.

14 Octavio Glycerio Fauth era nesse período, o Presidente da Associação Beneficente e Educacional de 1858.

15 *Innerlichkeit* significa interioridade.

e culturais. E, principalmente, como demonstração de amor pela pátria distante. (Telles, 1974, p. 28)

Portanto, a ideia de preservar os costumes, valores étnicos e culturais alemães, já estaria presente desde a década de 1850 e a língua seria o elo de ligação desses elementos. Na década de 1880, chegam à conclusão de que para cumprir seus objetivos seria necessário que também se fundasse uma escola que seguisse os princípios da associação, acreditavam que a “preservação do modo de ser e do espírito alemães somente seria possível através da manutenção da escola alemã.” (Telles, 1974, p. 54).

Tanto Herder quando Fichte enfatizam a questão de um “espírito alemão”. Para Herder, para a pessoa se desenvolver enquanto indivíduo, ela precisa fazer parte de uma comunidade. Essa comunidade forma um espírito especial através da atuação comum.

Herder vê círculos concêntricos na família, nas tribos, nos povos, nas nações e na comunidade de nações, que, em seu nível, formam uma síntese espiritual. Em relação aos povos, fala dos espíritos dos povos (Safranski, 2010, p. 29). O espírito alemão seria formado por uma combinação da individualidade de cada indivíduo com as características comuns da cultura do povo alemão. Entre essas características a língua recebia papel de destaque, considerada como fator constitutivo da alma do homem (Herder, 1987, p. 148).

Fichte, baseando-se em algumas ideias de Pestalozzi, defende a importância de fundar uma nova educação para preservar o espírito alemão que estaria em permanente desenvolvimento.

Com dicha educación se conseguirá, sin duda alguna, el objetivo que nos propusimos [...] Ese espíritu que hay que crear lleva directamente consigo el mayor patriotismo, la concepción de la vida terrena como eterna y de la pátria como portadora de esa eternidade, y em caso de que se infunda entre los alemanes, considera el amor a la patria alemana como uno de sus componentes necesarios; de este amor surge por sí solo el valiente defensor de la patria y el ciudadano pacífico y auténtico. (Fichte, 1984, p. 178).

Fichte acreditava que no contexto das invasões Napoleônicas, a educação era o único meio que podia salvar a independência alemã (Fichte, 1984, p. 176). O filósofo apontava a língua e o ensino como elementos essenciais para preservar o espírito alemão, que corria o risco de se perder. Já Telles, aponta a importância dos mesmos elementos em um contexto onde os imigrantes alemães e seus descendentes estão vivendo em um território estrangeiro.

Por situarem-se longe da “Pátria-mãe” os imigrantes encontravam na criação de sociedades e escolas um meio para desenvolverem-se como indivíduos através da atuação comum dentro de uma comunidade que cultivava a preservação da língua e da raça alemã. O *Hilfsvereinschule* atuava como espaço

de ligação de uma comunidade alemã residente no Brasil com sua Pátria de origem através do ensino e cultivo do espírito alemão.

Décadas após a fundação da instituição escolar a necessidade de preservar o espírito alemão¹⁶ continua ganhando destaque, porém ela passa a ser apontada como um meio de ser útil a pátria brasileira. Referindo-se ao relatório de final de ano redigido pelo Diretor Kramer em 1930, o memorialista enfatiza que:

O objetivo da escola não era competir com os ginásios brasileiros no tocante ao Português, mas sim, a preservação do idioma e do modo de ser alemães. Não prestava a escola um grande serviço ao Brasil, inculcando o mundo espiritual alemão aos seus alunos? Não iriam, eles empregá-lo aqui mesmo? [...] não se queria transformar os pupilos em cidadãos alemães, mas em bons brasileiros que imbuídos do mundo intelectual alemão, que cultivassem as boas qualidades da etnia e os bons costumes trazidos da terra dos antepassados. (Telles, 1974, p. 114)

A partir desse excerto é possível questionar: Por que os alunos serviriam melhor ao Brasil conservando o espírito alemão? Havia uma crença de superioridade da etnia alemã? Fichte, defendia certa superioridade do povo alemão, apontando-o sua pureza e autenticidade. Não havia no *Hilfsvereinschule* um discurso de “pureza”, mas havia um discurso de história autêntica e pioneira da escola inicialmente apontada como “alemã” e com o decorrer do tempo como “teuto-brasileira”¹⁷. Telles (1974) chega a comprar a escola com o Instituto Goethe, dizendo que a escola exercia papel semelhante, observação interessante se refletirmos sobre o papel que o Goethe exerce como instituto cultural alemão e sua ligação com a embaixada da Alemanha. Em outras palavras, ao fazer essa afirmação Telles poderia estar atribuindo o sentimento de pertencimento nacional da escola à Alemanha e não ao Brasil, o que altera-se gradativamente quando ela passe a ser considerada teuto-brasileira.

Para preservar o espírito alemão, Fichte chama atenção para a importância do uso de mobilizações de grandes acontecimentos, e grandes homens do passado, como Lutero. A escola também fazia culto a História e a figuras do passado alemão, através da História, da literatura estudada e dos feriados e festividades escolares

16 A relação da escola com a Alemanha não se dava somente através de aspectos morais. Desde sua fundação, quando ainda nem havia uma nação alemã no sentido político, o colégio recebia periodicamente verbas do governo da Prússia para auxiliar a mantê-lo. Essa ajuda financeira permaneceu até 1914 quando a situação se inverteu e a escola passou a arrecadar dinheiro para o “auxílio de guerra” e enviar para a Alemanha (Telles, 1974, p. 100).

17 A escola se considera autêntica e pioneira por: Ser uma das primeiras escolas laicas de Porto Alegre; por ter fundado o primeiro Kindergarten (Jardim de infância) do Rio Grande do Sul, em 1911; por ter unido classes masculinas e femininas em uma escola mista em 1930, quando predominava no Brasil a separação dos sexos; e por oferecer cursos de alemão tanto para alunos quanto para o público externo.

Na década de 1890, devido ao aumento do número de alunos, sentiu-se a necessidade de construir um novo prédio escolar, em 1895, foi feita uma cerimônia para colocação da pedra fundamental do que seria a nova sede da escola, o diretor da escola convidou o Consul do Império Alemão para dar a primeira martelada.

E agora, prezado Sr. Consul, como representante do Império Alemão, da terra de nossos pais, cujo idioma tão caro para nós, cuja história gloriosa e literatura encontrarão um abrigo no novo edifício, solicito que V. Excelência seja o primeiro a dar as marteladas usuais (Carlos Huber in Telles, 1974, p. 62).

A partir desse discurso, é possível observar que o Império Alemão não é apontado como “nossa terra”, mas sim “terra dos nossos pais” assim essa geração já não possuía uma terra em comum. Não havia, portanto, uma comunhão geográfica, o que ligava os filhos aos pais era uma comunhão espiritual que se manifestava através do cultivo da língua e da cultura alemã. Essas ideias podem ser relacionadas ao romantismo de Herder e sua ideia de comunidade linguística cultural. Para o autor a língua constituía

“Ao fim e ao cabo, o sinal verbal do grupo, o laço da família, o instrumento da instrução, o canto heroico dos feitos dos antepassados, a sua própria voz vinda dos túmulos” (Herder, 1987, p. 154). Além disso, o discurso de Huber demonstra a preocupação em trabalhar as gloriosas história e literatura alemãs. Quanto aos feriados e festividades, desde a fundação do *Hilfsvereinschule*, fazia-se recesso escolar no dia da reforma protestante, organizava-se solenidades para homenagear figuras como Goethe e Schiller¹⁸, e o Imperador Alemão Wilhelm (Guilherme I¹⁹). A partir de 1934 também passara a comemorar o Dia do Colono, onde os primeiros imigrantes eram transformados em heróis nas histórias épicas da imigração. A importância dessa festividade está na ideia de colono pioneiro que carrega consigo a sociedade e a comunidade cultural de que faz parte alargando-a em novos territórios. Porém, ao longo do tempo

18 Em 1905 foi o centenário da morte do poeta Johann Christoph Friedrich e a escola promoveu festividades para homenageá-lo. Em 1908 perceberam que ainda possuíam as sobras monetárias das festividades e resolveram utilizá-las para homenagear os alunos que obtivessem melhor desempenho escolar. Foi então instaurada a tradição do *Schillerpreis* (prêmio Schiller), consistia em homenagear os melhores alunos com presentes ou bolsas de estudo “distribuídas àqueles discípulos que demonstrassem ter maior capacidade para assimilar a formação cultural alemã” Schiller também foi um autor romântico, criar essa tradição em sua homenagem reforçava as origens intelectuais da missão da escola (Telles, 1974, p. 89).

19 A *Hilfsverein* costumava promover grandes festas para comemorar o aniversário de Guilherme I em sua chácara denominada *Wilhelmshöhe*. Para Gans (2004, p. 141), o nome da chácara pode significar tanto uma homenagem direta ao imperador quanto a vitória na guerra franco-prussiana, já que *Wilhelmshöhe* também é o nome de um castelo que serviu de prisão para Napoleão III após sua rendição em Sedan no ano de 1870.

começaram a comemorar datas como a Independência do Brasil, a Proclamação da República, a Revolução Farroupilha, entre outras.

O interessante é que mesmo em datas relevantes para a história do Brasil, ainda destacava-se a presença do Germanismo. Em 1937, por exemplo, nas comemorações do dia 7 de setembro, os alunos cantaram duas canções brasileiras e vinte e sete alemãs (entre elas canções folclóricas²⁰ e da juventude Hitlerista). Na mesma cerimônia, alguns estudantes se expressavam em língua portuguesa, mas o diretor e o restante dos alunos se pronunciavam em língua alemã (Telles, 1974, p. 129). Além disso, a partir da leitura do livro memorialístico, tem-se a impressão de que quando a escola tentava aderir a costumes que não remetessem ao Germanismo, tinham mais êxito em comemorações regionais como a do 20 de setembro²¹, do que em comemorações nacionais.

Outra questão fundamental, e talvez até a mais importante nesse estudo de caso, é a da língua. Na noção de nacionalismo próprio da cultura alemã, é forte o componente linguístico. Os acidentes históricos teriam levado integrantes dessa cultura a se dispersarem passando a viver em diversos países. Apesar disso, a unidade dos grupos teria triunfado pela cumplicidade do uso da mesma língua (Campos, 1998. p. 23- 24).

De acordo com Kedourie,

las peculiaridades, idiosincrasias, y diferencias que distinguen a los individuos unos de otros, son algo santo que se debe fomentar y preservar, puesto que la armonía universal sólo puede resultar a través del cultivo de cada individuo de su propia peculiaridade, por medio de la consecución de su propia perfeccion de cada especie. El idioma es el medio por el cual el hombre se hace consciente de su personalidad. El idioma no sólo es un vehículo de proposiciones racionales, es la expresión exterior de una experiencia interior, el resultado de una historia partícula, el legado de una tradición característica. (Kedourie, 1988, p. 47)

Herder e Fichte também enfatizam a língua como um elemento que diferencia os indivíduos e que faz parte de uma tradição característica.

Herder se opunha às teorias de sua época que defendiam a ideia de que cada idioma era uma criação de Deus e que a linguagem seria o produto de uma faculdade racional. Para o autor, a linguagem teria surgido a partir do momento em que o homem sentiu a necessidade de expressar seus sentimentos (Kedourie,

20 De acordo com Telles, (1974, p. 14) devido ao amor a terra que os alemães e seus descendentes possuíam, suas questões folclóricas falavam de amor, da floresta, da lealdade, das caçadas, do vinho, dos campos, de Deus e dos homens e de tudo que compunha o meio ambiente.

21 O colégio começou a comemorar o dia 20 de setembro no início da década de 1930, e até hoje as comemorações dessa data são motivo de grande festa. Os membros do corpo docente, discente e administrativos vão “Pilchados” para a escola e comemoram através do culto ao Hino e a Bandeira Rio Grandense, apresentações com danças tradicionais gaúchas, roda de chimarrão, churrasco, entre outros (Almeida, 2014).

1988. p. 47). Só com a língua materna seria possível comunicar as emoções, pensamentos e ideias e permitir a todas as camadas da população desenvolver um sentimento patriótico comum (Llobera, 2000, p. 163- 164). A língua representaria a expressão específica do espírito nacional, sendo a única forma de manifestar a via real para a identidade da nação. Por isso, era essencial que a escolaridade fosse feita na língua materna, pois nenhuma cultura germânica genuína poderia surgir e desenvolver-se sem o uso do alemão. O filósofo afirmava que muitas coisas poderiam se perder ao longo da vida do povo, até mesmo sua independência política, mas que se a língua fosse preservada a nação continuaria subsistindo (Llobera, 2000, p. 163). Portanto, o pertencente a uma nação poderia até conhecer outros idiomas e costumes, mas esses não poderiam substituir a língua e os costumes de sua nação (Kedourie, 1988. p. 74).

Fichte, no seu IV discurso à nação alemã, elenca diferenças entre os alemães e os demais povos de proeminência germânica, entre elas estão a questão de que enquanto os alemães permaneceram em seus locais de origem, os demais se deslocaram para outros locais (Fichte, 1984, p. 96). Porém, posteriormente aponta que a mudança da terra natal é insignificante, pois “El hombre se aclimata fácilmente a cualquier latitud, de forma que las características étnicas, lejos de modificarse em razón del lugar de residencia, domina sobre éste y lo transforman a su manera.” (Fichte, 1984, p. 97). A mais significativa alteração seria a da língua. Enquanto os alemães teriam continuado a falar a língua originária, o restante dos povos teria aceitado línguas estrangeiras. Para o filósofo, os homens são muito mais formados pela linguagem, do que a linguagem pelos homens, a língua teria assim, uma imensa influência sobre todo o desenvolvimento humano de um povo, sendo o verdadeiro ponto de confluência do mundo dos sentidos e dos espíritos (Fichte, 1984, p. 106). Por isso, defende que deve-se permanecer sempre com a mesma língua.

O *Hilfsvereinschule* sempre deu muita importância à preservação da língua alemã, até o decreto da nacionalização do ensino, o principal idioma ensinado na escola era o alemão, e a língua portuguesa era ensinada como se fosse um idioma estrangeiro. Quando alunos brasileiros que não tinham o domínio do idioma germânico se matriculavam na escola, eram aconselhados a fazer o curso de língua e cultura alemã que era oferecido como atividade extraescolar (Telles, 1974, p. 73).

Telles também defende a ideia de que a língua alemã está mais ligada à questões de sensibilidade do que ao racionalismo.

O idioma é a forma pela qual o alemão expressa a sua “Innerlichkeit”²². A língua alemã se caracteriza pela imensa variedade de formas de expressão; para exprimir um pensamento ela oferece várias formas, na construção de frases ela procede sempre de maneira sintética. Encerra uma riqueza de matizes do pensamento, de imagens e símbolos. As frases se formam mais num desenvolvimento sensitivo do que num ordenamento lógico. As palavras desempenham sua função menos por uma lei racional do que por um arbítrio subjetivo e sensibilidade pessoal [...]. (Telles, 1974, p. 10)

Além disso, o autor aponta que o idioma alemão teria duplo significado:

[...] serve como meio de comunicação, de entendimento entre o povo e apresenta um conteúdo cultural. Talvez em nenhuma outra nação se encontre situação similar: a língua serve como elo de ligação à pátria, aos alemães e seus descendentes no ultramar. (Telles, 1974, p. 11).

Desta forma, o emprego deste idioma significaria adesão ao mundo cultural alemão, assim como uma tentativa de preservar os valores étnicos. Até 1938, o idioma foi preservado na escola e em sua mantenedora através da oralidade, da escrita, do cotidiano escolar, dos periódicos impressos, das atas de reuniões, das canções que estavam presentes nas datas comemorativas, entre outros. A língua era considerada um elo entre a cultura, os costumes, as tradições e o espírito alemão. Segundo Roche (1969, p. 669), a escola “fora uma das mais ardentes propagandistas da cultura alemã e das doutrinas pangermanistas²³”.

O conjunto desses elementos foi contribuindo gradativamente para a construção de um pertencimento identitário dentro do cotidiano escolar. Era um pertencimento simultâneo ao Brasil (terra de nascimento), e a Alemanha (terra onde estava o sangue e a língua materna da população).

CONSIDERAÇÕES

Buscou-se enfatizar a importância do estudo do romantismo alemão para compreender a formação de um pertencimento identitário coletivo dentro de uma instituição de ensino fundada por imigrantes alemães. Apesar de este estudo ter abrangido somente o caso específico do *Hilfsvereinschule*, possivelmente possa auxiliar a compreender que tipos de elementos contribuíam para que as

²² “Innerlichkeit” significa interioridade.

²³ O pangermanismo estava relacionado a ideia de que todos os alemães e seus descendentes, em todo o mundo, poderiam formar uma unidade nacional sem se constituírem, necessariamente traidores dos Estados dos quais são cidadãos. Os difusores de doutrinas pangermanistas deveriam trabalhar para tornar a Alemanha uma forte potência mundial, abrindo mercados para a indústria e o comércio alemães ou divulgando a cultura e a língua dos seus ancestrais (SEYFERTH, 1981, p. 36). A Liga Pangermânica foi fundada em 1890, e não há registros oficiais da participação da escola nem de sua mantenedora na liga, mas havia semelhanças em seus ideais.

escolas teuto-brasileiras constituíssem gradativamente sua identidade própria. É importante compreender essa questão antes de analisar como posteriormente os ideais das instituições foram se chocando com as políticas de nacionalização do ensino, resultando no fechamento de muitas escolas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. As marcas do novo: do Colégio Alemão ao Colégio Farroupilha: In: QUADROS, Claudemir de (org.). Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: Editora UFSM 2014, p. 233- 258.

BERLIN, Isaiah. Vico and Herder: Two studies in the history of ideas. New York: The Viking Press, 1976.

BERLIN, Isaiah. **Estudos sobre a Humanidade:** uma antologia de ensaios. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas:** proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil. Tese (doutorado) Campinas, SP: [S.N.], 1998.

FICHTE, Johann Gottlieb. **Discursos a la nación alemana.** Barcelona: Ediciones Orbis, 1984.

FIGUEIREDO, Milene. **A Nacionalização do Ginásio Teuto-Brasileiro Farroupilha:** Um complexo jogo de adesões e resistências (1937-1945). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.

GANS, Magda Roswita. **Presença teuta em Porto Alegre no século XIX.** Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH/RS, 2004.

GERTZ, René: Estado Novo: um inventário historiográfico. In: SILVA, José Luís Werneck da (org.). **O feixe e o prisma** - uma revisão do Estado Novo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

_____. **O fascismo no sul do Brasil.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

HERDER, Johann Gottfried. **Ensaio sobre a origem da linguagem.** Lisboa: Edições Antígona: 1987.

HOFMEISTER FILHO , Carlos. **Colégio Farroupilha:** 100 anos de pioneirismo (1886- 1986). Porto Alegre: s.d., 1986.

JACQUES, Alice Rigoni; **Associação Beneficente e Educacional de 1858 e o Colégio Farroupilha.** In: BASTOS, Maria Helena Camara; JACQUES, Alice Rigoni; ALMEIDA, Dóris Bittencourt (org.). Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha/ RS: memórias e histórias (1858-2008).Porto Alegre, EDIPUCRS, 2013. p. 51-76.

JACQUES, Alice Rigoni; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha/RS:** memórias e histórias (1858-2008):

volume II. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. p. 170-186.

JUSTO, José M. Posfácio. In: HERDER, Johann Gottfried. **Também uma filosofia da história para a formação da humanidade**. Lisboa: Antígona, 1995.

KEDOURIE, Elie. **Nacionalismo**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1988.

KREUTZ, Lúcio. **Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil**: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. In: Revista Brasileira de Educação. n. 15, set./out/nov., 2000, p. 159-176.

KOHN, Hans. **A era do nacionalismo**. São Paulo: Fondo de Cultura, 1963.

KÜNH, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LABORIE, Pierre. 1940-1944: Os Franceses do Pensar-duplo. In: ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. (org.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários**. Vol. 1 – Europa. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2010. p. 31-44.

LEZN, Cristovão; SCHÄFER, Henrique; SCHNACK, Júlio Jorge; FLORES, Hilda Agnes HÜbner. **Memórias de Brummer**. Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 1997.

LLOBERA, Josep. R. Nacionalismo político e Cultural. In: LLOBERA, Josep. R., FERREIRA, Vitor; SOBRAL, José Manuel (Orgs.). **O Deus da Modernidade**: o desenvolvimento do nacionalismo na Europa Ocidental. Oieras: Celta Editora, 2000.

LUCA, Tania Regina de. Imigração e Teorias Antropológicas no Brasil (1910-1920). IN: DREHER, Martin N. ; RAMBO, Arthur Blásio Rambo; TRAMONTINI Maros Justos. **Imigração & imprensa**. Porto Alegre EST/ São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004. p. 35- 47

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Edusp, 1984

SEYFERT, Giralda. **Construindo a Nação**: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz e CCB, 1996.

SILVA, Haike Rosane Kleber da. **Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão**: a história de uma liderança étnica (1868-1950). São Leopoldo: Oikos: 2006.

TELLES, Leandro. **Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha**. Porto Alegre: ABE, 1974.

THOMBLEY, Stephen. **50 pensadores que formaram o mundo moderno**: perfis de cinquenta filósofos, cientistas, teóricos políticos e sociais e líderes espirituais marcantes cujas ideias definiriam a época em que vivemos. Rio de Janeiro: Leya, 2014.

F É E RESISTÊNCIA: COMO A COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL DE NOVA TEUTÔNIA ENFRENTOU O NACIONALISMO DO ESTADO NOVO

Sandra Kuester¹

INTRODUÇÃO

O distrito de Nova Teutônia, localizado na cidade de Seara, no oeste de Santa Catarina, comemora em 2024 cem anos de colonização, sendo a primeira localidade a ser colonizada na cidade. Neste local, encontra-se uma comunidade religiosa ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), que hoje faz parte da paróquia de Seara/SC, mas teve sua origem no início da colonização, em 1924.

Ao longo desses cem anos, a comunidade enfrentou diversos desafios, superando todos eles graças aos fortes laços de pertencimento construídos ao longo de sua trajetória. Dentre os desafios enfrentados, destacam-se a resistência da comunidade e dos ministros contra o período nacionalista e as angústias vividas durante a Segunda Guerra Mundial. Estes eventos são analisados a partir dos registros feitos em alemão pelo Pastor Krause, com embasamento teórico de estudiosos da cultura teuto-brasileira.

A resistência da comunidade e dos ministros diante do período nacionalista demonstra a força dos laços de pertencimento entre os membros praticados através da religião e da cultura. Já as angústias vividas durante a Segunda Guerra Mundial evidenciam a reação dos membros às proibições impostas pelo nacionalismo, como o desejo de vitória da Alemanha e retorno à sua terra natal.

Os registros em alemão feitos pelo Pastor Krause fornecem um importante material para a compreensão desses desafios enfrentados pela comunidade ao longo do tempo. Além disso, a análise embasada na cultura teuto-brasileira do país permite uma reflexão mais ampla sobre o impacto desses eventos na comunidade e na sua inserção na sociedade brasileira.

Assim, ao completar cem anos de colonização, a comunidade de Nova

1 Graduada e mestre em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, graduada em Ciências da Religião pelo Centro Universitário Cidade Verde. Professora de Ensino Religioso da rede municipal de Seara/SC. Email: profesandrakuester@gmail.com.

Teutônia reafirma sua história de superação e resiliência, mantendo viva sua identidade cultural e religiosa, e contribuindo para o enriquecimento da diversidade cultural do Brasil.

RESISTÊNCIA AO ESTADO NOVO:

Um Estudo dos Registros do Pastor Krause

Em 2024, o distrito de Nova Teutônia, localizado em Seara, Santa Catarina, celebra seu centenário de colonização, sendo a primeira localidade a ser colonizada na cidade. A comunidade religiosa presente no local está ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), e atualmente faz parte da paróquia de Seara/SC.

Sua origem remonta ao início da colonização, em 1924, refletindo a importância histórica e cultural da presença luterana e germânica na região. A celebração do centenário é uma oportunidade para reconhecer e valorizar a herança deixada pela comunidade religiosa, que desempenhou um papel significativo na história e na formação da identidade de Nova Teutônia.

Para falar sobre a comunidade, é fundamental dedicar algumas linhas ao processo colonizador. Sobre esse assunto, Lori Altmann (2007) tem bastante a contribuir. Segundo a autora, a comunidade foi colonizada por imigrantes alemães e gaúchos através da colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda.

As terras comercializadas pela Luce, Rosa localizavam-se parte no Rio Grande do Sul e parte em Santa Catarina, e os lotes vendidos tinham em média 25 ha cada. Esta empresa mantinha escritório em Barro e representações temporárias em Passo Fundo, Santa Maria e nos diferentes locais colonizados por ela. No sudoeste do estado de Santa Catarina, colonizou as áreas dos atuais municípios de Itá, Seara e Chapecó, onde foram fundadas, até 1921, as colônias de Barra Grande, Irany, Uvá e Poço Rico, e também as povoações de Itá, Nova Santa Cruz, Teutônia, Irany e São Raphael. (ALTMANN, 2007, 134)

Mas, para atrair compradores, segundo Altmann (2007), a empresa investiu em propagandas. Durante a década de 1910, a propaganda em língua alemã, atraiu famílias a comprar terras nas regiões entre Santa Maria e Marcelino Ramos, no sul do Brasil. A propaganda incluía distribuição de panfletos nas estações de trem e jornais lidos pelos colonos. O material apresentava a região como um lugar adequado para receber as famílias, com estradas planejadas e até mesmo uma ferrovia projetada, que nunca foi construída. (ALTMANN, 2007)

Nos estudos de Altmann (2007) também mostram que a colonizadora havia destinado parte de suas terras para a construção de escola, igreja e cemitério. Também ressalta que as colônias deveriam estar bem delimitadas

entre alemães e italianos, para assim facilitar o processo colonizador.

De acordo com Willems (1980), as empresas colonizadoras vendiam terras e adotavam um sistema de colonização que se adequasse aos seus interesses econômicos. Para evitar conflitos culturais entre imigrantes de diferentes nacionalidades ou entre imigrantes e nativos, eles alocavam os imigrantes em grupos que compartilhavam a mesma cultura.

Nesse contexto surgem as primeiras famílias colonizadoras² e formam a comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Nova Teutônia. O processo de formação da comunidade e os desafios que enfrentaram foram descritos em registros em alemão pelo pastor Hans-Dietrich Krause em 1974. Estes registros estão hoje de posse do arquivo paroquial da Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Seara/SC, ao qual a comunidade pertence.

Nesses relatos há a informação de que no dia 1º de julho de 1922, a sede pastoral “Barra Grande-Irany” foi oficialmente estabelecida como comunidade patronal pela empresa colonizadora Luce, Rosa e Cia. de Porto Alegre, em Itá/SC. A localização estratégica da sede pastoral e o papel do Pastor Georg Weidemann como administrador da colônia foram fundamentais. O contrato especial firmado com a companhia de terras para o pagamento do ordenado-base pastoral anual ao Pastor Weidemann foi um marco. A trajetória religiosa e administrativa na região teve início em 12 de novembro de 1922, com o primeiro culto em Nova Teutônia. No entanto, a comunidade enfrentou desafios, como a epidemia de tifo em 1924. A paróquia “Barra do Sarandi” foi estabelecida em 1935, com o Pastor W. Schiemann como o primeiro pastor. A difícil realidade enfrentada pela comunidade de Nova Teutônia (viver em uma mata virgem, sem conhecimento do clima e da região, e com escassez de alimentos) e os desafios enfrentados pelos pastores subsequentes (em travessias de rios, dificuldades nas estradas e picadas) são evidenciados por Krause e revelam a união da comunidade para superar as adversidades. (KRAUSE, 1974)

Em janeiro/fevereiro de 1942, após o rompimento de relações entre Alemanha e Brasil, as restrições impostas pelo governo brasileiro afetaram significativamente o culto e o ensino na igreja e em locais públicos. A partir desse período, apenas a língua portuguesa poderia ser utilizada para tais atividades, o que representou um desafio considerável para a comunidade religiosa, uma vez que mais de 95% dos membros da paróquia falavam e entendiam apenas a língua alemã. (KRAUSE, 1974)

Os imigrantes alemães consideravam a fé, manifestada através da religião,

2 É importante lembrar também, que antes da colonização, estas terras eram habitadas por povos kaingang e que o conflito por território é evidente nesta região, pois próxima à ela existe a aldeia indígena Toldo Pinhal que reivindica seu espaço. (ALTMANN, 2007)

fundamental para a sua cultura. Entre eles havia católicos e luteranos.

Ao estabelecerem no Sul do Brasil, estes protestantes luteranos, passaram a reconstruir seu universo religioso com a finalidade de se sentirem atendidos espiritualmente. Era necessário batizar crianças, confirmar os adolescentes, casar, formando novas famílias e sepultar os mortos. (LIA; RADÚNZ, 2014 p. 43)

O luteranismo desempenhou um papel importante na manutenção da identidade e ideologia germânica nas colônias alemãs, através da devoção religiosa. Os luteranos praticavam sua fé e realizavam rituais litúrgicos em alemão, ao contrário dos católicos que também utilizavam o latim e o português. As palavras de Dreher confirmam essa lógica

O cultivo da germanidade está no sangue e na alma da Igreja Evangélica, que com razão foi designada de fruto da união do Evangelho com o germanismo. [...] Quem deixa de sentir e pensar evangelicamente deixa de ser alemão e vice-versa; quem nega a língua e a índole alemã, também se perderá para a Igreja. (DREHER, 1984, p.92-93)

Nesse contexto, o Pastor Krause caracterizou a situação como sendo de uma “igreja sob a cruz” (KRAUSE, 1974, s/p), refletindo a adversidade enfrentada diante das novas leis governamentais. Além disso, as restrições de viagem impostas aos estrangeiros dificultaram a atuação do Pastor Krause, resultando em uma redução na realização de cultos em Santa Catarina durante o ano de 1942. (KRAUSE, 1974)

No entanto, a intervenção do subdelegado de Itá/SC, Sr. José Lang, foi fundamental para viabilizar a autorização do pastor para prestar serviços às comunidades em Santa Catarina. Mesmo diante das dificuldades, o Pastor Krause contou com o apoio de autoridades locais, como o subdelegado de Rio Novo (Aratiba/RS), que, embora não tenha emitido um documento de autorização, assegurou que Krause poderia realizar seus serviços em Santa Catarina com base na autorização concedida por Itá/SC. (KRAUSE, 1974)

É importante ressaltar que a documentação obtida por Krause em 1938, por intermédio do Sínodo Rio-grandense, desempenhou um papel crucial ao garantir sua permanência legal no país, permitindo-lhe superar diversos obstáculos durante esse período desafiador. (KRAUSE, 1974)

Ademais, em meio às restrições e pressões enfrentadas, o Pastor Krause e sua família passaram por momentos de tensão, como o inquérito de quatro horas realizado pela polícia especial em 17/07/1942. No entanto, graças à sua documentação legal e à intervenção das autoridades locais, conseguiram superar tais adversidades. (KRAUSE, 1974)

Durante cerca de 4 anos, a língua alemã foi proibida, impactando

significativamente as comunidades teuto-brasileiras. As escolas comunitárias em toda a paróquia já haviam sido vítimas da nacionalização em 1937/1938, antes do período de ministério do Pastor Krause. Nesse contexto, as comunidades teuto-brasileiras mantiveram-se fiéis ao culto, realizando batismos, confirmações e casamentos, apesar das restrições linguísticas. (KRAUSE, 1974)

No entanto, a comunidade de Nova Teutônia, composta quase exclusivamente por alemães do *Reich*, adotou uma postura diferenciada. Os cultos foram boicotados e apenas duas famílias teuto-brasileiras frequentavam regularmente as cerimônias. Alguns alemães do *Reich*, anteriormente ligados à igreja, ocasionalmente participavam dos cultos. A crença na vitória da Alemanha na guerra levava muitas famílias alemãs do *Reich* a planejarem o retorno ao seu país de origem. (KRAUSE, 1974)

Essa situação resultou em um baixo número de batismos e nenhuma confirmação em Nova Teutônia durante os 4 anos de proibição da língua alemã. Apenas uma jovem, foi confirmada na igreja em 1944. (KRAUSE, 1974)

Alguns membros, sobretudo homens, haviam tido uma relação bastante distanciada com a igreja já na Alemanha. Um deles expressou a seguinte opinião: “O Pastor Krause não é mais um alemão” (KRAUSE, 1974, s/p). O pastor, naquela época, mantinha a esperança na vitória da Alemanha, apesar de ter se tornado bastante cético e crítico devido à guerra movida contra a Rússia. Sua visão era embasada em sua leitura de livros dos russos Tolstói e Dostoiévski, bem como em seus estudos de história na Universidade de Berlim. Para ele, os russos não eram “seres humanos inferiores [*Untermenschen*]” (KRAUSE, 1974, s/p), mas sim adversários a serem levados muito a sério, tanto do ponto de vista intelectual quanto militar.

Neste momento, nota-se o sentimento de não pertencimento ao país em que se vive, mas sim, ao país de origem, no caso, Alemanha. Nas palavras de Probst e Ficht (2019) nos núcleos coloniais, os imigrantes reproduziram em grande parte a cultura de origem, baseada nas relações diárias dos grupos, como classe, gênero, comércio e religião, combinando símbolos materiais e imateriais.

Estes elementos estreitaram os laços de pertencimento entre os imigrantes com sua pátria, o que Seyferth (1981) chama de *Mutterland*. Para a autora, esse termo refere-se à “terra-mãe” ou à pátria ancestral, evocando um senso de conexão emocional e cultural com a Alemanha como a terra de origem ou a pátria espiritual para os alemães e suas comunidades no exterior. Este termo é frequentemente usado para expressar um forte vínculo emocional e cultural com a Alemanha, mesmo para aqueles que vivem fora do país.

Esse vínculo é apresentado por Seyferth (1981) como *Deutschtum*, o qual refere-se à identidade cultural alemã, incluindo elementos como a

língua, tradições, costumes e valores associados à cultura alemã. Este termo é frequentemente utilizado para descrever a consciência e a expressão da identidade alemã, tanto dentro da Alemanha como em comunidades alemãs no exterior.

Assim, com a proibição do uso da língua alemã no país, automaticamente o *Deutschtum* da comunidade foi abalado, e isso intensificou o desejo de retorno à terra-mãe, a *Mutterland*. Esse sentimento despertava no governo, segundo Seyferth um alerta para um suposto “perigo alemão”.

A principal evidência do “perigo alemão” (basicamente, o risco do Rio Grande do Sul e Santa Catarina se transformarem numa colônia da Alemanha, ou mesmo num Estado independente com apoio alemão) para aqueles brasileiros preocupados com as secessão do sul, estava na dificuldade de assimilar, abasileirar, caldear, uma população enquistada, com a mentalidade diversa e que se recusava a falar o idioma nacional. As discussões sobre o “perigo alemão” atravessaram as duas primeiras décadas do século XX, inclusive no Congresso Nacional, alimentadas por vários incidentes, sobretudo durante a primeira guerra mundial (quando a imprensa teuto-brasileira se posicionou a favor da Alemanha) (SEYFERTH, 1994, s/p.)

Além disso, o contexto em que Krause relatou refere-se ao Brasil na política de nacionalização promovida por Vargas. Em 1930, Getúlio Vargas assumiu o poder e se deparou com uma sociedade diversificada e em crise. O então presidente implementou políticas para superar a crise econômica, como a renegociação da dívida externa e a nacionalização do sistema financeiro. Além disso, foi adotada uma política baseada no positivismo, na qual o Estado coordenaria a anarquia de mercado e garantiria a coesão social. (PROBST; FICHT, 2019)

Houve uma busca por um processo de nacionalização e uma tentativa de formar uma identidade coletiva no Brasil. O nacionalismo surgiu como um esforço de unificar o povo e promover a modernização econômica. No entanto, essa ideia de construir uma sociedade “brasileira” ameaçou a pluralidade cultural que sempre foi parte da sociedade, e, nesse caso, das comunidades de imigração alemã espalhadas pelo país.

Além desta repressão por parte do governo, a precariedade financeira das famílias durante a guerra, aliada a uma seca devastadora, agravou ainda mais a situação em Nova Teutônia. No final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a comunidade encontrava-se em estado precário, com a capela-escola e o cemitério abandonados. (KRAUSE, 1974)

Ao término da guerra, havia um intenso desejo nas comunidades teuto-brasileiras de retomar o uso da língua alemã nos cultos religiosos. Krause registrou em sua estatística que mais de 95% dos membros da Paróquia não

compreendiam os sermões em língua portuguesa, e evidenciou a urgência do retorno da língua alemã para as cerimônias religiosas. (KRAUSE, 1974)

Nesse ponto, vale a pena ressaltar a construção da memória histórica a partir dos registros de Krause, e percebê-lo como agente histórico. Pelo fato de preocupar-se com a falta do entendimento da língua alemã, percebe-se que, assim como a comunidade, Krause se importava com a manutenção do *Deutschtum*. Pois, de acordo com Halbwachs (1990), a memória não é apenas um fenômeno individual, mas também um fenômeno coletivo, e é constantemente reconstruída e reinterpretada dentro de contextos sociais e culturais específicos.

Após a retomada dos cultos em língua alemã em março/abril de 1946, houve um aumento significativo na frequência das celebrações em todas as comunidades da paróquia. No entanto, muitos habitantes da região estavam desolados devido ao desfecho desfavorável da guerra para a Alemanha. (KRAUSE, 1974)

Em 1946, durante a guerra, poucos membros haviam deixado a Igreja. Ao tentar retomar a cobrança das contribuições à comunidade, que em sua maioria não haviam sido pagas durante o conflito, apenas 15 membros se inscreveram na nova lista de membros. Ao final do ano, esse número havia aumentado para 16. Somente na década de cinquenta foi possível alcançar novamente o número de membros de 1940, o qual continuou a crescer de forma constante dali em diante. (KRAUSE, 1974)

Inicialmente, foram as mulheres que retornaram às celebrações na comunidade de Nova Teutônia, seguidas pelos homens. Mesmo muitos anos após a Segunda Guerra Mundial, era comum que nas assembleias anuais da comunidade houvesse mais mulheres do que homens presentes, as quais votavam em nome de seus maridos ou como viúvas - vale ressaltar que havia um número significativo de viúvas em Nova Teutônia. (KRAUSE, 1974)

A partir de 1955 a presidência da comunidade foi assumida pela geração intermediária, composta pelos filhos e filhas dos membros que imigraram da Alemanha, juntamente com os membros nascidos no Brasil, cujos pais são de origem alemã do *Reich*. Nos relatos de Krause, a comunidade volta a crescer, a igreja passa a ser mobiliada com imbuia e pinho (material nobre) e em 1965 arrecadaram fundos para a instalação de um sino de 400 quilos, o maior da paróquia. (KRAUSE, 1974)

O sino tem um significado simbólico de grande importância para os evangélicos de confissão luterana. Além de representar valores religiosos ao anunciar rituais importantes, os sinos também simbolizam a resistência a um passado em que a confessionalidade era proibida, especialmente durante os

tempos imperiais.

A retomada dos cultos e reuniões da comunidade em práticas coletivas e sociais em Nova Teutônia revelou uma nova fase vivenciada não apenas nesta localidade, mas em diversas comunidades de imigração alemã, que é o surgimento do teuto-brasileiro. Esse fenômeno representa a fusão e a integração das tradições e costumes alemães com a realidade e cultura brasileira, resultando em uma identidade única e singular. (SEYFERTH, 1981)

O Teuto-brasileiro, mesmo não tendo nascido na Alemanha, mantém fortes laços com a língua e os costumes alemães, o que o diferencia dos demais brasileiros ao seu redor. Esta conexão com a cultura de seus antepassados muitas vezes o impede de se sentir completamente integrado à sociedade brasileira. A preservação de sua herança cultural é uma fonte de orgulho, porém também pode gerar um sentimento de distanciamento em relação à identidade nacional.

Isso refletiu na criação de diversos espaços de memória que podem ser apreciados pelos visitantes. Entre esses espaços, destaca-se o museu do colecionador de insetos Fritz Plaumann, um imigrante vindo da Alemanha. Além disso, a casa da memória Viúva Nute preserva e compartilha diversos costumes teuto-brasileiros, proporcionando aos visitantes uma imersão na cultura local. Outro ponto de destaque é o templo da IECLB, cuja arquitetura remete aos templos europeus, representando a influência cultural e religiosa trazida pelos imigrantes alemães. Esses espaços de memória contribuem para preservar e divulgar a rica herança cultural deixada pela comunidade alemã, enriquecendo a experiência dos visitantes e fortalecendo os laços com a história local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade evangélica de confissão luterana no Brasil de Nova Teutônia, pertencente à paróquia de Seara, comemora em 2024 cem anos de existência. Ao longo de sua história, a comunidade enfrentou diversos desafios, que vão além das dificuldades iniciais da colonização. A repressão do governo durante o período nacionalista de Vargas e os impactos da Segunda Guerra Mundial foram momentos que fortaleceram os laços de união entre seus membros. Essas adversidades estreitaram ainda mais os seus laços de pertencimento entre os seus através de um forte vínculo emocional com a Alemanha, a pátria-mãe, ou a *Mutterland*.

A IECLB desempenhou um importante papel para a manutenção desse vínculo emocional, pois em seus cultos buscou utilizar a língua alemã, o que é vital para a manutenção do *Deutschtum*.

É notável a resiliência e a força dessa comunidade diante dos desafios

enfrentados ao longo de sua trajetória. A celebração do centenário em 2024 representa não apenas um marco temporal, mas também uma oportunidade para refletir sobre a importância da união e da preservação das tradições culturais e linguísticas que caracterizam a comunidade luterana em Nova Teutônia.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, Lori. **Memória, identidade e um espaço de conflito: A Comunidade de Nova Teutônia no contexto de disputa por terra com a comunidade Kaingang da Área Indígena Toldo Pinhal.** São Leopoldo: IEPG, 2007. [Tese de Doutorado]
- DREHER, Martin N. **Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.** São Leopoldo: Editora Sinodal / Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.
- KRAUSE, Hans Dietrich. **Registros paroquiais.** Sarandi, Aratiba. 1974.
- LIA, Cristiane Fortes; RADÜNZ, Roberto O Brasil Católico e o Conflito de Identidade Religiosa dos Imigrantes Alemães. **Revista Del Cesla**, nº 18, 2015, Uniwersytet Warszawski, Varsóvia, Polónia. Disponível em: <<https://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/26>>. Acesso em 04/04/2024.
- PROBST, Melissa; FICHT, Raquel. O antigermanismo no período da campanha de nacionalização do Estado Novo (1937-1945). **Veredas da História**, [online], v. 12, n. 1, p. 66-90, jul., 2019.
- SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado Brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 9, n. 26, 1994.
- SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico numa comunidade do Vale do Itajaí.** Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.
- WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

A ATUAÇÃO DE TRÊS RELIGIOSOS ALEMÃES PARA O ESTABELECIMENTO DOS IDEAIS DA RESTAURAÇÃO MUSICAL CATÓLICA NO BRASIL

Fernando Lacerda Simões Duarte¹

INTRODUÇÃO

A música religiosa produzida por alemães ou, de maneira mais ampla, por compositores germanófonos tende a remeter-nos, em um primeiro momento, ao luteranismo, especialmente à obra musical de Johann Sebastian Bach (1685-1750). A produção vinculada à Igreja Católica Romana pode trazer-nos à memória, então, compositores mais tardios, tais como Haydn (1732-1809), Mozart (1756-1791) e Beethoven (1770-1827). Menos óbvia, contudo, é a produção musical dos compositores da segunda metade do século XIX e da primeira do XX, alinhados aos paradigmas da chamada Restauração Musical Católica. Tal movimento apresentou-se como resposta a uma percepção compartilhada por diversos músicos e eclesiásticos do século XIX de que o repertório empregado nos ritos católicos enfrentava um período de decadência, sobretudo pela assimilação de características próprias do repertório operístico. Longe de ser uma percepção exclusiva desse momento histórico, ainda hoje parte do repertório católico recebe críticas por sua aproximação com a música de entretenimento.

A atuação de compositores de países de língua alemã acabaram por ter papel decisivo na formulação de caminhos possíveis para “restaurar” o repertório litúrgico à condição de dignidade supostamente perdida – donde deriva o termo Restauração Musical –, o que impactou profundamente as práticas musicais desde fins do século XIX até o Concílio Vaticano II, na década de 1960.

Neste trabalho, busca-se analisar, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, a atividade de três religiosos e compositores alemães para o estabelecimento dos paradigmas da Restauração Musical Católica no Brasil. São eles os frades franciscanos Pedro Sinzig e Basílio Röwer e o padre verbita João Batista Lehmann. Muitos elementos aproximam os três religiosos. No caso dos dois primeiros, a ordem franciscana observante é o aspecto mais evidente, mas

1 Doutor em Música. Professor da Escola de Música da Universidade Federal do Pará. No momento, realiza estágio pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: lacerda.lacerda@yahoo.com.br.

também a atuação conjunta em diversas publicações. A proximidade geográfica e cronológica também é evidente: os três nasceram na porção mais ocidental da Alemanha, na década de 1870, em um país já unificado, e faleceram na década de 1950. Frei Pedro Sinzig, OFM (1876-1952) era natural de Linz am Rhein, enquanto Frei Basílio Röwer, OFM (1877-1958) nasceu na cidade de Neviges, situada ao norte de Wuppertal e ligada à Diocese de Colônia. Já o padre João Batista Lehmann, SVD (1873-1955) nasceu em Mertloch.

A fim de mais bem conhecer a atuação de Sinzig, Röwer e Lehmann no Brasil, parte-se das seguintes questões: qual o papel de compositores e clérigos germanófonos no desenvolvimento do Cecilianismo na Europa? Quem foram os três religiosos mencionados e qual a sua atuação no Brasil? E finalmente, quais os legados dessa atuação para a música litúrgica católica no país? A investigação se valeu dos procedimentos bibliográfico e documental, e se insere num panorama mais amplo, de mapeamento e consulta *in loco* de documentos de interesse para a história da música do catolicismo romano no Brasil, que atualmente abrange cerca de cento e oitenta cidades. Os dados biográficos e da atuação dos religiosos foram obtidos em trabalhos acadêmicos, mas também no periódico *Música Sacra*, criado e editado pelo frei Pedro Sinzig na década de 1940. Aspectos propriamente biográficos foram localizados, sobretudo, nos obituários dos religiosos que foram publicados na *Música Sacra*.

O desenvolvimento do trabalho se organiza em dois eixos, sendo o primeiro dedicado à Restauração Musical Católica na Europa e seu alinhamento à Romanização, e o segundo, à atuação dos três religiosos no contexto brasileiro, os antecedentes históricos e o legado de publicações que chegaram ao presente.

DA DECADÊNCIA À RESTAURAÇÃO: O Cecilianismo e o *motu proprio* de Pio X

Diante da insatisfação de diversos setores da Igreja na Europa com o repertório praticado no século XIX, alguns movimentos se organizaram. Na França, a partir de uma perspectiva científica, os monges beneditinos do Mosteiro de Solesmes procederam a um processo de restauro daquilo que lhes parecia ser o canto medieval, por meio da paleografia musical. Em contrapartida, na Alemanha, a Academia de Santa Cecília ou academia Cecilianista, que recebeu aprovação pontifícia em 1868 (Röwer, 1907), buscava encontrar alternativas para a música polifônica que então se apresentava como repertório e meios para a implantação dos novos paradigmas. Na vanguarda da empreitada, estiveram os clérigos e músicos Franz Xaver Witt (1834-1888) e Franz Xaver Haberl (1840-1910). Antes Haberl e Witt, é possível citar o clérigo e músico Karl Proske (1794-1861), que buscou em compositores renascentistas e no cantochão a *vere*

musica ecclesiae, a “verdadeira” música da Igreja. “*Musica Divina*”, coletânea de repertório sacro coral renascentista, editada por Proske nas décadas de 1850 e 60, chegou até mesmo à distante amazônia brasileira, conforme foi possível observar no acervo da Catedral Metropolitana de Belém do Pará. Acerca da Associação de Santa Cecília alemã, escreveu Valéria Matos, que esta:

logo adquiriu grande mérito e tornou-se uma das mais importantes organizações do século XIX, imediatamente seguida, em diferentes países, da criação de diversas outras associações semelhantes (Holanda - Associação Gregoriana, 1868; América - Academia Ceciliana, 1873 e Associação Gregoriana, 1877; Irlanda, 1876; Bélgica, 1880; Itália, 1905, com a Revista Música Sacra, fundada em Milão em 1876) (Matos, 2015, p. 63-64).

Ademais, a editora de Friedrich Pustet, sediada em Ratisbona, teve papel central na publicação de livros litúrgicos com canto gregoriano, além de repertório coral alinhado aos ideais restauristas na primeira metade do século XX, reforçando o papel de destaque da Alemanha na implantação de um novo paradigma composicional e até mesmo de interpretação do repertório no interior dos templos. Para além da França e da Alemanha, a Itália também teve lugar de destaque na difusão desse novo modo de fazer música litúrgica, sobretudo pela figura do clérigo e compositor Lorenzo Perosi (1872-1956), que serviu de modelo para diversos outros compositores e teve sua obra amplamente difundida, sendo um dos mais representativos autores em acervos de música religiosa católica da primeira metade do século XX no Brasil (Duarte, 2016b).

As aspirações do Cecilianismo e também do movimento da paleografia do cantochão de Solesmes acabariam por ser acolhidas pela Santa Sé, resultando no *motu proprio* “*Tra le Sollecitudini*”, promulgado pelo papa Pio X em 22 de novembro de 1903. O documento funcionaria como um código jurídico de música sacra – donde denominamos o tipo de disciplina pretendido “controle normativo da música religiosa” (Duarte, 2016b).

Para mais bem compreender os paradigmas do que seria considerado adequado no documento de Pio X, primeiro é necessário compreender as características do repertório considerado inadequado. O repertório religioso de características operísticas era carregado de dramaticidade própria da música dos teatros, com muitas passagens a solo ou em duetos de grande virtuosismo vocal, muito semelhantes às árias de ópera. Há grandes saltos na melodia, além de uma rica ornamentação, que evidencia as habilidades dos cantores, valendo-se de uma interpretação característica do *bel canto*. O acompanhamento instrumental tem divisões rítmicas e dialoga com as vozes, como um incremento à dramaticidade do texto musical. São exemplos desse modo de compor a *Missa de Santa Cecília*, do padre José Maurício Nunes Garcia (1767-1830) ou diversas obras ainda hoje executadas na cidade goiana de Pirenópolis.

Em contrapartida, o *motu proprio* de Pio X determinava aos compositores e intérpretes o maior afastamento possível dos referenciais sonoros da ópera, ou seja, a influência da música dos teatros deveria ser evitada não apenas na escrita de obras novas, mas também na execução das obras novas e daquelas já existentes. Em seu lugar, era prescrita a aproximação dos referenciais sonoros do cantochão (canto gregoriano), com melodias mais simples, sem grandes saltos dramáticos ou ornamentação vocal. O canto a ser privilegiado era o coral, em detrimento dos solos e duetos que marcaram a produção anterior. Ademais, o acompanhamento instrumental não deveria ser figurado, ou seja, não deveria ter divisões rítmicas, mas soar como melodias vocais, inclusive reforçando as melodias que os cantores executariam. Outro aspecto era o veto aos coros mistos, de modo que as partes agudas, geralmente cantadas por mulheres, ficaria a cargo dos *pueri cantorum*, ou seja, de corais de meninos – obviamente, sem meninas – tal como ocorria na música renascentista. A música do Renascimento, sobretudo aquela composta por Giovanni Pierluigi da Palestrina (1525-1594) e associada ao Concílio de Trento (1545-1563) era incentivada, enquanto modelo, com o mesmo interesse que o canto gregoriano (Duarte, 2016). Esse novo repertório, produzido com uma forte inspiração em modelos do passado, era bastante diferente daquele que se praticava não apenas no Brasil, mas em grande parte do universo católico romano – razão pela qual a norma ditada por Pio X era necessária. Longe de ser uma preocupação isolada, o *motu proprio* foi promulgado no seio de uma série de reformas internas na Igreja, que levaram a uma autocompreensão conhecida como Romanização. Neste novo modelo institucional, a autoridade papal era reforçada – e, não por acaso, a proclamação do dogma de sua infalibilidade ocorreu ao tempo da Romanização, em 1870, no Concílio Vaticano I –, as atividades religiosas, em muitos lugares, como era o caso do Brasil, então centradas nas mãos de leigos – organizados em irmandades e ordens terceiras, que promoviam o catolicismo tradicional, inclusive com as manifestações populares da fé e as festas –, deveria passar por um estrito controle clerical (Gaeta, 1997).

A crítica do movimento restaurista ao repertório operístico, praticado a seu tempo, e o olhar lançado ao passado em busca de soluções espelha um movimento mais amplo, no qual a Igreja Católica rompeu com os chamados “vícios da Modernidade”, que foram condenados por Pio IX em seu *Syllabus errorum*, extenso rol de condenações datado de 1864, mas também buscou referenciais na unidade medieval e na liturgia oficial e uniformizada no Concílio de Trento.

Cabe ainda salientar que, por ocasião da proibição aos noviciados no Brasil, em 1855, e da Reforma Geral Eclesiástica, em Portugal, em 1834, muitos conventos e mosteiros se encontravam praticamente vazios em fins do século XIX. Com a Proclamação da República, em 1889, hoje também a liberação

para que as ordens e congregações religiosas voltassem a atuar no país. Nesse contexto, não apenas as ordens que já se encontravam no país – franciscanos, carmelitas e beneditinos – receberam reforços estrangeiros aos seus quadros, mas também houve a vinda de diversas congregações religiosas, masculinas e femininas, para o país, dentre as quais, os Salesianos de Dom Bosco, as Filhas de Maria Auxiliadora, servitas, verbitas (Sociedade do Verbo Divino), passionistas, Terceira Ordem Regular de São Francisco, Filhas de Santana, Filhas de Santa Doroteia, orionitas e sacramentinos. Na Alemanha, as ordens e congregações também enfrentaram a resistência estatal no século XIX, na chamada *Kulturkampf* ou “guerra cultural”, termo muito ouvido no Brasil nos últimos anos. Ainda assim, foi a Alemanha um dos países da Europa responsáveis pelo envio de novas levas de religiosos e religiosas para o Brasil.²

Outro impacto da centralização as atividades religiosas nas figuras dos clérigos foi o controle dos santuários, antigos centros de peregrinação desde o período colonial, das devoções neles praticadas e, claro, das somas recebidas das doações dos devotos (Gaeta, 1997).

Em um cenário de crescente controle clerical, também a disciplina da música deveria ter mecanismos de controle. Assim, o *motu proprio* de Pio X previa meios de gerar a assimilação dos novos paradigmas musicais por parte do clero, com a formação de corais – chamados de *scholae cantorum* – nos seminários. Além disso, a divulgação do repertório e o veto às obras que estivessem em desacordo deveriam passar pelo crivo de comissões de música sacra, a serem instaladas nas dioceses. Esse controle pode ser visto, por exemplo, nas licenças de censores na grande maioria das partituras impressas de música católica que foram publicadas no período. Tal impacto em uma imprensa especializada repercutiu ainda na circulação de periódicos especializados, que não apenas divulgavam composições restauristas, mas que também promoviam discussões de especialistas sobre os rumos da produção musical (Duarte, 2016a).

SINZIG, RÖWER E LEHMANN NO CENÁRIO DA RESTAURAÇÃO MUSICAL CATÓLICA NO BRASIL

Antes de adentrar propriamente as atividades musicais dos três compositores aos quais este capítulo é dedicado, cabe salientar ter havido na Amazônia, em meados do século XVIII, a presença da assistência germânica da Companhia de Jesus, que atuou diretamente na missionação de indígenas. Tais religiosos

² Em uma autobiografia publicada postumamente na revista *Música Sacra*, frei Pedro Sinzig (1953) apontou um dos impactos da *Kulturkampf* em sua formação: o Colégio Seráfico e Noviciado no qual estudou funcionava em de Harreveld, na Holanda, uma vez que, pela oposição do Estado, não poderia funcionar na Alemanha.

valeram-se também da música na missionação, tendo vertido ao tupi, inclusive, o sofisticado texto do *Dies Irae*, adaptando ideias longínquas aos povos originários a fim de que compreendessem a catástrofe que se abateria, no Apocalipse, sobre aqueles que não professassem a fé cristã. Quanto à melodia empregada para revestir o texto, não é possível afirmar se foi a gregoriana ou alguma decorrente até mesmo do repertório popular, algo que não foi incomum nas práticas jesuíticas de missionação. Cabe salientar, contudo, o acurado trabalho a fim de preservar o esquema de estrofes e rimas semelhante ao da língua latina no texto escrito na Língua Geral Amazônica (Duarte, Monserrat, Barros, 2019).³

Com a proibição aos noviciados no Brasil, em 1855, uma congregação religiosa parece ter escapado à ofensiva do Estado sobre a religião, a Congregação da Missão. Sua relevância neste capítulo se justifica pelo fato de serem atribuídos a ela, nos principais estudos acerca da história eclesiástica no Brasil, os principais esforços para que a Romanização fosse implantada no Brasil. A atuação dos religiosos da Missão ou lazaristas, como também foram chamados, se deu muito fortemente na formação de novos clérigos, tendo seus religiosos assumido o controle de seminários em grandes dioceses do país.

Se por um lado os lazaristas estavam alinhados aos ideais que se tornariam hegemônicos, se não até o Concílio Vaticano II, ao menos até o chamado *Aggiornamento*, em fins da década de 1940, fato é que seu alinhamento aos ideais da Restauração Musical Católica não foi automático. Desse modo, os lazaristas publicaram, ainda nas décadas de 1860 e 70, coletâneas de cânticos espirituais, ou cantos religiosos populares em língua vernácula: *Canticos espirituales colligidos pelos padres da Congregação da Missão Brasileira impressos com a aprovação do Ex.mo Sr. Bispo de Mariana*, de 1868, e *Canticos Sagrados á duas ou tres vezes com acompanhamento de Piano ou Órgão colligidos pelos padres da Congregação da Missão*,

3 Ainda sobre os religiosos da Assistência germânica atuantes na Amazônia, o padre Carlos Borromeu (1946, p. 175), da Congregação do Preciosíssimo Sangue, apontou que o padre “Wenzeslau Brayer (alias [sic] Breuer), missionário da Companhia de Jesus nas Missões de Mainas funcionava como mestre de música em 1725”. Além deste, o padre Antonio Ekel seria um “instrutor de cânticos” para os indígenas da aldeia de Itacuruçá, no rio Xingu, Padre Francisco Xavier Zephiris, “mestre de música”, também na missão de Mainas, no Peru, além do padre Bernardo Zurmiller, um “zeloso missionário e mestre de cânticos em línguas próprias da tribo dos Mainas”. Padre Zephiris foi referido por Borromeu como proveniente da Áustria. As demais origens não foram identificadas, mas um artigo de Rudolf Robert Hinner (1963, p. 317-372) – que contou, inclusive, com contribuições do padre Carlos Borromeu Ebner, C.P.P.S. – apontou que o padre Wenzel ou Wenzeslaus Breuer (1662-1729) era oriundo de Eich, que não pudemos precisar se na Suíça, Alemanha ou Áustria. Já o padre Bernard Zurmiller seria da região do Baixo Reno (Niederrhein), na Alemanha (Wittmann, 1850, p. 316). Em relação àquele que efetivamente atuou nos domínios portugueses, padre Antonio Ekel, não foi possível descobrir de onde exatamente provinha, embora se saiba ter atuado na região que corresponde atualmente ao município paraense de Abaetetuba. Renato Costa (1998, p. 34) afirmou que Ekel era português.

de 1875. Diversos textos constantes destas coleções são oriundos de outra, mais antiga, denominada *Canticos Christãos*, publicada em 1800. Esta última difere daquelas publicadas pelos padres da Missão por não possuir musicografia, ou seja, por não constarem delas partituras que expressassem as melodias cantadas, tampouco o acompanhamento instrumental, mas somente os textos. Disso, parece ter resultado diferentes adaptações de melodias ao longo do tempo. De fato, as adaptações promovidas pelos religiosos lazaristas se valeram de melodias importadas da ópera ou do repertório sacro de forte influência da música operística (Duarte, 2020).

Chega-se, então, a uma das primeiras realizações de frei Pedro Sinzig, OFM e de frei Basílio Röwer, OFM, quando estes chegaram ao Brasil: a publicação de uma coletânea de música religiosa em vernáculo, *Benedicte*, manual de cantos sacros em latim e português, impresso em 1899, pela casa editora de Friedrich Pustet, o impressor da Santa Sé, em Ratisbona, na Alemanha. A segunda edição viria à luz apenas três anos depois, pela editora B. Heder, de Fiburgo, na Brisgóvia. Ainda pela editora de Pustet, publicaria, em 1900, outra coletânea de cânticos sacros em português e latim, *Sursum corda!*, para canto a três vozes. É interessante notar a semelhança com o procedimento adotado pelos religiosos da Congregação da Missão, que, tendo impresso uma coletânea mais simples, para canto, logo produziram uma de música coral. Há de se notar, contudo, que embora tenha havido semelhança nos procedimentos, Sinzig via em algumas melodias selecionadas pelos lazaristas algo de profano. Isso fica evidente em sua autobiografia, ao comentar o estranhamento em relação ao canto popular religioso que ouvira na Bahia, seu primeiro destino no Brasil:

O canto popular que ouvíamos na igreja de São Francisco era – no estilo – irmão gêmeo das grandes Missas orquestrais: profano. Por longo tempo ainda, um grupo de senhoras e moças, chefiadas pela velha e respeitável Benedita, cabocla de virtudes raras e protótipo da caridade, não estava na mesma altura da música sacra. Lembro-me ainda hoje de suas Ladainhas do mês de Maria que, com o seu alegre andamento de valsa, ninguém confundirá com a melodia inspirada pelo canto gregoriano:

Donde terá vindo esta melodia? Eu não sabia responder. Meio século depois, porém, encontrei-a em «Novo Método de Música Vocal para Colégios e Casas de Educação... composto por L. G. B., Lente no Colégio do Caraça, Garnier, Rio, 1890» (Sinzig, 1953, p. 14).

Tratava-se da publicação do padre Luís Gonzaga Boavida, CM, religioso lazarista e o Colégio do Caraça, ainda hoje, da principal casa religiosa da Congregação da Missão Brasileira. Sinzig chegou ao Brasil em 1893, tendo sido naturalizado quatro anos depois. Em pouco mais de meia década, começava,

com *Benedicte*, uma considerável produção musical impressa, de missas⁴ e coletâneas que teriam papel decisivo na implantação de um novo modelo de música para os templos religiosos no país.

Como alternativa ao canto que encontraram localmente, os próprios frades passaram a praticar não apenas o canto gregoriano, mas também música polifônica a vozes, por iniciativa do frei Hermenegildo Jacobi. Sinzig relembrou ainda alguns compositores dessas obras polifônicas, dentre eles, Pedro Piel, um compositor claramente restaurista. O religioso demonstrava o conhecimento do movimento que se desenvolvia na Europa e seu alinhamento a ele, ao afirmar que “as velhas paredes do templo franciscano, o mais célebre do Brasil, nesses anos ouviram muitas Missas a 4 vozes de Pedro Piel, Haller e outras celebridades cecilianas da época, todas, portanto, rigorosamente sacras” (Sinzig, 1953, p. 14-15).

Sinzig não foi, entretanto, o primeiro no Brasil a expressar descontentamento com o que perceberia como inadequação do repertório então praticado nos templos à dignidade esperada da música sacra. Ainda no século XIX, o compositor cearense Alberto Nepomuceno (1864-1920) já expressava tal descontentamento, bem como, alinhado às tendências crescentes na Europa, chegou a apresentar ao arcebispo do Rio de Janeiro um projeto restaurista para a música litúrgica. Tal projeto não encontrou, contudo, eco na hierarquia católica naquele momento. Assim, a Restauração Musical Católica viria a ser efetivamente implementada no Brasil por meio da atuação de europeus radicados no país (Duarte, 2016).

Para além dos religiosos alemães, é necessário salientar a atuação do compositor e organista leigo Furio Franceschini (1880-1976), que atuou como mestre de capela da Sé de São Paulo, além de também ter sido professor do seminário. Além de compor seis missas, organizar coletâneas de cânticos em latim e vernáculo, Franceschini publicou, a partir de 1908, um periódico especializado, *Musica sacra: Publicação periodica mensal com aprovação da autoridade eclesiástica* (Duarte, 2012, p. 30-32). Trata-se, essencialmente, de uma coletânea de repertório adequado aos paradigmas restauristas, diferente da publicação homônima que viria a ser empreendida pelo frei Pedro Sinzig décadas depois, que constituiu verdadeiro espaço de discussão entre os especialistas, além de espaço para a divulgação de atividades musicais em todo o país, como se verá mais adiante.

4 A ideia de “missa” enquanto composição sofreu variações ao longo do tempo. No século XX, significava a composição musical sobre as partes invariáveis da missa, ou seja, sobre os textos *Kyrie*, *Gloria*, *Credo*, *Sanctus-Benedictus* e *Agnus Dei*. Após o Concílio Vaticano II, com as missas em língua vernácula, missas podem ser também o conjunto de composições sobre os textos móveis da celebração da Missa, ou seja, os cantos de Entrada, do Ofertório, da Comunhão e Final. Ademais, no século XIX, poderia significar a composição musical apenas sobre os dois primeiros textos fixos da celebração, o *Kyrie* e o *Gloria*, sendo chamada de “missa completa” quando possuísse também as composições sobre o *Credo*, o *Sanctus-Benedictus* e o *Agnus Dei*.

A publicação de Franceschini é posterior, em cerca de meia década, àquele que seria o marco definitivo da oficialização dos ideais restauristas pela Santa Sé, o *motu proprio* “*Tra le Sollecitudini*”, de Pio X. Coube ao frei Basílio Röwer (1907) a missão de escrever uma obra explicativa acerca do documento. O pequeno livro de Röwer descrevia não apenas aspectos históricos que conduziram à Restauração Musical, como também detalhavam pontos relativos às proibições e determinações do *motu proprio*, além de apontar caminhos para a sua efetiva implantação no Brasil. Décadas mais tarde, ao tempo do *Aggiornamento* – período de “atualização” da Igreja, no pontificado de Pio XII, que conduziria ao Concílio Vaticano II –, o livro teve uma segunda edição atualizada, contemplando algumas aberturas que a Igreja Católica passava a exibir.

Sinzig e Röwer tinham em comum a aptidão para a escrita, para além da composição musical. Assim, Röwer também seria notabilizado como o historiador do franciscanismo no Brasil,⁵ ao passo que Sinzig foi autor de romances, de contos, da obra de crítica literária *Através dos Romances: guia para as consciências*, livro com mais de mil páginas, em sua segunda edição, de 1923, no qual produziu notas sobre mais de seis mil e quinhentos autores e mais de vinte mil livros, além de obras sobre moral católica, vida de santos e beatos, devocionários e livros de orações, um manual de canto gregoriano, uma coletânea sobre a música no Brasil, além de um guia de composição musical, um livro sobre harmonia, que serviria também aos compositores, além do dicionário musical *Pelo mundo do som*. Além disto, Sinzig fundou e dirigiu treze periódicos, dentre eles, dois deles dedicados à música, além de ter atuado também como tradutor de cinco trabalhos.

As publicações periódicas fundadas e dirigidas por Sinzig exemplificam um aspecto muito relevante da atuação dos religiosos franciscanos: o uso da imprensa religiosa, ferramenta da qual se serviram também outros defensores dos ideais restauristas na primeira metade do século XX (Duarte, 2019). Cerca de três décadas antes de Sinzig dar início à publicação de *Música Sacra*, a *Revista Vozes*, publicada pelos frades franciscanos em Petrópolis, já trazia partituras de música em alguns de seus números. Em um número publicado em 1912, o padre verbita João Batista Lehmann chegou a publicar um arranjo de música sacra para banda de música. Embora esse tipo de formação instrumental não fosse aceita no interior dos templos pelo *motu proprio* de Pio X, frei Basílio Röwer (1907, p. 127) chegou a argumentar que o problema das bandas não residiria no timbre dos instrumentos, mas na maneira de acompanhar, com “acordes

5 Dentre as obras de caráter histórico, é possível citar: *História do Convento de Santo Antônio, A Província Franciscana da Imaculada Conceição, Páginas de história franciscana no Brasil, Santo Antônio no Brasil, Os franciscanos nos Campos de Goitacaz, A Ordem Franciscana no Brasil e Os Franciscanos no Sul do Brasil* (Guimarães, 1958, p. 130).

quebrados”, “ao modo de fanfarra”. A razão do veto às bandas – ou melhor, da recomendação de seu uso somente fora dos templos, nas procissões – estaria no acompanhamento ritmado, que também seria a mesma causa para a proibição ao piano. Dessa maneira, o arranjo de Lehmann não seria considerado problemático da perspectiva cecilianista assumida pelos franciscanos alemães. Ademais, ao escrever para formação instrumental de banda, Lehmann dialogava com uma prática que foi bastante comum no Brasil na primeira metade do século XX: adaptar localmente para banda as partituras impressas para canto com acompanhamento de órgão vindas da Europa.

A imprensa foi também um recurso valorizado entre os religiosos da Sociedade do Verbo Divino, à qual o padre Lehmann pertencia. O próprio padre chegou a ser editor, por cinco anos, de um periódico homônimo de sua editora, *Lar Católico*. Além do trabalho de editor, Lehmann publicou livros de caráter religioso, tais como *Brasil Católico*, *Magnificat* e *Na luz perpétua*. A editora Lar Católico, sediada na cidade mineira de Juiz de Fora foi responsável pela difusão de devocionários e uma série de publicações de caráter religioso, além de ter sido aquela que publicou a obra mais famosa do padre João Batista Lehmann na difusão dos ideais restauristas no Brasil, a *Harpa de Sião*, cuja primeira edição data de 1922, tendo tido várias outras. Em pesquisa de campo realizada em mais de cento e setenta cidades, pudemos atestar que a coletânea de Lehmann é o impresso de música sacra da primeira metade do século XX mais presente nos acervos. Cânticos da *Harpa de Sião* permanecem, não por outro motivo, na memória musical coletiva de católicos até o presente. Dentre os cânticos de sua autoria, é possível citar o *Hino a Nossa Senhora Aparecida*, que ainda hoje é cantado no Santuário Nacional, em Aparecida do Norte.

Neste ponto, cabe uma breve explicação sobre a relação entre os documentos musicográficos de arquivo, a memória e as práticas musicais: diferentemente do que ocorre com documentos administrativos, os documentos com notação musical não perdem sua função primária enquanto sua notação puder ser compreendida. Em outras palavras, ainda que uma partitura passe décadas em um arquivo, a música que ela representa pode ser novamente executada no tempo presente, tanto na função original – em uma missa, por exemplo (Duarte, 2018a; 2019) –, quanto em outra função: uma obra pensada para a função religiosa pode ser apresentada em um concerto de música, em um teatro. Assim, o fator que determina, muitas vezes, a passagem das partituras da “fase corrente” ao arquivamento é o gosto daqueles que ouvem, sua adequação a determinadas práticas, memórias afetivas, dentre outros fatores. No caso da *Harpa de Sião*, a permanência de muitas das obras musicais nelas registradas nas práticas musicais litúrgicas católicas do presente ainda pode ser observada.

A obra do padre Lehmann contempla ainda a publicação de um *Te Deum*, um *Ecce Sacerdos Magnus*, de uma missa, uma coletânea de repertório para órgão, um método de harmônio – instrumento muito comum nas igrejas católicas na primeira metade do século XX, sobretudo daquelas que não tinham recursos para a aquisição de um órgão de tubos –, uma coletânea de repertório para harmônio, além de uma coletânea de repertório para a Semana Santa. Já na obra de Sinzig, contam-se doze missas, ladainhas, coletâneas de repertório para órgão, coletâneas de cânticos, ladainhas, Ave-Marias, um fantasia para piano, coletâneas de modinhas e canções para uma e duas vozes, uma *Via Sacra*, as partes da turba para o canto da Paixão segundo São João, utilizada na Semana Santa, dentre outras. Cabe apontar ainda que Sinzig fundou uma Escola de Música Sacra, a Editora Musical Santa Cecília, além de ter composto, cinco marchas para procissão – para bandas de música de seis a dez instrumentos –, uma coletânea de arranjos para banda, *Sons Festivos*, uma ópera, *Frei Antônio*, uma cantata, *Santa Cecília*, e um oratório, *São Francisco Seráfico*. Na obra de Sinzig, há três obras que poderiam ser sugestivas de certo nacionalismo, *Sob o Cruzeiro do Sul*; *Salve, Brasil!* e *Deutschland, o Deutschland!* Note-se, contudo, que nenhuma delas tinha finalidade ritual.

Frei Basílio Röwer chegou ao Brasil um ano depois de Sinzig e também teve, no contato com os frades, o estímulo para dedicar-se à música. Suas obras musicais começaram a ser editadas em 1903, e constam de missas, *Te Deum*, uma Cantata em honra de Santa Inês, um hino para um Congresso Eucarístico Nacional, coletâneas de hinos eucarísticos, seis *Tantum ergo*, uma obra coral intitulada À memória de Frei Pedro Sinzig, dentre outras (Guimarães, 1958). A colaboração entre Sinzig e Röwer havia ocorrido, por exemplo, na organização da coletânea *Cecília: manual de cânticos sacros*, e no volume específico da coletânea para o acompanhamento de órgão. Já a proximidade entre Sinzig e Lehmann era notória pelo fato de Sinzig o ter indicado por duas vezes para ocupar a cadeira na Academia Brasileira de Música cujo patrono é o padre José Maurício Nunes Garcia, porém, não tendo recebidos votos suficientes, o próprio Sinzig viria a posteriormente ocupá-la (Guimarães, 1958). Ademais, a presença de cânticos em comum entre as coletâneas de música sacra empreendidas pelos três religiosos revelam um espírito em comum, a defesa dos ideais restauristas no repertório empregado nas práticas musicais de função religiosa no país.

Há ainda outro aspecto que aproximou a atuação dos freis Pedro Sinzig e Basílio Röwer no Brasil, seu intenso deslocamento pelo território nacional: Sinzig passou por conventos nas cidades de Salvador-BA, Olinda-PE, Blumenau-SC, Gaspar-SC, Lages-SC, Petrópolis-RJ e Rio de Janeiro-RJ (Melo, 2022, p. 36), ao passo que frei Basílio passou por Recife-PE, Olinda-PE, Blumenau-SC,

Salvador-BA, Cairu-BA, Petrópolis-RJ, Curitiba-PR, Quissamã-RJ e Rio de Janeiro-RJ (Schaette, 1958).

E se Basílio Röwer (1907) foi o responsável por difundir e explicar o *motu proprio* de Pio X, coube a Sinzig a missão de controlar as práticas musicais e fazer cumprir as determinações do documento. Assim, foi criada a Comissão Arquidiocesana de Música Sacra da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, que tinha por função analisar a adequação das composições que seriam utilizadas nas igrejas, classificando-as em três grupos: aprovadas, toleradas e recusadas. Embora não pudesse vetar a execução das obras recusadas em cada igreja que integrava à época a Arquidiocese do Rio de Janeiro, buscava apresentar argumentos, por meio de apreciações críticas fundamentadas na legislação eclesial, das obras que não seriam adequadas ao culto católico (Duarte, 2016a). Dentre os principais meios de difundir as apreciações da Comissão, estavam o 1º Índice das Músicas Examinadas para uso litúrgico pela Comissão Arquidiocesana de Música Sacra do Rio de Janeiro, publicado pela editora Vozes, de Petrópolis, em 1946, além da revista *Música Sacra*, que trazia, a cada edição, uma listagem de algumas obras avaliadas pela Comissão de Música Sacra. Havia, deste modo, um “controle normativo” das práticas musicais, muito mais rígido que nos séculos anteriores (Duarte, 2016b).

Os mecanismos de controle de publicações sob a atuação de Sinzig não se limitaram à Comissão Arquidiocesana de Música Sacra do Rio de Janeiro, mas se estenderam à imprensa católica de maneira mais ampla, uma vez que o religioso foi o fundador do Centro da Boa Imprensa, sob autorização do arcebispo do Rio de Janeiro. Dentre as missões da instituição, estavam, “difundir a boa imprensa e a sã literatura”, obviamente a partir de uma visão católica romanizada daquilo que seria o bom e o são, “favorecer a fundação e manutenção de bons jornais e revistas”, além de “servir de intermédio com os centros estrangeiros” (Oliveira, 2016, p. 62-63). Aqui surge mais um paralelo entre esses objetivos e a publicação *Música Sacra*: o periódico especializado era indexado internacionalmente e integrava um vasto rol de publicações congêneres em diversos países da América e da Europa (Duarte, 2018a).

Chega-se finalmente à revista *Música Sacra*, fundada em 1941, possivelmente por influência das decisões do Concílio Plenário Brasileiro, que ocorreu em 1939 e contemplou, dentre os assuntos tratados, a questão da música de função religiosa. O Concílio Plenário parece ter impactado também a criação da Comissão Arquidiocesana de Música Sacra do Rio de Janeiro.

Música Sacra foi certamente o empreendimento de maior alcance de Sinzig no campo da música, não apenas por ter chegado às mais distantes dioceses do país, mas também por ter recebido contribuições de autores de todo

o Brasil. O periódico, diferentemente daquele publicado por Furio Franceschini em 1908, não trazia somente partituras de música impressas, pelo contrário: as partituras eram somente um suplemento que poderia ser facilmente destacado das folhas centrais da publicação e utilizadas nas práticas musicais. O cerne da publicação era teórico e apologético: ao mesmo tempo em que reforçava os ideais da Restauração Musical Católica, propagandeava os feitos de corais brasileiros que estavam adequados a tais ideais, bem como trazia artigos de conteúdo teológico e musical para mais bem fundamentar as práticas. Merecem destaque, por exemplo, os diversos artigos de Sinzig sobre a música sacra em Portugal e no Brasil, artigos de Furio Franceschini acerca de aspectos técnicos relativos ao órgão, as notícias históricas sobre a música religiosa na Amazônia de autoria do padre Carlos Borromeu Ebner, da Congregação do Preciosíssimo Sangue, dentre outras. Para o campo da Musicologia histórica, a revista também representou, a seu modo, um avanço, por divulgar a localização de fontes que continham um Te Deum de Francisco Manuel da Silva, autor do Hino Nacional Brasileiro, obra religiosa então dada como perdida, e no artigo “Quem é João Jacques?”, da autoria de Sinzig, em que questionava a comunidade de assinantes quem seria o autor de uma obra que localizada no arquivo do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.

Embora este trabalho detenha a atenção nas figuras de Sinzig, Röwer e Lehmann, é necessário apontar que outros religiosos alemães também estiveram envolvidos na produção e prática de música religiosa católica alinhada aos ideais restauristas no Brasil: Frei Gaudêncio Maria Engelhardt, OFM (1891-1954), nascido em Emsdetten, na Vestfália, que atuou em Blumenau-SC; Alberto Kruse, OFM (1892-1956), que tinha o pseudônimo artístico de Tomás Samaí, nascido em Paderborn e que missionou junto aos indígenas Munduruku, no Pará; Frei Estanislau Schaeffe, OFM (1872-1960), que nasceu em Wuppertal; padre Jorge Braun, SVD (1890-1957), da congregação do padre Lehmann, nascido em Trier, na Renânia. Havia ainda um frei André Noirhomme, que morreu na missão entre os Munduruku, no Pará, que foi professor de canto gregoriano de Pedro Sinzig (1953, p. 14), logo que este tomou o hábito.

Diante de tantos religiosos alemães atuando no âmbito da música católica, é inevitável questionar se tal atuação teria levado também a uma germanização da música católica na primeira metade do século XX. A resposta a tal questão depende da análise de certas nuances, razão pela qual se traz ao trabalho o exemplo das irmãs da Divina Providência, que foram responsáveis pela gestão de diversas instituições em Santa Catarina. No arquivo de uma delas, o Imperial Hospital de Caridade de Florianópolis, foi possível localizar coletâneas de cânticos espirituais em língua alemã (Duarte, 2021). Há de se notar, contudo, que tais religiosas

prestavam atendimento a uma comunidade originariamente alemã, e mesmo essas religiosas passaram a assumir, com o tempo, coletâneas de cânticos em português e em latim. Tanto no caso das irmãs, quanto dos religiosos franciscanos e verbitas, não parece ter havido uma intenção de promover uma germanização dos cânticos católicos no Brasil. Por outro lado, não se pode perder de vista que as referências musicais desses compositores quando chegaram ao Brasil eram germânicas e alinhadas ao Cecilianismo, uma empreitada, sob muitos aspectos, de compositores germanófonos (alemães e austríacos). Este aspecto conjuntural é perceptível, por exemplo, na substituição das melodias que revestiam os textos de *Cânticos Cristãos* nas coletâneas da Congregação da Missão por “cantos brasileiros” ou melodias de Peter Griesbacher (1864-1933), compositor cecilianista alemão, tanto em *Cecilia*, coletânea de cânticos organizada por Sinzig, quanto na *Harpa de São*, de Lehmann (Duarte, 2020, p. 23). Assim, é possível afirmar que, se houve alguma germanização da música católica por parte dos religiosos aqui abordados, ela ocorreu muito mais por razões conjunturais, de referenciais musicais germânicos alinhados ao Cecilianismo do que por qualquer projeto de cunho nacionalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste capítulo, é possível afirmar que os resultados apontam que, embora não tenham sido os únicos músicos restauristas produzindo repertório no Brasil, a atuação dos frades franciscanos Pedro Sinzig e Basílio Röwer, e do padre verbita João Batista Lehmann foram decisivas para a difusão de um novo paradigma musical na Igreja Católica no país. Röwer publicou um trabalho teórico basilar sobre o *motu proprio* de Pio X, que apontava os caminhos para sua implementação no Brasil, ao passo que, anos mais tarde, Sinzig estaria à frente de uma comissão responsável pela análise da adequação de composições aos novos paradigmas musicais, bem como foi o editor da revista *Música Sacra*, periódico especializado de ampla circulação no Brasil, publicado pela editora Vozes, dos frades franciscanos. Ademais, os três religiosos tiveram profícua produção como compositores, sendo que Lehmann foi o sistematizador e principal compositor da coletânea *Harpa de São*, possivelmente a obra restaurista mais difundida no Brasil.

Ainda hoje, o impacto das coletâneas e composições dos três religiosos pode ser observado na memória coletiva dos católicos mais idosos, mas também em cânticos em língua vernácula que ainda são empregados nas missas. Considerando apenas as características próprias dos documentos musicográficos, de não perderem sua função primária enquanto puderem ser lidos (Duarte, 2018b; 2019), que parte expressiva do legado dos três religiosos permanece disponível para a performance. Deve-se ir, entretanto, mais adiante, e reafirmar a presentificação dessas memórias musicais no catolicismo do século XXI.

Finalmente, embora o caráter étnico ou nacionalista não tenha sido central na atuação de tais religiosos, sua produção musical acabou por aproximar um pouco mais os ouvidos dos fiéis brasileiros de referenciais musicais germânicos, fosse porque o movimento da Restauração Musical Católica como um todo tem forte influência do Cecilianismo germânico, posse pelas músicas que tais religiosos já conheciam anteriormente à sua chegada no Brasil e que acabaram por moldar sua própria maneira de compor.

REFERÊNCIAS

BORROMEU, Carlos. No Amazonas, século XVIII. **Música Sacra**, Petrópolis, a. 6, n. 9, p. 175, 1946.

COSTA, Renato Pinheiro da. **Diocese de Abaetetuba**: revendo os fatos para reconstruir a história. 1998. 58 f. Monografia (Curso Filosófico-Teológico). Instituto de Pastoral Regional, Belém-PA, 1998.

DUARTE, Fernando Lacerda Simões. Acervos musicais de religiosas germanófonas recolhidos a duas instituições hospitalares na região Sul do Brasil. *In*: NEUMANN, Rosane Marcia *et al.* (org.) **Migrações, territorialidades e ambientes**. São Leopoldo: Oikos, 2021. p. 195-208.

DUARTE, Fernando Lacerda Simões. A Restauração Musical Católica no Brasil em quatro periódicos: da difusão dos paradigmas romanos ao controle da produção e das práticas locais. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DA ANPUH-SP, 24., 2018, Guarulhos. **Anais**. São Paulo: ANPUH, 2018a. p. 1-17. Disponível em: <https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 10 mar. 2024.

DUARTE, Fernando Lacerda Simões. Canticos Christaõs, ou os Hymnos mais Celebres do Officio Ecclesiastico, traduzidos em portuguez: uma chave para a compreensão das continuidades no uso da língua portuguesa na música religiosa católica. **Opus**, [s.l.], v. 26, n. 3, p. 1-44, dez. 2020. Disponível em: <https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/opus2020c2604>. Acesso em: 06 abr. 2024.

DUARTE, Fernando Lacerda Simões. Normas, organismos censores e a expectativa de controle institucional das práticas musicais: o 1º Índice de músicas examinadas para uso litúrgico pela Comissão Arquidiocesana de Música Sacra do Rio de Janeiro. *In*: CONGRESSO DA ANPPOM, 26., 2016, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte-MG: ANPPOM, 2016a. p. 1-8. Disponível em: <https://anppom.org.br/congressos/anais/v26>. Acesso em: 10 mar. 2024.

DUARTE, Fernando Lacerda Simões. Princípios arquivísticos, características dos documentos de arquivo e as particularidades dos acervos musicais: (des) caminhos do estudo das práticas musicais a partir de documentos musicográficos observados em arquivos e coleções da região amazônica. *In*: CONGRESSO

DA ANPPOM, 29., 2019, Pelotas. **Anais**. Pelotas: ANPPOM, 2019. p. 1-9. Disponível em: <https://anppom.org.br/congressos/anais/v29>. Acesso em: 10 mar. 2024.

DUARTE, Fernando Lacerda Simões. Resgatando a função social de documentos musicográficos: o retorno de fontes à fase corrente a partir das atividades de gestão do acervo musical da capela do Hospital Beneficente Portuguesa em Belém – Pará. *In*: CONGRESSO DA ANPPOM, 28., 2018, Manaus. **Anais**. Manaus: ANPPOM, 2018b. p. 1-8. Disponível em: <https://anppom.org.br/congressos/anais/v28>. Acesso em: 10 mar. 2024.

DUARTE, Fernando Lacerda Simões. **Resgates e abandonos do passado na prática musical litúrgica católica no Brasil entre os pontificados de Pio X e Bento XVI (1903-2013)**. 2016. 495 f. Tese (Doutorado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016b.

DUARTE, Fernando Lacerda Simões; MONSERRAT, Ruth; BARROS, Candida. ‘Imitando Dies Irae’ em língua geral na letra e/ou na música?: um documento da Amazônia, [175-]. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE MÚSICA SACRA, 2., 2019, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019. p. 185-197.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A Cultura clerical e a folia popular: estudo sobre o catolicismo brasileiro nos finais do século XIX e início do Século XX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 34, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/ZsqvwYFL8QzZFBMg65nDM9m/>. Acesso em 29 mar. 2024.

GUIMARÃES, Beatriz Leal. Frei Basílio Röwer, O.F.M.. **Música Sacra**, Petrópolis, a. 18, n. 5, p. 129-130, 1958.

HINNER, Rudolf Robert. Über das Wirken sudetendeutscher Missionare im Südamerika des 17. und 18. Jahrhunderts. **Bohemia: Jahrbuch des Collegium Carolinum**, München, v. 4, p. 364-373, 1963.

MATOS, Valéria. **O motu proprio Tra le Sollecitudini (1903) e suas repercussões na música coral sacra e religiosa brasileira**. 2015. 280 f. Tese (Doutorado em Música) – Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MELO, Taciana Santiago de. **Longe ou perto da terra natal? Frades franciscanos alemães em missão no Brasil: arquitetura e vida urbana (1891-1960)**. 2022. 285 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, 2022.

MURICY, Andrade. A “Revista Musica Sacra”. **Música Sacra**, Petrópolis, v. 6, n. 9, p. 175, 1946.

OLIVEIRA, Daniel Freitas de. **O jornal A Cruz: imprensa católica e o discurso ultramontano na Arquidiocese de Cuiabá (1910-1924)**. 2016. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas,

Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

RÖWER, Basílio. **A Musica Sacra segundo o Motu-proprio De Sua Santidade Pio, PP. X.** Petrópolis: Typ. Do Collegio S. José, 1907.

SCHAETTE, Estanislau. Frei Basílio Röwer (1877-1958). **Vida Franciscana**, Petrópolis, n. 24, p. 188-194, 1958.

SINZIG, Pedro. Reminiscências de um Músico Franciscano. **Música Sacra**, Petrópolis, a. 13, n. 1, p. 9-19, 1953.

WITTMANN, Patricius. **Allgemeine Geschichte der katholischen Missionen: vom dreizehnten Jahrhundert bis auf die neueste Zeit.** v. 2: enthaltend die amerikanische Missionsgeschichte vom Ende des 15ten bis Ende des 18ten Jahrhunderts. Augsburg: Karl Rollmann'chen Buchhandlung, 1850.

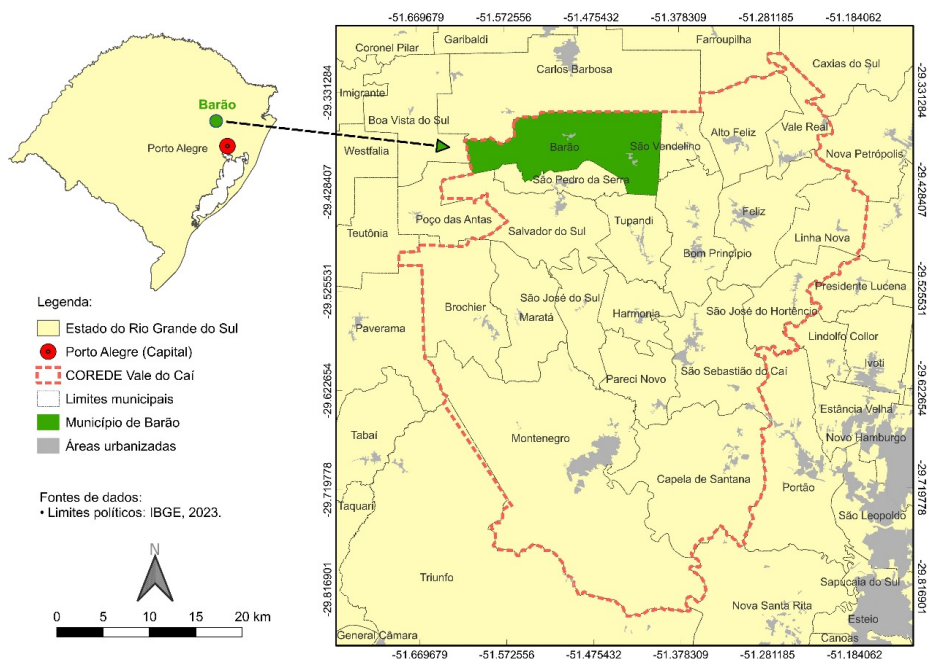
O S RASTROS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NA ESCOLARIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARÃO/RS: AS ESCOLAS ÉTNICO-COMUNITÁRIAS

Fernanda Rodrigues Zanatta¹

A imigração alemã celebra 200 anos. Nesses dois séculos que se passaram temos fortes características da imigração dos alemães nas vivências, nos costumes, na arquitetura e nos modos de ser e fazer. O presente artigo se refere à influência da imigração alemã nos processos educacionais do município de Barão/RS, um estudo aprofundado a partir da dissertação de mestrado da autora (Zanatta, 2011).

Localizada na Encosta Superior do Nordeste, na Região dos Vales do Rio Grande do Sul, no Vale do Caí, que está localizado entre o Vale do Sinos e a Serra Gaúcha, região composta por vinte municípios, em sua grande maioria colonizados por descendentes de imigrantes alemães e italianos, a cidade de Barão foi emancipada em 1988. É de pequeno porte, com uma população estimada em 6.202 habitantes e clima ameno, devido à proximidade com a Serra Gaúcha (IBGE, 2020). Economicamente, o município tem a indústria metalúrgica e a de plásticos, além da agricultura, destacando-se a agricultura familiar. A composição da população é, em sua maioria, de descendentes de imigrantes alemães e italianos, mas também de franceses, suíços, holandeses e, mais recentemente, na metade do século XX, portugueses e bolivianos. Esses imigrantes deixaram profundas raízes, influenciando e estabelecendo uma cultura com seus hábitos, costumes, culinária e crenças, e fizeram da agricultura sua fonte de renda. O mapa abaixo apresenta a localização da cidade e da região no estado do Rio Grande do Sul.

1 Doutoranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, na linha de pesquisa de História e Filosofia da Educação, como bolsista PROSUC/CAPES, mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, professora das redes estadual e municipal de ensino no município de Barão e membro do Grupo de Pesquisa em História, Imigração e Memória (GRUPHEIM). E-mail: frzanatta@ucs.br.

Figura 1: Mapa da localização geográfica de Barão no Rio Grande do Sul.

Fonte: acervo pessoal da autora.

No ano de 1967, alunos e professores da Escola Normal Assunta Fortini, de Barão, no Rio Grande do Sul, elaboraram um periódico escolar denominado *Revista Ação*. Uma pesquisa do Curso Normal sobre a realidade do meio em que a escola estava inserida, intitulada “Barão, uma visão da realidade”, realizada no ano de 1966 e publicada no impresso no ano seguinte, apresenta muitas informações que foram importantes para compor o histórico municipal, pois carrega representações da comunidade, do espaço escolar e de todos os seus desdobramentos, acontecimentos, eventos e fatos que se destacaram e tornaram-se notícia na revista. A revista se apresenta como um baú de memórias do ano de 1967 ou até uma caixa preta (Viñao Frago, 2000) da História da Educação nesse recorte temporal selecionado. Ali estão presentes os modos de ser, estar e conviver daquele período, como Viñao Frago (2000, p. 100) descreve: “modos de pensar e atuar que proporcionam a seus componentes estratégias e pautas para desenvolver-se tanto nas aulas como fora delas no resto do recinto escolar e no mundo acadêmico e integrar-se na vida cotidiana das mesmas”.

O texto inicial apresenta o histórico da localidade de Barão², tratando da vinda de descendentes de imigrantes, identificando os sobrenomes das famílias

² Na época, Barão pertencia ao município de Montenegro.

que residiam ali. A apresentação da pesquisa situa as questões que permeiam o meio social em que foi realizada.

Dentre as principais conclusões destacam-se: a média de idade dos alunos do Curso Normal, os seus interesses na docência, as condições econômicas das famílias dos alunos, a origem dos alunos, os dados numéricos de matrículas em escolas de Barão. Há também uma tabela com a relação dos casamentos, classificando-os por união entre pessoas classificadas pela etnia (alemães e alemães, italianos e italianos, italianos e alemães, italianos e brasileiros etc.).

Figura 2: Tabela dos casamentos em Barão no período de 1929 a 1967.

| CASAMENTOS | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-------------------------|-----------------------------|---------------------------|---------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|------------------------------|-----------------------------|---------------------------|----------------------------|-----------------------------|-------|
| De 1929 a maio de 1967: 1178 casamentos. | | | | | | | | | | | | | | |
| De 1951 a maio de 1967: 479 casamentos. | | | | | | | | | | | | | | |
| Ano | Alemães X Alemães | Italianos X Italianos | Alemães X Italianos | Brasileiros X Brasileiros | Brasileiros X Francêses | Brasileiros X Italianos | Francêses X Francêses | Francêses X Italianos | Francêses X Holandêses | Alemães X Brasileiros | Alemães X Francêses | Alemães X Holandêses | Polonêses X Italianos | Total |
| 1951 | 2 | 2 | | | | | | | | | | | | 4 |
| 1952 | 11 | 8 | 1 | | | 3 | 1 | | | 1 | | | | 25 |
| 1953 | 16 | 4 | 6 | 1 | | 1 | | | | | | | | 29 |
| 1954 | 21 | 6 | 4 | | | | | 1 | | | | | | 36 |
| 1955 | 13 | 8 | 3 | | | | | | | 4 | | | | 26 |
| 1956 | 16 | 15 | 3 | | | 1 | | | 1 | 1 | 2 | | | 39 |
| 1957 | 24 | 6 | 2 | | | 2 | | 2 | | 1 | 2 | | 1 | 40 |
| 1958 | 16 | 8 | 4 | | | | | | | 2 | | | | 30 |
| 1959 | 27 | 9 | 3 | 2 | | | | | | 1 | | | | 42 |
| 1960 | 16 | 8 | 3 | | | | | | | | 2 | | | 29 |
| 1961 | 18 | 5 | | 1 | | 1 | | | | 2 | 2 | | | 29 |
| 1962 | 15 | 3 | 1 | | | 1 | | | | | | | | 20 |
| 1963 | 8 | 5 | 1 | | | 2 | | | | | | 2 | | 18 |
| 1964 | 25 | 7 | 3 | | | 2 | | | | 2 | 2 | | | 41 |
| 1965 | 22 | 5 | 2 | | 1 | | | | | 2 | 2 | | | 34 |
| 1966 | 14 | 5 | 3 | 1 | | 2 | | | | 4 | 2 | | 1 | 32 |
| 1967 | 4 | | 1 | | | | | | | | | | | 5 |
| Total | 268 | 104 | 40 | 5 | 1 | 15 | 1 | 3 | 1 | 22 | 16 | 1 | 2 | 479 |

Fonte: Revista Ação, 1967, p.10

Numa análise global, a pesquisa apresenta o perfil das famílias da comunidade de Barão daquele período.

A formação do povo brasileiro, constituído por diferentes imigrações, apresentou uma considerável leva de imigrantes europeus. Entre os motivos que levaram os imigrantes a habitar terras brasileiras estão o superpovoamento da Europa e a necessidade de o Brasil ocupar seu território. De acordo com o historiador Martin Dreher (1998), houve um incentivo por parte do governo brasileiro para que se colonizasse essa região e se tomasse posse desses territórios, pois havia uma disputa por parte de outras nações, como Argentina e

Uruguai, por eles. A chegada dos alemães no Brasil se deu no ano de 1824, por São Leopoldo, quando 124 imigrantes se espalharam pelo estado, instalando-se também em Barão e região.

Em Barão, se estabeleceu João Schmitz e encontrou os primeiros imigrantes: senhor Stein, Gestner, Henrique Mauer, Érich Schaefer, Ebling, Henrique Bleib, Ludovico Koch e o pastor-médico Kunst, de São Vendelino. Parece ter sido 1890 a data da rendição alemã em Barão. As famílias de imigração alemã falam o dialeto, cultivando o folclore do país de imigração, incentivado por bandinhas improvisadas (Revista Ação, 1967, p. 7).

A pesquisa dos estudantes destaca na apresentação inicial as primeiras famílias que povoaram Barão, divididas pelas etnias, sendo as primeiras famílias alemãs as de sobrenome Mauer, Beckenbach, Neuhaus, Steins, Schmitz, Gestner, Schaefer, Ebling, Bleid e Koch e as primeiras famílias italianas as de sobrenome De Marchi, Biasetti, Dai Prá, Grando, Basso, Cerutti, Zucatti, Maragon, Bedini e Cestari (Revista Ação, 1967, p.7).

Após situar Barão geograficamente e abordar um pouco de sua população, passamos a analisar as iniciativas escolares, escopo deste artigo, trazidas pela imigração alemã em Barão.

A ESCOLARIZAÇÃO EM BARÃO

As famílias de imigrantes primavam pela educação dos filhos, e houve muitas iniciativas dos moradores em criar suas escolas nas localidades do interior do município. As escolas étnico-comunitárias foram iniciativas escolares diferentes das escolas isoladas e se deram especialmente pelos descendentes de imigrantes que vieram a residir no interior. Sobre a relação *educação e imigração alemã* e a escola teuto-brasileira, são referenciados os estudos de Kreutz (1991, 1994). Na pesquisa realizada por Zanatta (2011), é possível verificar as principais iniciativas escolares implantadas no local, pois no início não havia um espaço formal em que as crianças podiam estudar, então era necessário adaptar espaços que estivessem vagos na casa das famílias. “Quem tivesse filhos em idade escolar colocava seu casebre à disposição por períodos de até oito dias, fornecendo também a alimentação ao professor. Findo o período, o professor migrava para a casa vizinha que oferecesse condições semelhantes” (Dreher, 2008, p. 38).

Kreutz (1994) apresenta o Rio Grande do Sul como o estado com maior concentração de escolas teuto-brasileiras, devido à organização dessas escolas e ao suporte ao professor, pois ofereciam apoio por meio do material didático e dos periódicos dos professores, que apresentavam propostas para a condução do trabalho docente. Apesar dos esforços, as escolas tinham poucos recursos, por isso o apoio ao professor era uma ferramenta aliada ao processo escolar nessas escolas.

A precariedade do ensino público no Brasil favoreceu a criação das escolas étnicas pela falta do ensino, e esse espaço foi preenchido, nas regiões colonizadas pelos imigrantes europeus e seus descendentes, por meio de escolas étnicas, que recebiam subsídios da comunidade ou até dos países de origem dos imigrantes, por meio de dinheiro e livros, bem como de visitas e inspeções de autoridades. A marca dessas escolas estava na representação e na valorização cultural:

Nas escolas comunitárias sempre houve uma grande preocupação no sentido de garantir um clima realmente propício para a educação completa. Não visava apenas equipar a criança com os conhecimentos mínimos necessários para a vida, mas também e, principalmente, para transformá-la num membro útil de sua comunidade. A fim de consegui-lo, encontramos no manual didático-pedagógico do professor R. Schafer um capítulo inteiro dedicado a ordem e disciplina. Conforme essa proposta, o conceito de disciplina extrapola em muito os meios e as estratégias comumente aceitas. Entendia-se sob o rótulo de ordem e disciplina escolar, a soma dos meios e das estratégias empregadas nas escolas com a finalidade de transformar a criança numa pessoa capaz de trilhar sozinha, quando for adulta, o caminho certo, ao menos foi assim definido pelo professor Schafer. “Todos os dispositivos e todas as atividades da escola que se destinam a orientação da vontade da criança com o objetivo de torná-la capaz de caminhar pelo bom caminho, por si própria, compõem a ordem e a disciplina escolar” (Schafer, 1924, p. 10 *apud* Rambo, 1994, p. 194).

Barão teve, no início da sua escolarização, escolas étnico-comunitárias teuto-brasileiras. A multiplicidade de culturas que conviveram em Barão enriqueceu e contribuiu para o desenvolvimento do município com marcas culturais.

Kreutz (1994) dividiu o período do movimento e a evolução das escolas teuto-brasileiras no Rio Grande do Sul em quatro grandes momentos: o primeiro de 1825 a 1850, o segundo de 1850 a 1875, o terceiro de 1875 a 1890 e o quarto de 1890 a 1938. O último foi o mais longo e considerado o mais importante dentro do quadro de evolução e desenvolvimento da escola teuto-brasileira, que compreende esse recorte temporal. Para Kreutz (1994), esse período foi um momento de grande desenvolvimento e consolidação das estruturas de apoio aos professores, por meio de jornais, impressos e material didático adequado à realidade do aluno. Por essa razão as escolas étnico-comunitárias foram identificadas por suas próprias marcas, carregadas de representações (Chartier, 1990) da cultura de cada comunidade, da etnia, da religiosidade e dos costumes. As iniciativas baronenses seguiram essa tendência:

Figura 3: Características das escolas étnico-comunitárias.



Fonte: elaboração da autora.

As escolas étnico-comunitárias teuto-brasileiras apresentavam como principais características os costumes das famílias e a linguagem, com associações que subsidiaram o trabalho dos professores e o material didático que era desenvolvido segundo a cultura comunitária. O professor fazia muito com os escassos recursos que tinha, “A formação recebida pelas crianças só pode em consequência ser considerada rudimentar. O tempo máximo de frequência às escolas era de no máximo dois anos” (Dreher, 2008, p. 38). A escola tinha a função principal de ensinar a ler, escrever e fazer cálculos básicos, para então auxiliar nos trabalhos. Durante as aulas havia raros materiais para auxiliar na tarefa educativa.

O material didático, além de elaborado manualmente, pelos professores, deve ter sido formado aqui e ali e quando existente, por quadro negro, lousa, estilete de ardósia e pequeno pano, um apagador. Mesmo assim, todas essas condições realizaram a façanha: não permitiram que se instalasse o analfabetismo (Dreher, 2008, p. 38).

O começo da escolarização contou com vários obstáculos, mas ainda assim garantiu-se o ensino do modo que foi possível, afinal a educação era considerada essencial, uma herança a ser deixada.

A escola para os filhos era obrigação paterna. As igrejas monitoravam o ensino em suas paróquias, com ensino de religião e canto, importantes para a formação da criança. Nas escolas comunitárias se cultivava a germanidade por meio do uso da língua alemã, da comemoração de datas cívicas, de festas e de costumes germânicos (Rockenbach, 2004, p. 48).

Em Barão, houve escolas étnico-comunitárias teuto-brasileiras com tais características nas comunidades de Linha³ General Neto, Linha Francesa Alta, Linha Francesa Baixa e Arroio Canoas (Sagrado Coração de Jesus)⁴. A seguir apresentamos alguns tópicos de destaque dessas escolas.

ESCOLA ÉTNICO-COMUNITÁRIA DE LINHA GENERAL NETO

Figura 4: Alunos e professor da Escola de Linha General Neto.



Fonte: Acervo de Leonda Wilnsem.

- 3 Os pequenos municípios do Rio Grande do Sul e dos demais estados mencionados têm sua origem numa forma de organização social denominada de Picada. A designação também pode ser substituída regionalmente por Linha, Lajeado, Travessa ou Travessão.
- 4 Para saber mais sobre as iniciativas escolares em Barão, conferir: Zanatta (2011).

Também conhecida como escola do Badensenberg⁵, foi regida pelo Professor Koch, oriundo da Alemanha por intermédio do pastor da região, a fim de fortalecer a escolarização na comunidade evangélica. Com ensino ministrado em alemão, funcionou até 1960 e era fortemente vinculada à igreja, que caminhava junto da educação:

Que crianças devem frequentar a escola é algo que não precisa ser dito pais alemães, mas mesmo assim, alguns lembretes nesse sentido devem ser úteis. em primeiro lugar os pais devem considerar que precisam transmitir aos filhos em qualquer circunstância, o que de melhor possuem – sua religião e sua cultura, e por isso que é absolutamente evidente que pais teuto-evangélicos mandem seus filhos a escolas teuto-evangélicas (Rottermund Kalender, 1923, p. 49 *apud* Meyer, 2000, p. 111).

A Figura 4 traz os alunos sentados, posicionados e disciplinados com o professor à direita, de pé. Observa-se nessa foto que os alunos estão bem-traçados, de calçados no pé, organizados em três fileiras, sendo as duas primeiras de meninos, em pé, num total de 17 alunos, e à frente as meninas, de vestidos e calçados, sentadas, num total de 08 alunas, com as mãos controladas, sejam de braços cruzados ou segurando suas bolsas. É uma turma de 25 alunos, com a maioria de meninos, que expressa obediência e disciplina. Rambo (1994) descreve a disciplina escolar e a função do professor em suas análises, trazendo também a obra de Schafer:

Conforme o autor, toda a responsabilidade pela boa condução da escola é da exclusiva responsabilidade do professor. Enfatizando a idéia, assim se expressou “Consciência profissional e fidelidade a vocação aliados ao amor cristão para com as crianças e a ele confiadas, somados à firmeza e a perseverança, induzem nas crianças uma avaliação do professor, que as leva a retribuir com obediência. Toda a responsabilidade na condução da escola pertence ao professor” (Schafer, 1924, p. 10) (Rambo, 1994, p. 194).

Assim, nesse registro fotográfico o professor busca traduzir essa relação de disciplina com seus alunos, com a seriedade para com os estudos ali vivenciados.

ESCOLA DA LINHA FRANCESA BAIXA

Os primeiros colonizadores, alemães e franceses, chegaram à então Linha Montreal por volta de 1890, e no início do século XX chegou o professor Peter Permen, que veio da Alemanha. Por um tempo a escola funcionou na igreja. “Quando se construía a capela ela também era utilizada como escola. Para essa última finalidade, contudo não existiam mesas” (Dreher, 2008, p. 38).

Como o espaço da igreja tinha a função escolar também, novamente essas instituições se unificam e integram-se em suas funções.

5 Morro ou cerro dos Badênios, povoado e morro em Montenegro (Arendt; Witt, 2005).

Figura 5: Antigo prédio escolar da Linha Francesa Baixa, em Barão/RS, no ano de 1955.



Fonte: acervo da EEEF José Emílio Poersch.

Os pais construíram a primeira escola (1900-1940) e arcaram com o salário do professor. O ensino era ministrado em alemão. Depois vieram outros professores: Loch, Miguel Dewes, Pedro Lermen, Jacó Klering e Jacob Willibaldo Hensel. Em 1940 a escola passou a pertencer à Prefeitura Municipal de Montenegro, com aulas públicas e em português. Sua denominação a partir de então foi Escola João Alfredo, e funcionou entre 1940 e 1962 com professores municipais, que não eram da localidade.

ESCOLA DE ARROIO CANOAS SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

Nessa localidade o primeiro professor foi Jacob Riter, sucedido por Willibald Hartmann, José Werlang, Leopoldo Jaeger e Fridolin Dihl (consta que este era pouco letrado, mas teria exercido bem a função de professor). Também lecionaram ali Artur Hentz, Pedro Kafer Filho e João Pedro Kochhan.

Figura 6: Antigo prédio escolar da escola de Sagrado Coração de Jesus, Barão/RS.



Fonte: acervo de Laurindo Hentz.

ESCOLA DA LINHA FRANCESA ALTA

Segundo os estudos de Rambo (1994) e Dreher (2008), a escola da Linha Francesa Alta foi ligada à Igreja Católica, iniciou sua função em 1902 e pertenceu a Bom Princípio na época da sua criação. Rambo (1994) apresenta em sua pesquisa que Dahmer, Lermen e Klering são identificados como os primeiros professores na Linha Francesa Baixa, com início no ano de 1894.

No início o professor era subsidiado pelos próprios pais, com salário, algumas especiarias ou mão de obra. Em outro momento uma associação comunitária passou a pagar o salário, mas o professor ficou responsável pelos cultos e pelas celebrações, além da escolarização. Tudo era feito na língua alemã. Conforme relatos, o primeiro professor foi Georg Bieger, que foi sucedido por Nicolau Back, Jacob Klering, Francisco Bourscheid, Morain, Ferdinand Kunradt, Pedro Persch e Haimmell.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que promover a escolarização e evitar o analfabetismo, as escolas étnicas foram espaços de afirmação cultural e sentimento de pertencimento, nos quais as pessoas podiam conviver e fruir culturalmente. Instaladas, especialmente, em meios rurais, eram a principal ascendência cultural, onde se valoriza a própria cultura e se estabeleciam relações culturais, ampliando repertórios por meio de diferentes formas de expressão que o espaço escolar promove, ainda que com poucos recursos. Eram um espaço importante de convivência cultural, social e intelectual. Todos os esforços aplicados às escolas étnico-comunitárias teuto-brasileiras evidenciam a sua qualidade. Sua grande característica estava na etnia: “O que há de comum nesses diversos tipos de escolas de grupos de imigrantes é o fato de haverem sido escolas étnicas. Significa dizer que eram escolas cujo currículo retratava as dimensões culturais próprias dos respectivos grupos, como língua, religião, modo de ser e valores” (Kreutz, 2006, p. 153).

A aproximação com as vivências culturais dos imigrantes, praticadas em família, davam uma dimensão de pertencimento, valorização e identificação cultural, facilitando o ensino ministrado e apreendido na escolarização dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ARENDETT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (Orgs.). **História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã**. São Leopoldo: Oikos, 2005.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

DREHER, M. N. **Breve história do ensino privado gaúcho**. São Leopoldo: Oikos, 2008. v. 01.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema de Contas Regionais**. Rio de Janeiro: IBGE. 2020.

KREUTZ, Lúcio. Escolas étnicas na História da Educação Brasileira: A contribuição dos imigrantes. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil: século XIX**. Petrópolis: Vozes, 2005. v. II.

KREUTZ, Lúcio. Escolas de imigração alemã no Rio Grande Do Sul: Perspectiva Histórica. *In*: MAUCH, Claudia; VASCONCELLOS, Naira. **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial: magistério e imigração alemã e imigração alemã**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; Florianópolis: ed. Da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. **Identidades traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: Edunisc; São Leopoldo: Sinodal, 2000.

RAMBO, Arthur Blasio. **A escola comunitária teuto-brasileira católica**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.

REVISTA AÇÃO, Barão, n. 1, 1967.

ROCKENBACK, Sílvio Aloysio. **Imigração alemã: 180 anos – História e Cultura**. Porto Alegre: CORAG, 2004.

VIÑAO FRAGO, Antonio. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. **Contemporaneidade e educação**, Rio de Janeiro, ano 5, nº 7, p. 93-110, 2000.

ZANATTA, Fernanda Rodrigues. **Diversidade cultural e políticas públicas educacionais: a proposta educacional de Barão/RS de 1930 a 1960**. 2011. Dissertação (Mestrado em...) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/536>. Acesso em: 30. abr. 2024.

SANTO CRISTO E O QUE SE CONTA SOBRE SUA HISTÓRIA

Luana Isabel Klatt¹

Este artigo versa sobre a cidade de Santo Cristo, noroeste do Rio Grande do Sul. A pesquisa do e no ambiente foi desenvolvida entre os anos 2020 e 2022, durante a escrita da dissertação em ciências sociais. Ao desenvolver uma etnografia com mulheres, em sua maioria, agricultoras, descendentes de imigrantes alemães, residentes na comunidade rural de Linha do Rio, interior do município, senti desejo de saber mais sobre o contexto, cultura e vida das pessoas que lá viviam.

No mestrado questioneei por que e de que forma um grupo de mulheres se encontrava todos os meses, há mais de 30 anos no Clube do Lar da Associação Linha do Rio. No presente artigo, meu espectro se direciona ao contexto do município. Por onde e de que modo é possível observar a história, costumes e cultura de determinado grupo de pessoas? Como narravam e quais eram as origens de suas memórias? Em que e como se baseavam? Quais os principais elementos que marcam a cultura e memória da população santocristense? Assim, é com o intuito de encontrar possíveis caminhos por meio da etnografia e seus instrumentais técnicos que este texto foi elaborado.

As mulheres que acompanhei ao longo do mestrado formavam um grupo de 27 integrantes e eram, em sua maioria, mães, brancas, cisgêneras, católicas, casadas com homens e constituintes de famílias compreendidas como nucleares². Essa é uma característica marcante na cidade de Santo Cristo e região, o casamento na igreja entre mulheres e homens, heterossexual, e a constituição de uma família com filhas/os, divisão de tarefas por gênero, além da participação de encontros religiosos da comunidade em que se vive ou é próxima.

Clube do Lar³ é o nome como são conhecidos os grupos constituídos por

-
- 1 Mestra em Ciências Sociais. Assistente Técnico na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher - Câmara dos Deputados. Contato: luanaklatt09@gmail.com.
 - 2 Família nuclear pode ser compreendida como aquela formada por mãe, pai, filhas/os.
 - 3 Por meio do nome e sua importância social, os grupos nas primeiras décadas de existência, realizavam dinâmicas voltadas ao aprimoramento do trabalho das mulheres em seu contexto familiar. Estas atividades ainda ocorrem, porém, ampliando as percepções das próprias mulheres agricultoras para realizar formações e obter mais informações sobre saúde individual, formação política, social e cidadã nos encontros. Esses momentos onde ocorre a reunião são compreendidos como um espaço de lazer, sociabilidade, de aprendizados e de saúde, como apresentado em Klatt (2022).

mulheres agricultoras ou ex-agricultoras, residentes no meio rural, que realizam atividades lúdicas, de formação e integração, em um período da semana de cada mês. Na presente urbe, há mais de 20 grupos organizados pelas mulheres, os quais são assessorados pela extensionista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural/Rio Grande do Sul - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - Emater/RS-Ascar. A cada encontro é discutido um tema, o qual é previamente decidido nos encontros anteriores ou mesmo pela diretoria do grupo, composto por mulheres que são responsáveis pela manutenção das atividades e ações organizadas ao longo do ano.

Ao evidenciar características desse contexto, destaco que vivi meus 15 primeiros anos de vida nesta cidade e na comunidade rural mencionada. Ao ingressar na universidade, no curso de ciências sociais, obtive possibilidades de conhecer e me aprofundar nas ideias e experiências deste espaço. Ao aprender as especificidades do fazer científico, notei estar sob um campo repleto de regras, mas também de possibilidades.

A cidade conta com cerca de 15.320 habitantes (IBGE, 2022) e foi emancipada no ano de 1955 pela Lei nº 2.602 de 28 de janeiro de 1955 (IBGE Cidades), do distrito de Santa Rosa. Santo Cristo e outras cidades gaúchas do noroeste foram alvos de colonização de grupos imigrantes e migrantes advindos, sobretudo, da Colônia Velha⁴ e regiões. Nesse contexto migratório chegaram e percorreram o estado diferentes grupos étnicos, como alemães, poloneses, italianos e russos.

A apresentação deste prévio panorama se entrelaça ao histórico brasileiro, o qual é perpassado pelo contexto migratório, seja ele de modo incentivado e desejado pelo Estado, como foi o caso de grupos étnicos europeus, seja pela escravização de grupos e famílias advindas ou tiradas à força dos seus territórios, como do continente africano. No histórico de formação nacional, foram garantidas e demarcadas terras para acomodação territorial de famílias europeias. Incentivadas a cultuarem seu modo de vida em novo território, fomentaram o preconceito racial com povos afrodescendentes e povos originários, fortalecendo um histórico nacional baseado na desigualdade entre grupos e as formas de viver em sociedade.

Esta narrativa é importante para que o panorama político, social, econômico e cultural de Santo Cristo possa ser localizado no tempo e espaço, e em relação aos desafios e possibilidades que incorporam sua edificação. Não busco apresentar uma versão única ou oficial da história, visto que a composição, cultura, economia, formas de ser, de viver diferentes religiosidades e se expressar no cotidiano são múltiplas.

4 Nome atribuído à região de São Leopoldo, uma das cidades gaúchas centrais no histórico de colonização europeia, sobretudo de grupos e famílias alemãs.

O texto está dividido na apresentação da metodologia utilizada ao longo da pesquisa, apresentação do histórico de Santo Cristo, seu desenvolvimento político, social, cultural e econômico. E para finalizar, são trazidas considerações finais sobre a análise elaborada ao longo da escrita.

GUIA METODOLÓGICO

Os dados da pesquisa foram obtidos por meio da etnografia entre 2020 e 2022, realizada de modo online e presencial, respeitando as orientações nacionais e internacionais referentes à pandemia decorrente da infecção do vírus que provoca a Covid-19. Como Peirano (2014), compreendo que a etnografia não é uma metodologia pronta, mas uma prática de vida e pesquisa contínua, que precisa ser adaptada e aprimorada. Tomei como base a análise de documentos, livros, histórias que me foram contadas e registros fotográficos que eu mesma fiz. Elementos que me tornavam ainda mais familiar (Velho, 1978) ao contexto que nasci, e que exigiam mais estranhamento, cuidado e questionamento do que e como eu via os fatos.

Estar atenta ao que lia, via e escrevia, são elementos que para Cardoso de Oliveira (1996) são fundamentais no desenvolvimento do *métier antropológico*⁵ e do fazer científico. Foi preciso estar vigilante ao modo que compreendia o ambiente em questão, assim como qual é o lugar de fala (Ribeiro, 2017) que enquanto pessoa e pesquisadora ocupo. Quais as responsabilidades presentes em uma pesquisadora branca, lésbica, nascida em contexto interiorano, que precisa ser levado em consideração?

Para além das perguntas de pesquisa, habitavam-me ponderações acerca do respeito ético da pesquisadora, da compreensão que cada corpo e cada forma de se colocar tem nos distintos locais em que estamos e como ali somos lidas. E todos esses sentimentos e emoções foram levados comigo no decorrer da elaboração da pesquisa.

SANTO CRISTO E O QUE SE CONTA SOBRE SUA HISTÓRIA

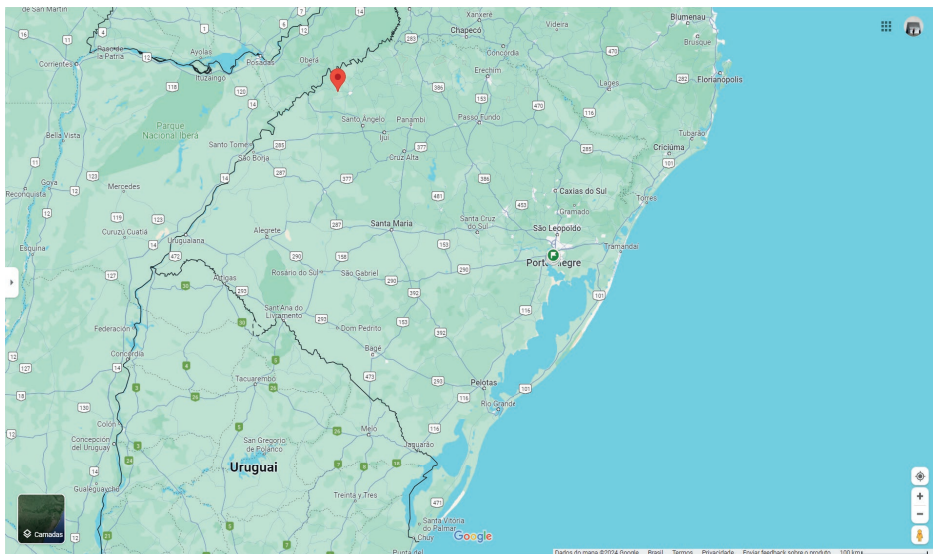
Conforme a pesquisadora Seyferth (2011), os períodos de colonização no Brasil provêm de ações e mobilizações realizadas pelo próprio Estado brasileiro, os quais tinham interesse e objetivo étnico na sua formação. No sul, para Seyferth (2011), a fundação da colônia em São Leopoldo foi a precursora. No Rio Grande do Sul houveram ações colonizadoras motivadas pelo Estado, como também por companhias de colonização particulares. Conforme Schallenberger e Hartmann (1981), Santo Cristo emerge de uma política de “colonização”

⁵ Trabalho antropológico.

nomeada de Colônias Novas, impulsionada por empresas particulares. A presente urbe fez parte, junto com o município de Cândido Godói, da Colônia Boa Vista. Suas terras foram adquiridas pelo Dr. Horst Hoffmann e divididas em “Linhas”, os quais, segundo Schallenberger e Hartmann (1981) demarcavam e formavam divisões territoriais que serviam de estradas, utilizadas pelas/os novas/os habitantes.

O principal responsável por realizar a divisão em linhas, teria sido o engenheiro alemão Karl Kulmey. Ao analisar as ações do engenheiro, Werlang (2014), ponderou a centralidade que o mesmo via na organização comunitária e na necessidade em separar alemães católicos de alemães evangélicos e de italianos católicos. Era fundamental que habitassem regiões distintas para evitar conflitos étnicos ou religiosos entre si.

Imagem 01: Localização de Santo Cristo apresentada no Google Earth.



Fonte: Google Earth. Acesso em: 07 de abr. 2024.

Com a migração de famílias de camponesas/es católicas/os à região noroeste, para Santo Cristo, a partir de 1910, as primeiras décadas de organização das famílias germânicas no contexto local reproduziam valores consistentes relacionados à religião e a um sistema de subsistência e produção agrária de característica patriarcal (Silva, 2005). Elementos que se transformaram, mas que não deixaram de existir por completo no cotidiano santocristense.

Em Santo Cristo a divisão das linhas impulsionou a criação de várias comunidades rurais, as quais organizaram escolas, igrejas ou salões de festa e confraternização para o seu convívio social aos finais de semana.

A religiosidade era um dos principais fatores de encontro, socialização, celebração da vida, casamentos e festas comunitárias. Essa cultura acabava por promover uma estrutura que para Schallenger e Hartmann (1981) refletiria na constituição de uma família de características patriarcais e valores supostamente estáveis.

A agricultura com base e manutenção familiar foi uma das principais características dos primeiros anos de organização dos grupos que chegavam para fixar sua residência na região. Entre os principais desafios estavam o de preparar e plantar alimentos para sua subsistência em meio a mata cerrada, como mandioca, trigo, arroz, lentilha, feijão, milho, amendoim, soja, frutas, legumes e verduras. Produções que logo permitiriam a elaboração de diversos pratos e lanches que se tornariam típicos no local, como, por exemplo, cucas recheadas, bolachas, calça virada e torresmo.

O preparo e plantio das sementes na terra exigia manutenção, a qual era realizada pela vasta mão de obra tida nos núcleos familiares, compostos por muitas pessoas e na troca de serviços entre famílias. O trabalho coletivo se dava entre as pessoas da família e na comunidade, na base de mutirões e com o passar do tempo, como Silva (2005) destaca, as organizações e o caráter associativo no meio rural propiciavam a aquisição de máquinas agrícolas em conjunto.

Assim, produções que, para boa parte das famílias era para subsistência, para outras passou a gerar excedentes. Entre quedas e valorização da produção de suínos, grãos, leite, a organização e investimento em atividades associativas, cooperativas e entidades de companhia limitada, fez com que certos núcleos e famílias se fortalecessem⁶. A ponto de, no ano de 2020, Santo Cristo obter o 1º lugar em Produção Suína e o 10º lugar em Produção Leiteira no estado do Rio Grande do Sul (Radiografia da Agropecuária Gaúcha 2020). A confecção de panificados como cucas, bolachas e calça virada passaram a ser produzidos em escala por padarias e docerias, as quais têm boa comercialização na região e até mesmo nas cidades mais distantes.

6 Para mais detalhes referentes à organização e momentos da agricultura em Santo Cristo, conferir a dissertação de mestrado “‘Vivemos desta renda’: a agricultura familiar de Santo Cristo – RS e as complexidades da intensificação produtiva do leite”, de Patrícia Rejane Froelich, 2017.

Imagem 02: Banner que exalta a produção leiteira e suína da cidade.



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2021.

O banner apresentado em uma feira da cidade, no ano de 2021, evidencia a economia baseada na produção leiteira, suína e sua conexão com a logo do município “Terra do homem da Terra”, assim como das influências de ascendentes e descendentes germânicos. O símbolo municipal tem como proposição destacar sua força produtiva e o apoio do presente governo a esse reconhecimento, o qual se tornou um painel simbólico que fica próximo ao pórtico da entrada do município.

Imagem 03: Pannel na entrada da cidade.



Fonte: Jornal Noroeste. Acesso em: 30 abr. 2024.

Entre outras características, na imagem abaixo pode ser observado um letreiro com o seguinte dizer: *Ich* (eu) amo Santo Cristo. A palavra *Ich* é desinente da língua alemã. Em Santo Cristo é comum ouvir pessoas no cotidiano “conversando em alemão” ou no dialeto alemão denominado *Hunsrück*. A cultuação do dialeto perpassa gerações e é incentivada na escola, onde é ensinada em aulas de língua alemã.

Imagem 04: Letreiro Santo Cristense.



Fonte: Arquivo pessoal da Autora. 2021.

Cultuar o histórico de antepassados é um elemento característico de diferentes culturas, etnias e realidades. Nessa direção, para Halbwichs (1990) a memória é um elemento que ganha sentido no momento em que suas lembranças são compartilhadas e passam a ser recontadas pelo coletivo. Memorar é uma leitura e compreensão do passado que é recriada no presente. As histórias e memórias apresentadas por moradoras e moradores de Santo Cristo se vinculam à memória “vivida por tabela” (Pollak, 1992), as quais podem ser adquiridas ou lembradas pelo ambiente coletivo e passadas entre gerações.

E essa discussão sobre história e memória nos remete a pergunta: quem tem direito à memória e por quê?

Em Santo Cristo há um investimento local na arquitetura que remete ao contexto religioso, de descendência de famílias camponesas e germânicas, a fim de manter presente quem foram e como se constituiu esse lugar. Entre a materialidade, se expressam as casas construídas a partir da técnica enxaimel que, conforme Franzen, Badalotti e Chaves (2018), era uma técnica de construção das casas de imigrantes alemães adaptadas ao clima brasileiro. No meio rural ainda são encontrados diferentes modelos e idades das edificações.

Imagem 05: A Casa do Grupo de Dança *Blumengarten*⁷.



Fonte: Arquivo pessoal da Autora. 2021.

A casa, observada ao lado esquerdo da foto, é um espaço de encontros e representa a simbologia da organização do grupo de danças folclóricas que, nas suas vestimentas e apresentações remete à origem germânica de descendentes e ascendentes desse meio. A casa se encontra na entrada do parque de exposições da cidade, ao lado da casa de técnica enxaimel do Coral Santa Cecília, que não vemos na foto. O coral ao longo de sua história já teve várias composições e é conhecido por entoar cânticos em língua alemã, além de canções populares em geral, como músicas de banda, conhecidas como “bandinhas”, estilo musical tocado nas rádios e apreciado em várias cidades gaúchas.

⁷ A palavra pode ser traduzida como jardim de flores.

Nos meses de julho e outubro, como Klatt (2022) apresenta, são celebradas comemorações festivas que remetem a migração e identidade de famílias de origem alemã. Em 25 de julho ocorre a festa do Colono e do Motorista. No primeiro sábado mais próximo a data é celebrada uma missa na Igreja Matriz da cidade e depois realizada uma carreata com caminhões, carros e demais veículos motorizados que são abençoados junto a imagem de São Cristóvão, na entrada da cidade. Em outubro é celebrada a *Oktoberfest*, tradicional festa alemã em que são realizadas atrações durante todo esse mês, como apresentações de dança e grupos musicais, realização de jogos, bailes e celebrações.

Ao destacar as atividades culturais como a música, a língua alemã falada no cotidiano, a arquitetura, as práticas religiosas, a organização comunitária, a culinária, entre outros elementos, as pessoas rememoram e vivem no seu cotidiano elementos deixados pelos seus antepassados. O histórico e memória de um contexto quando incentivado a ser lembrado, revivido, como é o exemplo da cidade de Santo Cristo, tem sua imagem fortalecida, valorizada e apresentada no cotidiano. As cultuações, assim, acabam sendo passadas entre gerações e festejadas pela sociedade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cotidiano em Santo Cristo apresenta características simbólicas que remetem aos costumes, cultura, memória e história marcados, em grande parte, pela colonização de migrantes e imigrantes alemães. O dialeto falado no cotidiano, a arquitetura enxaimel nos pontos culturais, a música de bandinhas cantada e ouvida nas estações de rádios locais são narrativas de uma cidade que foi constituída por nichos familiares que tinham, de modo inicial, a produção agrícola como subsistência e sustento.

A divisão e consequente fixação nas linhas, a organização das comunidades, escolas e igrejas remete a uma formação de crianças e jovens conectados à educação e valores morais católicos ainda presentes na sociedade santocristense. A centralidade e constituição de famílias nucleares numerosas refletia em uma vasta mão de obra que poderia colaborar no preparo e plantio da terra, assim como caracterizar a sucessão no campo. A preservação e manutenção do dialeto alemão, as festas populares e a culinária evidenciam uma cidade que incentiva essa cultura na sua história valorizando a memória coletiva e individual, num entrelace entre lembrar e esquecer.

A realização de festas em diferentes meses do ano como a do Colono e do Motorista no mês de julho e a *Oktoberfest* em outubro, são celebrações que evidenciam a vivência e comemoração das suas raízes. Esses elementos, vinculados à realização de atividades religiosas trazem lembranças da constituição de grupos, famílias e pessoas que tinham vínculos de conexão

muito presentes na religião católica.

Ao elaborar esta redação busquei trazer elementos que permeiam o contexto observado, sem deixar de considerar as limitações que esta percepção apresenta. Outras versões ainda precisam ser aprofundadas. A história, a memória e os costumes não são só elementos vivenciados de modo individual, constituem-se e permanecem por fatores sociais, por receberem sentido em grupo, sejam eles pela possibilidade da lembrança, ou por aquilo que nos contam por meio de narrativas e imagens.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. **Revista de Antropologia**: São Paulo: USP, 1996.
- FRANZEN, Douglas Orestes; BADALOTTI, Claudine Machado; CHAVES, Gabriel. O enxaimel como patrimônio histórico: perspectiva arquitetônica de uma edificação colonial em 146 Itapiranga/SC. **Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes**. v. 06, n. 13, 2018. Disponível em: https://amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/cidades_verdes/article/view/1928/1834. Acesso em: 07 jul. 2021.
- HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória individual. **A memória coletiva**. Vértice. São Paulo. 1990.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santo-cristo/panorama>. Acesso em: 4 abr. 2024.
- KLATT, Luana Isabel. **TASS MISTMA HÁIT VISÃ VU MA IVERÓL HINGUEFÓ VEA: MEMÓRIAS, SOCIABILIDADE E SABERES LOCALIZADOS, O CLUBE DO LAR DA ASSOCIAÇÃO LINHA DO RIO**. 2022. Dissertação. Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Santa Maria, 2022.
- PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 337-391, jul/dez. 2014.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- RADIOGRAFIA DA AGROPECUÁRIA GAÚCHA 2020. Na agricultura, pecuária e desenvolvimento rural. Departamento de Políticas Agrícolas e Desenvolvimento Rural. **Gov**: RS. Novas Façanhas. 2020.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Minas Gerais, Letramento. 2017.
- SCHALLENBERGER, Erneldo; HARTMANN, Hélio R. **Nova Terra: Novos Rumos**. Barcellos Livreiro e Editor. Santa Rosa, 1981.
- SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. New York,

Columbia University Press. 1989. Tradução: Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila.

SEYFERTH, Giralda. O campesinato e o Estado brasileiro. **MANA**. 17(2): 395-417, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/wCL9G3mVqV5yQz4GccGBXwM/?lang=pt&format=pdf>>. Acessado em 20 jul. 2021.

SEYFERTH, Giralda. Identidade Camponesa e Identidade Étnica. (Um estudo de Caso). Rio de Janeiro: **Tempo Brasileiro**, 1993.

SILVA, Airton Rodrigues da. Conhecimento e educação em experiências de associativismo e cooperativismo no meio rural – o caso de Santo Cristo RS. Dissertação. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Mestrado em Educação nas Ciências, Ijuí, 2005. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/handle/123456789/324>>. Acessado em 19 jul. 2021.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. **Individualismo e Cultura**. p.123-132. 1978.

WERLANG, Alceu A. Processo de colonização do oeste de Santa Catarina Atuação da Cia. Territorial Sul Brasil. Cadernos do CEOM. **Companhias colonizadoras e a luta pela terra**. Ano 09. N.09. Chapecó-SC, 2014.

F RITZ PLAUMANN E A IMIGRAÇÃO EM NOVA TEUTÔNIA: UM OLHAR SOBRE CIÊNCIA E COLONIZAÇÃO

Eduardo Henrique Gruen Furlanetto¹

INTRODUÇÃO

O início do século XX representou um período de significativa modificação cultural no oeste de Santa Catarina, marcado pela chegada de migrantes origem italiana e alemã, oriundos principalmente do Rio Grande do Sul. Além desses grupos, houve a chegada direta de imigrantes alemães da Europa, motivada em grande parte pela grave crise econômica que atingiu a Alemanha ao final da Primeira Guerra Mundial. Esses fluxos migratórios contribuíram para a diversificação social e cultural da região, influenciando a construção de novas identidades e comunidades.

Fritz Plaumann é também um novo personagem inserido neste processo. Nascido em 1902 na Prússia Oriental, território correspondente ao extremo-leste do Império Alemão, especificamente na cidade de Preussisch-Eylau (atual Bagrationowsk, na Rússia), chegou ao Brasil em 1924 em decorrência dos graves problemas econômicos enfrentados pela Alemanha. A escolha de Nova Teutônia como seu novo lar, foi influenciada pela colonizadora Luce & Rosa, como será abordado posteriormente neste texto.

Plaumann desempenhou ao longo de sua trajetória um papel importante como entomólogo. Além da área da entomologia, sua trajetória abrangeu também outras áreas de atuação, como a agricultura e o ensino neste sertão que se encontrava o oeste de Santa Catarina. Ao longo da pesquisa será realizada uma breve análise da vida de Plaumann, explorando os contextos que influenciaram sua jornada e suas contribuições para o desenvolvimento local de Nova Teutônia.

O texto também aborda o processo de colonização de Nova Teutônia, sendo hoje um distrito de Seara, município do oeste catarinense. O nome do local foi inspirado na região de Teutônia, no Rio Grande do Sul, devido ao fluxo

1 Graduado em Licenciatura em História. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Bolsista CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5402820338925757>. E-mail: contato@eduardofurlanetto.com.

migratório que ocorreu desde sua formação em 1922. É relevante mencionar que a população desta época era composta por caboclos, indígenas e imigrantes de origem prussiana alemã.

Esta pesquisa acadêmica visa destacar a importância de compreender o contexto do sertão catarinense e sua conexão com a imigração direta e indireta de alemães, a partir dos relatos deixados por Fritz Plaumann. Por meio de uma análise de seu diário, pretende-se explorar sua percepção sobre a população local, através de Plaumann como um novo elemento neste espaço, analisando sua contribuição para a formação da identidade de Nova Teutônia até o fim de sua vida no ano de 1994.

A PRESENÇA ALEMÃ NA COLONIZAÇÃO DO OESTE CATARI-NENSE

Para compreendermos o processo de imigração em Nova Teutônia e a chegada da família de Fritz Plaumann a ela, é necessário entendermos a dimensão do oeste de Santa Catarina no início do século XX, bem como a situação da Europa neste mesmo período. Ao fim da Guerra do Contestado em 1916, “o maior conflito social brasileiro, que banhou de sangue o chão da região contestada e deixou um saldo de, aproximadamente, oito mil brasileiros mortos” (Valentini et al., 2015, p. 12), a região do oeste catarinense foi dividida, definindo limites territoriais e a criação de novos municípios e a formação de vilas e pequenos povoados, onde foram constituídas novas escolas, igrejas e casas comerciais. Diante disso, Radin (2009, p. 110) contextualiza que em consequência da Guerra do Contestado e a Primeira Guerra Mundial, buscou-se incrementar a imigração e migração no intuito de colonizar as terras nesses espaços.

Assim, é decretado em agosto de 1917, sob o Governo de Santa Catarina, a fundação dos municípios de Mafra, Porto União, Joaçaba e Chapecó. “A metade da área pertencente à Santa Catarina constituiu o município de Chapecó com um total de 13.958 quilômetros quadrados” (Nodari, 2009, p. 29). Porém, o problema maior de todo esse território era a população escassa, entrando assim a atuação das companhias colonizadoras que “pertencentes, em sua maioria, a empresários do Rio Grande do Sul, tornaram-se as principais responsáveis pelo processo de recrutamento e povoamento do Oeste de Santa Catarina” (Nodari, 2009, p. 34). As colonizadoras desempenharam um papel fundamental na colonização do oeste de Santa Catarina e sua atuação se dá principalmente no estado do Rio Grande do Sul e em grande parte da Alemanha.

Na Europa, com o término da Primeira Guerra Mundial, foi assinado o Tratado de Versalhes em 1919, que foi imposto às potências derrotadas, notadamente à Alemanha, a responsabilidade pelos atos e obrigando o país a

pagar indenizações aos aliados, além de impor restrições ao uso de suas forças armadas. O Tratado modificou o mapa da Europa, resultando na perda de vastos territórios pela Alemanha. Segundo Fulbrook (2016), as forças foram limitadas a 100 mil homens, e quando as indenizações a serem pagas pelos alemães foram anunciadas na Conferência de Paris em janeiro de 1921, geraram tanta indignação quanto as outras cláusulas do tratado, contribuindo para o aumento constante da inflação.

Através da incapacidade de cumprir com o pagamento das reparações de guerra, a Alemanha entra em uma profunda crise econômica sem precedentes na história. A solução do país foi imprimir papel-moeda em excesso, desencadeando uma inflação descontrolada e a perda progressiva de valor da moeda. Milhões de pessoas, especialmente as das classes média e baixa, começaram a enfrentar dificuldades significativas.

Contudo, a grande zona de derrota e convulsão, da Alemanha no Ocidente à Rússia soviética no Oriente, testemunhou um espetacular colapso do sistema monetário, comparável apenas ao que se deu em parte do mundo pós-comunista depois de 1989. No caso extremo — a Alemanha em 1923 a unidade monetária foi reduzida a um milionésimo de milhão de seu valor de 1913, ou seja, na prática o valor da moeda foi reduzido a zero. (Hobsbawm, 1995, p. 94).

Nesse contexto, encontramos a família de Plaumann lidando com as consequências da inflação de 1923. A família decidiu vender sua propriedade na área urbana para adquirir uma chácara em uma zona rural, buscando assim cultivar alimentos para o próprio sustento. No entanto, apesar de todos os esforços e da esperança de melhoria na situação, a inflação continuava a aumentar. Para muitas famílias, a única solução foi emigrar, como relatado pelo próprio Fritz Plaumann em seu diário², em que “o desespero e a sombria perspectiva para o futuro continuavam, sem esperança de melhorar. Por isso, muita gente considerava a emigração um meio de escape, o que antes não era possível.” (Spessatto, 2001, p. 30).

Através do Departamento Informativo para Emigrantes, três empresas colonizadoras do Sul do Brasil apresentaram propostas à família, exibindo seus projetos. Estas eram “Foz do Iguaçu”, “Hansa Humboldt” e “Luce Rosa & Cia, de Porto Alegre” (Spessatto, 2001, p. 30). A última foi escolhida devido à sua organização e eficácia na propaganda, possivelmente também influenciada pelo nome “Nova Teutônia”, conforme afirmou Plaumann em seu diário.

A vinda da família aconteceu em 1º de outubro de 1924, destacando

2 O diário de Plaumann foi traduzido do alemão para o português e transformado em um livro intitulado “O Diário de Fritz Plaumann” no ano de 2001, organizado por Mary Spessatto e publicado pela Editora Argos.

que a família realizou a viagem ao Brasil a bordo do navio cargueiro de vapor “Madeira”, que foi provisoriamente reformado para levar passageiros imigrantes. A chegada do navio acontece no porto do Rio Grande do Sul em 4 de novembro do mesmo ano:

Desembarcamos na Estação Barro, ainda no Estado do Rio Grande do Sul, às 4h45min, seguindo a viagem às 8h30min em um automóvel, dando solavancos, para, afinal, chegarmos bem sacudidos ao Porto do Rio Uruguai (divisa dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina) às 13h30min. Fomos acolhidos pelo administrador da Empresa Colonizadora Luce Rosa & Cia dessa região, o senhor Otten. Passamos o Rio Uruguai em uma barca e tomamos a pé até perto da Aldeia de Itá, enquanto a bagagem portátil foi transportada em uma carroça. Pernoitamos no hotel. (Spessatto, 2001, p. 44)

Ao dia seguinte, a família de Plaumann seguiu em uma carroça em direção a Nova Teutônia, chegando ao anoitecer. Ao chegar, encontraram um pequeno galpão designado para abrigar temporariamente os emigrantes. É relatado por Plaumann em seu diário que o local era precário, com um telhado de tábuas e paredes feitas de taquaras rachadas e vedadas com barro, que estavam se deteriorando, permitindo a entrada fácil do vento. A família solicitou algumas tábuas rudimentares para servirem como cama durante a noite.

Figura 1: Localização do distrito de Nova Teutônia, entre os municípios de Chapecó e Seara.



Fonte: Google Earth Pro, 2024.

A adaptação das famílias recém-instaladas no oeste foi desafiadora. Vários fatores contribuíram para essa dificuldade, incluindo a escassez de recursos na região e as péssimas condições das estradas. Fritz Plaumann descreveu as adversidades enfrentadas ao chegar em Nova Teutônia, como a casa provisória que permitia a entrada de vários animais pelas frestas. Além disso, a família enfrentou doenças frequentes nas primeiras semanas. Plaumann menciona em seu diário que, “Ao anoitecer, de repente, eu adoeci de diarreia forte e muito dolorosa. Tomei Nohaschecks Deutschen Balsam. Outro recurso não tinha. Não havia farmácia nesta região remota” (Spessatto, 2001, p. 50).

A carência de infraestrutura médica nas comunidades do oeste catarinense era generalizada, pois não havia hospitais nem farmácias nas áreas remotas. Para tratamento de doenças comuns, era comum recorrer à medicina tradicional indígena, utilizando chás e remédios naturais. Em Nova Teutônia, uma grande epidemia de tifo na década de 1920 resultou na morte de 17 pessoas, conforme relatado por Plaumann em seu diário. (Spessatto, 2001, p.70) Esse número era consideravelmente alto para a pequena comunidade em seus estágios iniciais. A falta de informações sobre tratamento adequado e a ausência de médicos na região foram fatores cruciais que contribuíram para esse alto índice de mortalidade.

Durante a década de 1920, a agricultura se destaca como a principal fonte de renda para a maioria das famílias que se estabeleceram na região. Inicialmente, nas comunidades mais remotas, a produção era realizada principalmente para troca por outros produtos, sem depender do uso de papel-moeda. A agricultura em localidades como Nova Teutônia era predominantemente familiar nesse período. A prática de trocas, associada às colonizadoras, foi introduzida no oeste por famílias vindas do Rio Grande do Sul, que valorizavam o espírito cooperativo. A presença constante de mata nativa exigia dos primeiros colonizadores o desmatamento para iniciar o cultivo de alimentos.

Os principais produtos agrícolas nas primeiras décadas de colonização foram milho e feijão. A família de Plaumann também seguiu essa abordagem nos primeiros anos no Brasil, iniciando o trabalho pela manhã e terminando tarde da noite: “Ao anoitecer terminamos o plantio de milho. Então tínhamos de comprar mais sementes de milho e feijão” (Spessatto, 2001, p. 48).

Para que tudo funcionasse, o auxílio das pessoas nas primeiras comunidades no oeste era fundamental. Conforme afirmado por Onghero (2013, p.12), “O sucesso da colonização dificilmente ocorreria sem o auxílio mútuo. [...] Muitas vezes os moradores que se instalavam primeiro forneciam abrigo para as famílias que chegavam”. Em Nova Teutônia, esse espírito de cooperação é evidente nos relatos de Plaumann (Spessatto, 2001, p. 51), sobre sua interação com os vizinhos, em especial a família do senhor Albino, que

residia próximo à sua propriedade. Um dos filhos do senhor Albino visitou-os para entregar leite encomendado. Durante essa visita, ele mostrou-lhes árvores frutíferas, ervas medicinais, batata doce e mandioca já presentes na localidade, mas desconhecidas por eles.

O papel das colonizadoras foi importante para promover o sentimento de pertencimento comunitário e incentivar a cooperação entre os colonos. No entanto, a delimitação étnica e religiosa dos lotes de terra estabelecida pelas companhias também gerou divisões e aversões entre as famílias, que perduraram por décadas. Os casamentos entre colonos precisavam ser alinhados com a mesma etnia e/ou religião, e qualquer desvio dessas normas poderia resultar em duras sanções, como a exclusão social. Durante seus primeiros anos em Nova Teutônia, a vida de Plaumann foi marcada por diversos desafios através destas delimitações. No entanto, ele continuou aprendendo e desenvolvendo sua criatividade, especialmente para o trabalho na lavoura. A busca por conhecimento da região e a colaboração dos vizinhos foram extremamente importantes para sua sobrevivência e permanência na área, apesar das adversidades enfrentadas, estas que levaram algumas famílias a desistirem.

DAS MÚLTIPLAS FUNÇÕES DE PLAUMANN À DEDICAÇÃO A ENTOMOLOGIA

Ao longo de sua vida, Plaumann se destacou por seu trabalho na entomologia, uma especialidade da biologia que estuda os insetos e suas relações com seres humanos, plantas, animais e o meio ambiente. Considerado autodidata, nunca obteve um diploma de graduação, mas possuía um amplo acervo de livros que serviram como base para seus estudos. Seus conhecimentos foram fundamentais para desempenhar diversas funções na comunidade de Nova Teutônia, inclusive como professor.

Inicialmente, a maioria dos imigrantes alemães, mesmo os que possuíam algum grau de formação, tiveram que se dedicar à agricultura como forma de sustento. Conforme as pequenas comunidades foram se estabilizando, com estruturas sendo consolidadas, era natural que desenvolvessem suas atividades da Alemanha também no Brasil.

De outro lado, os imigrantes alemães, ao contrário do que almejavam as autoridades da época, não se constituíam somente de agricultores. Existiam dentre os imigrantes várias profissões, desde carpinteiros, marceneiros e ferreiros, até comerciantes, professores e artistas. Estes diferentes profissionais vinham para a América para melhorarem de vida e apesar de terem sido obrigados a dedicarem-se inicialmente a atividades agrícolas, muitos logo passaram a desenvolver outras atividades nas colônias ou nas cidades próximas. (Froëhlich et al, 2007, p. 14)

Fritz Plaumann marcou o início de suas pesquisas no Brasil em 1º de janeiro de 1925, sendo esta uma data simbólica como ele descreve em seu diário (Spessatto, 2001). Esse momento foi importante em sua vida, levando a um trabalho meticuloso que hoje é reconhecido por universidades e pesquisadores de diversos países, destacado também no município de Seara, onde Plaumann se estabeleceu. A borboleta, objeto central de seus estudos, tornou-se o símbolo do município.

É importante ressaltar que, mesmo na Alemanha, Plaumann possuía interesse por animais, mas foi no Brasil que ele transformou essa paixão em profissão, aprimorando suas habilidades de coleta e estudo através dos animais invertebrados. Devido à escassez de recursos na região para essa atividade, Plaumann inicialmente utilizou equipamentos trazidos de seu país, como ele mesmo menciona:

Imediatamente comecei a fazer as anotações meteorológicas, usando o instrumento já utilizado por mim na Alemanha, documentando assim a data do começo das minhas pesquisas científicas. Anotava três vezes por dia as indicações do barômetro, a temperatura, tipos e percentagem das nuvens, direção e força do vento, trovoadas e precipitações, e outras observações de importância. E ainda anotava as fases da lua, para futuros estudos sobre a sua influência. (Spessatto, 2001, p. 56)

Para o trabalho de campo, Plaumann adotou uma abordagem sistemática focada exclusivamente nos animais invertebrados, que ele menciona em seu diário como seu objeto de estudo preferido. Essa abordagem permitiu uma coleta mais organizada dos espécimes, os quais foram inicialmente catalogados em sua residência até a fundação do Museu Entomológico Fritz Plaumann em 1988. Inicialmente, Plaumann utilizou equipamentos artesanais desenvolvidos por ele mesmo. Durante esse período, também iniciou o envio das primeiras correspondências para universidades na Alemanha, buscando obter literatura necessária para dar continuidade aos seus estudos por meio de permutas.

Em primeiro lugar foi preciso arrumar madeira de cedro bem seca, caso contrário a coleção pegaria mofo e se estragaria. Planejei importar um tipo especial de turfa, para o fundo das gavetas. O problema era encontrar alguém que fornecesse tal material em troca de material entomológico fornecido por mim. [...] E para a aquisição da literatura necessária para poder levar avante os meus estudos, só me restava o mesmo caminho. Para essa finalidade pretendia entrar em contato com universidades da Alemanha, esperando ter êxito. Nessa esperança comecei a colecionar material entomológico para tal permuta. (Spessatto, 2001, p. 88)

As correspondências desempenharam um papel fundamental no sucesso do trabalho de Plaumann como entomólogo, possibilitando a troca de insetos por bibliografias e materiais essenciais para suas pesquisas. Em 1933, sua coleção já incluía 800 espécies de borboletas, algumas delas consideradas raridades conforme registradas em seu diário (Spessatto, 2001). Ao longo

dos anos, Plaumann expandiu gradualmente sua coleção, aprimorando seus conhecimentos e técnicas, e recebendo materiais de coleta do exterior. No final de sua vida, ele acumulou aproximadamente 80 mil exemplares de insetos, todos eles expostos ao público no Museu localizado em Nova Teutônia, Seara.

Além de seu trabalho na entomologia, Plaumann também se envolveu em outras atividades durante seus primeiros anos no Brasil. Desde sua época na Alemanha, Fritz Plaumann tinha paixão por registrar diversos momentos de sua vida. Como amante do meio ambiente, seus registros fotográficos abrangiam detalhes como o movimento dos rios e grande parte de seu acervo estava dedicado à natureza.

Figura 2: Fritz Plaumann. Chácara da família Plaumann antes da transição ao Brasil, Alemanha. 1924.



Fonte: Acervo do Museu Entomológico Fritz Plaumann.

A carreira de Fritz Plaumann como fotógrafo profissional teve início na metade de 1925, quando visitou a região de Passo Bormann acompanhado de um comerciante de Nova Teutônia e teve a oportunidade de conversar com o Promotor da Comarca local. O Promotor, impressionado com o trabalho de Plaumann, o aconselhou a explorar a fotografia como profissão, o que incentivou Plaumann a dedicar-se intensamente ao aprimoramento de suas habilidades fotográficas.

Pedi-me para fazer uma boa fotografia de peito dele mesmo e mostrá-la à freguesia, como prova de minha lealdade. Disse ele que isso seria necessário, visto que há um tempo tinha passado por aqui um falso fotógrafo, embolsando a entrada da encomenda e abandonando a região para nunca mais voltar. [...] Para o começo, emprestei o material fotográfico de uma pessoa de Itá e fiz a primeira excursão a Passo Bormann. Pedi a metade do preço antecipadamente. (Spessatto, 2001, p. 63)

No período em que Fritz Plaumann atuava como fotógrafo, era comum enfrentar dificuldades para atender à demanda dos clientes devido às precárias condições de transporte e às longas distâncias a percorrer. Além disso, a fotografia era considerada um serviço de luxo acessível apenas às classes mais abastadas, o que tornava desafiador para os fotógrafos conquistarem uma clientela fiel e disposta a pagar pelos serviços. A data exata em que Fritz Plaumann encerrou sua carreira de fotógrafo não é precisamente conhecida. No entanto, devido à dedicação de Plaumann às pesquisas entomológicas, que se tornaram sua principal área de interesse e estudo, ele gradualmente reduziu o tempo disponível para se dedicar à fotografia. Assim, Plaumann passou a considerar a fotografia apenas como um complemento à sua atividade de colecionador de insetos.

Vivendo grande parte da sua vida nas florestas através da coleta de insetos, Plaumann em seus primeiros anos em Nova Teutônia, buscava integrar-se com a comunidade. “Em 1926, decorridos menos de dois anos de sua chegada, participa da construção de uma escola, da qual se torna o primeiro professor,” (Radin, 2018, p. 122). Após o início das atividades escolares, a assembleia da comunidade o elege como primeiro professor em definitivo da escola de Nova Teutônia. “Na assembléia de nossa comunidade fui eleito, com nove votos contra um, [...] para ensinar nas línguas alemã e portuguesa” (Spessatto, 2001, p. 78).

Plaumann permaneceu como professor por cinco anos, durante os quais sua intensa atividade científica, assistência prestada à comunidade local, envolvimento em atividades comerciais e agricultura familiar o levaram a renunciar ao cargo em outubro de 1931. A superlotação de serviços tornou impossível para Plaumann continuar eficientemente com seus projetos pessoais. “Sempre tinha me dado muito bem com os alunos, não havia ninguém que me aborresse de propósito. Bem... era uma vez” (Spessatto, 2001, p. 92).

Além de suas funções como fotógrafo, professor, agricultor e entomólogo, Plaumann também desempenhou o papel de comerciante em Nova Teutônia. Essa incursão no comércio foi uma extensão da sua inserção com a comunidade local a partir das necessidades e demandas da região. Através do comércio, Plaumann foi capaz de fornecer produtos e serviços para a população, contribuindo para fortalecer seus laços com a comunidade.

Em agosto de 1930, Plaumann e sua mãe mudaram-se para uma nova casa, que também funcionava como loja, conforme mencionado em seu diário (Spessatto, 2001). A residência de Plaumann tornou-se um ponto central na comunidade, onde os moradores podiam encontrar produtos e serviços essenciais. Posteriormente, a casa foi vendida por Plaumann, mas ainda existe nos dias atuais, preservando características originais de sua arquitetura.

Duas situações foram essenciais para Plaumann encerrar seu comércio. A

primeira foi a crise de 1929, que demorou um pouco para afetar Nova Teutônia, mas eventualmente diminuiu a renda dos colonos. Como mencionado por Spessatto em comentários no diário, a crise foi superada somente por volta de 1936 (Spessatto, 2001). A segunda situação foi a abertura de uma casa comercial pela Colonizadora Luce Rosa & Cia em 1932, fator crucial que levou Plaumann a encerrar essa atividade.

Não havia condições para sobrevivência de uma loja, tanto menos de duas. Por isso resolvi fechar a minha e vender o meu estoque de mercadoria à recém-fundada. O diretor da empresa pediu-me para fazer a contabilidade da loja, oferecendo somente 25,00 por mês. Bem, naquela situação, era melhor que nada... (Spessatto, 2001, p. 93).

Com a mudança de cenário, Fritz passou a dedicar-se ainda mais à sua profissão de entomólogo, intensificando suas viagens para coletar insetos. Nos anos seguintes, concentrou-se em expandir sua coleção e aprofundar seus estudos sobre a fauna local, contribuindo para o conhecimento científico na área da entomologia.

AS ÚLTIMAS DÉCADAS DE FRITZ PLAUMANN E A FUNDAÇÃO DO MUSEU ENTOMOLÓGICO

Como um elemento crucial de sua trajetória científica, Plaumann manteve correspondência com inúmeros pesquisadores ao longo de sua vida, tanto brasileiros quanto estrangeiros. No início da década de 1930, as primeiras cartas, conforme relatado em seu diário, envolviam trocas de informações com universidades, principalmente na Alemanha, estabelecendo assim uma rede de contatos acadêmicos que se expandiu com o tempo. Conforme sua reputação crescia, Plaumann passou a trocar correspondências com pesquisadores de diversas nacionalidades. Essas trocas de informações e ideias foram fundamentais para o progresso de seus estudos e contribuíram para a consolidação de sua carreira científica.

Esse intercâmbio com aproximadamente 40 cientistas do mundo inteiro manteve-se praticamente até sua morte, em 1994. Paul Anaud Jr, curador e presidente da Californian Academy of Sciences, com quem Fritz Plaumann se correspondia, declarou que Fritz Plaumann foi o maior descobridor e colecionador de insetos da América Latina, no século XX. Suas correspondências foram interrompidas apenas durante a Segunda Guerra Mundial. (Radin, 2018, p. 124).

Além da troca de correspondência com cientistas, Plaumann também conhece sua futura esposa Clarissa Links nestas trocas de cartas. Este relacionamento se desenvolve após a Segunda Guerra Mundial, quando ela chega ao Brasil e casa com Plaumann em 1954. “Plaumann conheceu-a por

correspondência, através de um amigo, e com ela realizou expedições de pesquisa para outras regiões do país”. (Altmann, 2007, p. 165). É importante destacar que, embora Plaumann e Clarissa nunca tenham tido filhos biológicos, “adotaram Gisela Germandorf como filha [...] Em 1972, Fritz assumiu a tutela da jovem Edeltraud Gomman, que se tornou, depois, sua principal ajudante no preparo dos insetos para a sua classificação.” (Radin, 2018, p. 122).

A relação entre Plaumann e Clarissa não se restringiu ao aspecto profissional; ao longo dos anos, construíram um vínculo afetivo sólido enquanto realizavam diversas viagens pela América do Sul. Compartilharam experiências, desafios e conquistas, fortalecendo seu relacionamento e enriquecendo mutuamente suas pesquisas e vidas pessoais. “Mas como muitos outros imigrantes da época, Clarissa não resistiu viver muito tempo naquelas condições e, em 1966, decidiu voltar para a Alemanha.” (Radin, 2018, p. 122).

Mesmo com a separação física, Plaumann e Clarissa mantiveram contato através de intensas trocas de correspondências durante esse período. As cartas se tornaram o principal meio de comunicação para compartilhar notícias e sentimentos, mantendo a conexão entre eles, apesar de Clarissa não ter retornado ao Brasil. Durante o final do ano de 1989, Clarissa enfrentou um tumor na perna direita, o que resultou em sua morte no ano seguinte. Com seu falecimento, encerrou-se também o período de trocas de correspondências de Plaumann com a Alemanha. Apesar da distância geográfica, o casal manteve por mais de 20 anos um vínculo emocional através das cartas, que se tornaram o único meio de comunicação para compartilhar notícias, expressar sentimentos e manter a conexão entre eles.

Ademais, durante este período de trocas de correspondências, dois eventos importantes marcaram Nova Teutônia e Fritz Plaumann na década de 1980. No ano de 1984 é instituída pela lei municipal de nº 452/84 a criação do Museu Entomológico Fritz Plaumann no município de Seara. O elemento principal que permitiu a criação do museu foi a venda de sua coleção de insetos para a prefeitura municipal, onde através do museu, Plaumann teve a oportunidade de preservar sua coleção de insetos e compartilhar seu conhecimento com um público mais amplo.

A coleção de insetos do museu tem em torno de 73.000 exemplares, de 9.601 espécies, representando 19 ordens de espécies, 328 famílias e 2.219 gêneros. Cerca de 1.500 dessas espécies, antes desconhecidas da ciência, foram descobertas por Plaumann. Muitas delas não mais existem na natureza. Seu trabalho foi reconhecido no mundo inteiro e ele se tornou um renomado cientista mundial. (Radin, 2018, p. 121).

Figura 3: Fritz Plaumann tocando violino, Nova Teutônia. 1983.



Fonte: Acervo do Museu Entomológico Fritz Plaumann.

O segundo momento marcante ocorreu em consequência com a criação do museu, quando a presença da Rede Globo em Nova Teutônia em 1991 resultou em uma reportagem sobre o museu e uma breve exposição da vida de Plaumann, incluindo uma entrevista com ele³. A entrevista teve grande repercussão naquele ano para Plaumann, gerando dezenas de correspondências solicitando informações, curiosidades ou até mesmo elogios. Sua popularidade cresceu significativamente, levando o museu a receber uma grande demanda de excursões de alunos nos anos seguintes.

A interação dos alunos com a coleção de Plaumann permite uma compreensão mais profunda das relações entre história e sociedade. É importante envolver os estudantes ativamente, dando-lhes acesso ao valioso patrimônio científico e cultural deixado por Plaumann, que faleceu em 1994 aos 92 anos. Ao longo de sua vida, Plaumann dedicou-se a preservar toda sua pesquisa, tornando seu legado ainda mais significativo para a região oeste de Santa Catarina.

³ A reportagem foi ao ar no programa Globo Rural em 22/09/1991, estando disponível para acesso na internet.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, direcionamos o olhar para a presença alemã na colonização do oeste catarinense, sendo este um capítulo que marcou a história da região, estreitamente ligado aos acontecimentos com o fim da Guerra do Contestado. O processo de imigração para Nova Teutônia foi motivado por uma série de fatores, incluindo as consequências da Primeira Guerra Mundial e da inflação alemã de 1923, que influenciaram famílias como a de Fritz Plaumann a buscar oportunidades além-mar.

É interessante notar que a formação das colônias e o papel das companhias colonizadoras foi um processo também conturbado, atingindo populações que residiam no oeste neste período, como povos indígenas e caboclos, através de um processo de expulsão destes povos. Plaumann em contrapartida aprendeu com estes povos, admirando por exemplo a arte indígena e a prática de alimentação dos caboclos, como citado ao longo de seu diário (Spessatto, 2001). Ademais, a perseverança dos colonos, como Plaumann, foi fundamental para superar diversos desafios iniciais e contribuir para o desenvolvimento da agricultura e da comunidade local.

Dessa maneira, Fritz Plaumann, em particular, ilustra a busca pelo conhecimento que caracteriza muitos imigrantes alemães da época. Sua dedicação à entomologia e sua contribuição para a ciência, incluindo a criação do Museu Entomológico Fritz Plaumann, são legados que destacam o impacto da imigração alemã na cultura e no desenvolvimento da região.

A história de Fritz Plaumann e diversos outros colonos alemães no oeste catarinense, reflete os desafios enfrentados por esses imigrantes, dentre suas capacidades de adaptação e contribuições para as comunidades. Para o governo de Santa Catarina, os objetivos da colonização tiveram o devido sucesso: povoar regiões “vazias” capazes de fazê-las produtivas, estimular um modelo agrícola distinto ao existente e tornar a região integrada ao modelo econômico do estado. Assim, a presença alemã deixa uma marca permanente na colonização, moldando sua paisagem e influenciando seu desenvolvimento econômico e cultural até os dias atuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMANN, Lori. **Memória, identidade e um espaço de conflito: a comunidade de Nova Teutônia no contexto de disputa por terra com a comunidade Kaingang da Área Indígena Toldo Pinhal**. 2007. 323 f. Tese (Doutorado em Teologia) - Faculdades EST, São Leopoldo, 2007.

FROEHLICH, J. et.al. **A Dinâmica do Desenvolvimento: colonização alemã na região central do Rio Grande do Sul**. XLV CONGRESSO DA SOBER

“Conhecimentos para Agricultura do Futuro”. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Londrina, 22 a 25 de julho de 2007.

FULBROOK, Mary. **História concisa da Alemanha**. 2ª. ed. [S. l.]: Edipro, 2016.

FURLANETTO, Eduardo Henrique Gruen. **Fritz Plaumann**: Diário e correspondências de um cientista no sertão catarinense. Orientador: Dr. Claiton Márcio da Silva. 2023. 78 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em História) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2023. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/7306>. Acesso em: 13 abr. 2024.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**. [S. l.]: Companhia das Letras, 1995.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: Edufsc, 2009.

ONGHERO, André Luiz. **Colonização e constituição do espaço rural no oeste de Santa Catarina**. XXVII Simpósio Nacional de História – Natal, julho de 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364480403_ARQUIVO_AndreLuizOngheroartigoANPUH2013.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil. **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense**. Chapecó: Editora UFFS, 2018. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/rxw94>. Acesso em: 13 abr. 2024.

RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

SPESSATTO, Mary Bortolanza. **O Diário de Fritz Plaumann**. Chapecó: Argos, 2001.

VALENTINI, Delmir; WITTE, Gerson; CARBONERA, Mirian; SALINI, Ademir Miguel; ONGHERO, André Luiz (Orgs). **Revelando o Contestado**: as fotografias na história do centenário da guerra. Chapecó: Argos, 2015.

DA ROÇA AO MERCADO DE TRABALHO: A DINÂMICA DOS DESCENDENTES DE IMIGRANTES ALEMÃES NA NOVA GERAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Luciana Sanguiné¹

INTRODUÇÃO

Os imigrantes alemães chegaram ao Brasil entre as décadas de 1820 e 1870 e estabeleceram-se em diferentes regiões do país, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo, trazendo consigo diversos aspectos culturais que se fundiram com a cultura local, formando uma simbiose entre as duas nações. A trajetória dos descendentes de imigrantes alemães no Brasil é um exemplo de como as correntes migratórias influenciam não apenas a economia, mas também o mosaico cultural de uma nação. Este estudo busca explorar a evolução dos descendentes de imigrantes alemães desde suas origens agrícolas até sua inserção e diversificação em diversos setores do mercado de trabalho brasileiro. A transição desses descendentes da agricultura para campos profissionais variados reflete não apenas uma adaptação econômica necessária, mas também uma rica troca cultural que tem influenciado de maneira significativa o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

A chegada dos primeiros imigrantes alemães ao Brasil iniciou um processo de colonização que teve impactos expressivos nas áreas rurais, especialmente no Sul do país. Inicialmente concentrados na agricultura, os imigrantes alemães estabeleceram comunidades fortes que mantiveram suas tradições culturais, língua e práticas agrícolas. No entanto, ao longo das gerações, seus descendentes começaram a migrar para áreas urbanas em busca de melhores oportunidades de educação e emprego, marcando o início de uma notável mudança socioeconômica.

Este estudo utiliza uma metodologia qualitativa para examinar como a educação, o empreendedorismo e a identidade cultural têm desempenhado papéis cruciais na adaptação e integração desses descendentes no tecido mais amplo da sociedade brasileira. Através da análise de trajetórias pessoais e familiares,

1 Mestra em Gestão de Projetos - Universidade de Essex, Reino Unido / Especialista em Ensino de História - Faculdade Única / Graduada em Gestão da Tecnologia da Informação - Unisul/ Bacharelada em História - Unisul/ luciana.sanguine@outlook.com.

investiga-se a importância desses fatores na formação de indivíduos que não apenas encontraram novos caminhos profissionais fora do setor agrícola, mas também se tornaram agentes de mudança e inovação em suas comunidades e setores de atuação.

Este estudo também aborda os desafios enfrentados por esses descendentes, desde a preservação de sua identidade cultural em um ambiente diversificado até as dificuldades de assimilação no mercado de trabalho. A dualidade de manter suas raízes culturais enquanto se adaptam a uma nova realidade socioeconômica oferece uma perspectiva única sobre as complexidades enfrentadas por comunidades imigrantes em geral. Além disso, a capacidade desses descendentes de estabelecer redes de negócios únicas e introduzir novas perspectivas em vários setores é um testemunho de como a diversidade pode enriquecer uma economia nacional.

Embora este estudo revele informações importantes sobre a integração dos descendentes de imigrantes alemães no Brasil, ele também destaca uma lacuna significativa na literatura existente, particularmente em relação às novas gerações no estado do Rio Grande do Sul. A dificuldade em encontrar estudos aprofundados sobre o tema sugere uma área de pesquisa que ainda necessita ser explorada, prometendo descobertas que poderiam oferecer percepções adicionais sobre a adaptação e o impacto a longo prazo dessas comunidades imigrantes no desenvolvimento do Brasil.

Portanto, ao trazer à tona alguns dos desafios e das contribuições dos descendentes de imigrantes alemães, este trabalho não apenas contribui para um entendimento mais profundo da dinâmica migratória no Brasil, mas também propõe uma reflexão sobre as políticas de integração e o valor da diversidade cultural dentro do contexto nacional.

DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E TRANSIÇÃO ECONÔMICA

O processo de colonização alemã no Rio Grande do Sul, iniciado em 1824 com a chegada dos primeiros imigrantes em São Leopoldo, marca o início de uma onda migratória que se estenderia por várias décadas. Este movimento foi caracterizado pela fundação de pequenas propriedades agrícolas que gradualmente solidificaram a presença europeia na região, em um contexto marcado por conflitos territoriais com os espanhóis à época. A documentação histórica mencionada no trabalho a “A Colonização Alemã no Estado do Rio Grande do Sul” (2012) ressalta como essas primeiras interações estabeleceram bases para a formação socioeconômica da região.

Os primeiros colonos mantiveram-se relativamente isolados, o que favoreceu a preservação de suas tradições culturais, linguísticas e agrícolas.

Esse isolamento foi crucial, pois permitiu que, mesmo adaptando-se ao novo ambiente, mantivessem uma forte conexão com sua herança alemã. Essa preservação cultural foi vital para a identidade dos descendentes que, embora integrados economicamente, mantiveram uma herança alemã distintiva. Este aspecto de manutenção da identidade cultural é profundamente discutido no trabalho “A representação da identidade nacional em escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul” (1999), demonstrando a complexidade dessa integração cultural.

Ao longo dos anos, as colônias alemãs expandiram-se além das áreas florestais iniciais, estendendo-se pelos vales dos principais rios do estado, como Sinos, Jacuí, Taquari e Caí. Essa expansão resultou na criação de uma rede de pequenas propriedades policultoras, que se tornaram a espinha dorsal da economia rural do estado. O desenvolvimento dessas colônias foi marcado também pelo surgimento de um comércio de pequena escala, essencial para a sustentabilidade dessas comunidades isoladas.

A estabilização política do sul na segunda metade do século XIX possibilitou a retomada e expansão da colonização. No entanto, as mudanças nas políticas governamentais se tornaram menos generosas ao longo do tempo, exigindo mais autonomia e autossustentação por parte dos colonos. Essas mudanças na política de imigração e colonização catalisaram uma transformação econômica significativa, impulsionando os imigrantes a diversificar suas atividades econômicas além da agricultura e a se moverem gradualmente para as cidades em busca de melhores oportunidades. Este processo é meticulosamente detalhado em “O Código Comercial no contexto de transição da economia brasileira (1850-1870)” (DOS SANTOS, 2014), que examina as adaptações econômicas essenciais para a integração no mercado de trabalho urbano.

O movimento dos descendentes de imigrantes alemães para áreas urbanas marcou uma importante fase na transição econômica do trabalho rural para setores industriais e de serviços. Nas cidades, esses descendentes aproveitaram as oportunidades emergentes, especialmente nas indústrias nascentes do Rio Grande do Sul, contribuindo significativamente para o crescimento industrial e comercial da região. Essa transição não reflete apenas uma mudança econômica, mas também uma integração cultural e social. Os descendentes não só trouxeram consigo habilidades e conhecimentos agrícolas, mas também uma rica tradição cultural que influenciou fortemente as áreas em que se estabeleceram, enriquecendo assim o mosaico cultural brasileiro.

A transição dos descendentes de imigrantes alemães do trabalho agrícola para uma participação diversificada no mercado de trabalho urbano ilustra vividamente a complexidade de sua integração econômica e cultural no Brasil.

Este processo, meticulosamente documentado em fontes como “Releituras da História do RS” (FALKEMBACH SIMÃO et al., 2011), sublinha a necessidade de estudos adicionais que explorem as nuances dessas migrações e suas implicações para as gerações futuras no Brasil.

EDUCAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Embora não tenham sido identificados estudos específicos que mapeiem diretamente o sucesso dos descendentes de imigrantes alemães no mercado de trabalho brasileiro, a sólida base educacional proporcionada pelas escolas étnicas surge como uma explicação plausível para a boa preparação e o consequente êxito desses indivíduos na vida profissional. A educação tem exercido um papel transformador nas comunidades de descendentes de imigrantes alemães no Brasil, servindo como um catalisador para a diversificação de habilidades e impulsionando o empreendedorismo. O acesso expandido a uma educação de qualidade tem permitido que as novas gerações desses descendentes ultrapassem os limites das atividades agrícolas tradicionais de seus antecessores. Ingressando em setores inovadores como tecnologia, educação e indústria, eles têm assumido papéis de liderança que são essenciais para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

É importante reconhecer, contudo, que as atividades agrícolas tradicionais desempenhadas pelos antecessores não só formaram a base econômica inicial para essas comunidades, mas também continuam sendo fundamentais para o desenvolvimento econômico da região. Esta valorização do trabalho agrícola reflete a importância de manter um equilíbrio entre o crescimento dos setores urbanos e a sustentabilidade das práticas rurais, mostrando que o sucesso no ambiente profissional moderno não diminui a relevância das contribuições tradicionais ao desenvolvimento regional. Esta transição não apenas mostra a capacidade de adaptação desses descendentes, mas também destaca o impacto duradouro de uma educação que equilibra a preservação cultural com a aquisição de novas competências demandadas pelo mercado de trabalho contemporâneo.

Desde o início, as escolas comunitárias fundadas por imigrantes alemães tiveram um papel fundamental na preservação de sua língua e cultura. Conforme essas comunidades se estabeleciam e cresciam, as instituições educacionais passaram a implementar currículos que desenvolviam habilidades cruciais para uma efetiva integração no diversificado mercado de trabalho brasileiro. Esta evolução dos programas educacionais e sua importância para a adaptação cultural e profissional dos descendentes de imigrantes são detalhadamente exploradas por Kreutz (1999). Ele aponta que “a educação nas comunidades de imigração alemã adaptou-se progressivamente para equipar os estudantes com as competências exigidas pelo mercado de trabalho local, ao mesmo

tempo que preservava elementos essenciais de sua herança cultural” (KREUTZ, 1999, p. 158). Essa dualidade curricular permitiu que as comunidades alemãs no Rio Grande do Sul mantivessem suas tradições enquanto se adaptavam às necessidades econômicas do Brasil, refletindo um modelo de integração que equilibra respeito à origem e abertura ao novo.

A influência da educação na transformação econômica e social torna-se particularmente evidente ao observar a ascensão das gerações de descendentes de alemães no Brasil ao longo do século XX. Muitos se beneficiaram da expansão da educação técnica e universitária para estabelecer-se em carreiras emergentes. A educação superior, frequentemente incentivada pelas próprias comunidades, abriu portas significativas e capacitou esses indivíduos a desempenhar papéis fundamentais no desenvolvimento de novas tecnologias e na gestão de indústrias inovadoras, conforme destacado em “O Código Comercial no contexto de transição da economia brasileira (1850-1870)” (DOS SANTOS, 2014).

O estudo “Releituras da História do RS” de Falkembach Simão et al. (2011) oferece uma visão detalhada de como as tradições alemãs foram adaptadas para promover o empreendedorismo entre os descendentes de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul. Este trabalho explora como valores culturais alemães como rigor, precisão e uma forte ética de trabalho foram incorporados nas práticas empresariais locais, resultando em empresas que não apenas lideram em eficiência e qualidade, mas também mostram uma grande capacidade de inovação e adaptação às dinâmicas locais. Além disso, o estudo destaca o papel da educação na capacitação desses empreendedores, enfatizando como a integração de valores culturais com a formação acadêmica tem fortalecido redes de apoio empresarial, promovendo um ambiente colaborativo e inovador na região. A pesquisa revela, portanto, como a combinação de educação, valores culturais herdados e inovação empresarial contribui significativamente para o desenvolvimento econômico local, apresentando uma interação complexa onde tradição e modernidade se complementam para enriquecer a economia regional. O papel dos descendentes de imigrantes alemães no setor educacional também foi marcante, com muitos liderando instituições de ensino que promoveram a excelência acadêmica e a preservação da identidade cultural. Essas escolas e universidades tornaram-se centros de inovação e pensamento crítico, contribuindo significativamente para o desenvolvimento educacional do Brasil, como evidenciado por “A Colonização Alemã no Estado do Rio Grande do Sul” (DELAMARE et al., 2011).

Essa trajetória de educação e empreendedorismo dos descendentes de imigrantes alemães no Brasil representa uma história de integração cultural e contribuição significativa ao desenvolvimento do país. Evoluindo da “roça ao mercado de trabalho”, esses descendentes não somente diversificaram a

economia brasileira, mas também enriqueceram sua cultura com elementos de sua herança alemã. Esse legado duradouro segue influenciando as gerações atuais, demonstrando como a educação pode ser uma ferramenta poderosa de transformação social e econômica.

IDENTIDADE CULTURAL E INTEGRAÇÃO

A integração dos descendentes de imigrantes alemães no mercado de trabalho brasileiro ilustra uma complexa interação entre a preservação de sua rica herança cultural e a adaptação a um novo contexto econômico e social. Essa dualidade cultural influencia profundamente tanto a identidade pessoal desses indivíduos quanto suas práticas empresariais, resultando na criação de redes de negócios únicas e na introdução de novas perspectivas no mercado de trabalho brasileiro.

Desde o início da imigração alemã no Brasil, as comunidades estabelecidas por esses imigrantes têm enfatizado fortemente a educação e a preservação cultural. Escolas, associações culturais e igrejas tornaram-se centros para a manutenção da língua e dos costumes alemães, criando um ambiente onde as tradições são transmitidas de geração para geração. Essa manutenção cultural tem permitido aos descendentes manter uma conexão com suas raízes, enquanto se adaptam às dinâmicas sociais e econômicas do Brasil. O estudo “A Colonização Alemã no Estado do Rio Grande do Sul” (2012) enfatiza que as práticas culturais adotadas pelos imigrantes alemães e seus descendentes têm desempenhado um papel crucial não apenas na preservação de sua identidade cultural única, mas também no fortalecimento dos laços comunitários dentro das regiões onde se estabeleceram. Através da manutenção de tradições, idiomas e costumes, essas práticas ajudaram a solidificar uma sensação de pertencimento e continuidade entre as gerações, contribuindo significativamente para a coesão social e a identidade individual dos membros da comunidade. Este fenômeno tem permitido que tanto indivíduos quanto comunidades inteiras mantenham uma ligação viva com seu patrimônio cultural enquanto se adaptam e integram na sociedade brasileira mais ampla. Os descendentes de imigrantes alemães trazem para o mercado de trabalho práticas empresariais que refletem tanto a meticulosidade quanto a inovação, uma mistura de rigor alemão com a flexibilidade necessária para navegar no mercado brasileiro. Esta combinação resultou em uma abordagem empresarial única, frequentemente conduzindo à criação de oportunidades de negócios inovadoras. A influência dessas práticas na economia é evidenciada em documentos como “O Código Comercial no contexto de transição da economia brasileira (1850-1870)” (2014), que demonstra como essas abordagens têm moldado setores específicos da economia brasileira, da indústria ao comércio.

Além do impacto econômico, a contribuição cultural dos descendentes alemães é significativa. Eles desempenham um papel ativo na introdução e manutenção de festivais e celebrações que se tornaram parte do calendário cultural de muitas cidades brasileiras, como a Oktoberfest de Blumenau. “Releituras da História do RS” (2011) discute como esses eventos fortalecem laços comunitários e promovem o turismo e o comércio local.

Essas redes de negócios e intercâmbios culturais também enriquecem o diálogo entre diferentes setores, promovendo um ambiente de trabalho mais inclusivo e inovador. A pesquisa “A Representação da Identidade Nacional em Escolas da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul” (1999) revela como essas interações têm facilitado a integração de novas gerações no mercado de trabalho, garantindo que as práticas empresariais e os valores culturais dos descendentes de imigrantes continuem a influenciar positivamente a economia brasileira.

A identidade cultural dos descendentes de imigrantes alemães e sua integração no Brasil destacam a capacidade dessa comunidade de não apenas se adaptar e prosperar em um novo país, mas também de enriquecer o Brasil com novas práticas, ideias e celebrações culturais. Esta dualidade cultural reforça a identidade dos descendentes de imigrantes e enriquece a sociedade brasileira, sublinhando o valor contínuo da diversidade cultural e da integração.

CONCLUSÃO

Este estudo examinou a evolução dos descendentes de imigrantes alemães no Brasil, desde suas raízes na agricultura até seu envolvimento em diversos setores do mercado de trabalho. A transição de atividades predominantemente agrícolas para profissões urbanas não só destaca uma adaptação econômica, mas também demonstra a influência cultural desses descendentes no desenvolvimento socioeconômico do país.

A integração desses indivíduos no mercado de trabalho revela uma interação complexa entre a manutenção de tradições culturais e a adaptação a novas realidades econômicas brasileiras. A educação tem desempenhado um papel fundamental, permitindo-lhes aproveitar novas oportunidades e preservar sua herança cultural, enquanto a identidade cultural dos descendentes tem sido essencial na formação de redes de negócios inovadoras, trazendo novas perspectivas ao mercado de trabalho.

As contribuições desses descendentes transcendem a economia, enriquecendo também a cultura brasileira. Festivais como a Oktoberfest exemplificam como tradições alemãs foram incorporadas à cultura local, fortalecendo a diversidade cultural e a integração.

Contudo, a pesquisa identificou uma lacuna significativa nos estudos sobre as novas gerações de descendentes no Rio Grande do Sul, destacando

a necessidade urgente de pesquisas adicionais que explorem suas experiências contemporâneas. Essa carência sinaliza uma oportunidade para investigações futuras que podem fornecer percepções mais aprofundadas sobre a adaptação e o impacto dessas comunidades.

Em conclusão, a trajetória dos descendentes de imigrantes alemães no Brasil é uma história de sucesso e integração, ressaltando a importância de preservar a herança cultural ao mesmo tempo que se exploram as oportunidades oferecidas pelo desenvolvimento do país. Este relato sublinha a necessidade de políticas e práticas que valorizem tanto a diversidade cultural quanto o potencial econômico dos imigrantes e seus descendentes, com estudos adicionais sendo essenciais para entender plenamente seu impacto no desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

REFERÊNCIAS

DELAMARE, Tatiane; FRANZ, Juliana Cristina; MACEDO, Daniele; *et al.* **A colonização alemã no estado do Rio Grande do Sul**. Pelotas: UFPEL, 2012. Disponível em: <https://www2.ufpel.edu.br/cic/2012/anais/pdf/CH/CH_00046.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2023.

DOS SANTOS, RV. **O Código Comercial no contexto de transição da economia brasileira (1850-1870)**. www.reinaldovelloso.not.br. 2014. Disponível em: <<https://www.reinaldovelloso.not.br/obras.php>>. Acesso em: 15 abr. 2024. FEA-USP.

FALKEMBACH SIMÃO, Ana Regina; LIMA DE AVILA, Arthur; BISSO CRUXEN, Edison; *et al.* **Releituras da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2011.

KREUTZ, Lúcio. A representação da identidade nacional em escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul. **História da Educação**, v. 5, n. 1, p. 141–164, 1999. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30047/pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2023.

SPRICIGO, Gisele ; FILLIPPI, Eduardo Ernesto. **Título do trabalho O rural no Vale do Rio dos Sinos: desaparecimento ou permanência? Área temática**. [s.l.: s.n.], 2006. Disponível em: <<https://arquivofee.rs.gov.br/eventos/encontro-de-economia-gaucha/3-encontro-de-economia-gaucha-2006/>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

“ÓBICES QUE ENTRAVAVAM A ASSIMILAÇÃO”¹: NARRATIVAS SOBRE IMIGRANTES ALEMÃES DURANTE O ESTADO NOVO NO VALE DO RIO DOS SINOS/RS (1939-1945)

*Fernanda Gälzer*²

*Magna Lima Magalhães*³

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Brasil sempre atraiu estrangeiros e imigrantes, sendo estes, primeiramente, portugueses que iniciaram o processo de colonização desde o século XVI. Posteriormente, outros grupos migratórios chegaram para contribuir com a consolidação do projeto político de colonização, desde o período imperial até os dias atuais. Foi durante a Primeira República (1889-1930) que o país testemunhou o auge do fluxo imigratório, com a chegada de mais de quatro milhões de imigrantes.

Com a instauração do governo autoritário de Getúlio Vargas, conhecido como Estado Novo, em 1937, e a subsequente implementação de políticas nacionalistas, surgiu a percepção de que a preservação da cultura dos imigrantes e a formação de comunidades à margem da sociedade brasileira representavam um desafio para a unidade nacional. Diante desse contexto, foram adotadas medidas para conter a imigração, passando a realizar uma seleção rigorosa dos estrangeiros que ingressavam no país.

Os residentes e seus descendentes tornaram-se alvos de políticas nacionalizadoras, visando assimilar essas comunidades à identidade nacional brasileira. Esse período ficou marcado por uma abordagem mais restritiva em relação à diversidade cultural, alinhada aos ideais de fortalecimento da identidade nacional durante o Estado Novo.

Conhecida como a Campanha de Nacionalização, a iniciativa buscava promover a integração e a assimilação dos indivíduos por meio do uso e do ensino

1 Expressão retirada do texto “Assimilação e Nacionalismo”, publicada no jornal *Correio de São Leopoldo*, em 30 de julho de 1938.

2 Mestre e doutoranda em Processos e Manifestações Culturais e graduada em História pela Universidade Feevale. Bolsista PROSUP-CAPES. E-mail: fernanda.galzer@gmail.com.

3 Doutora em História. Docente do curso de História e do Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale. E-mail: magna@feevale.br.

da língua nacional, do conhecimento da história do Brasil e da participação em instituições de cunho patriótico, tendo em vista consolidar a brasilidade e fomentar o amor e a lealdade à Pátria. Em 1939, a nacionalização sofreu uma radicalização com a promulgação do Decreto-lei nº. 1.545, datado de 25 de agosto, o qual tratava da adaptação dos descendentes de imigrantes à sociedade brasileira, introduzindo diversas alterações, especialmente no âmbito do ensino (Ruggiero, 2021).

O contexto perpassa o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), exercendo influência significativa na percepção dos imigrantes e seus descendentes. Embora o Brasil tenha mantido neutralidade no início do conflito, em 1942, passou a apoiar os Aliados (Estados Unidos, Inglaterra, União Soviética), e, em decorrência desse posicionamento, o país foi alvo de ataques por parte da Alemanha. A partir daquele ano, a intensificação da nacionalização se tornou mais evidente em virtude do término da neutralidade brasileira (Ruggiero, 2021; Seyferth, 1999).

O imigrante, anteriormente reconhecido como elemento fundamental para a força de trabalho e o desenvolvimento socioeconômico em várias regiões, viu sua imagem transformar-se, passando a ser alvo de combate e a ter sua narrativa reconfigurada. Diante desse contexto, o presente artigo⁴ propõe-se a analisar o discurso adotado em relação aos imigrantes e descendentes alemães durante o período do Estado Novo no Vale do Rio dos Sinos. Essa região destaca-se por abrigar a primeira colônia alemã no Rio Grande do Sul, fundada em 1824.

O estudo concentra-se na análise do periódico local *Correio de São Leopoldo* e em entrevistas realizadas com três descendentes de imigrantes residentes na região. Busca-se identificar e compreender os elementos que foram percebidos como obstáculos para a assimilação dessa população, no âmbito das políticas de nacionalização implementadas durante o período do Estado Novo.

As fontes elencadas para a pesquisa foram analisadas criteriosamente. O jornal *Correio de São Leopoldo* era de circulação semanal e possuía como foco a cidade de São Leopoldo, que, no período, compreendia grande parte do que hoje é considerado o Vale do Rio dos Sinos, com exceção de Novo Hamburgo. As fontes orais constituídas para esta pesquisa foram desenvolvidas a partir de três interlocutores, os quais foram entrevistados em 2018⁵. São duas mulheres e um homem e, atualmente, possuem entre 70 a 100 anos, todos brasileiros, descendentes de imigrantes alemães. Os entrevistados são moradores do Vale

4 O texto é pautado na dissertação de mestrado da autora: “O cotidiano de imigrantes alemães e de seus descendentes durante a campanha de nacionalização, no Vale do Rio dos Sinos/RS”.

5 Os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), concedendo a entrevista. Todos os termos assinados estão em posse da pesquisadora, disponíveis para eventuais consultas. Em respeito às narrativas dos entrevistados, optou-se por fazer pequenos ajustes para evitar vícios de linguagem.

do Rio dos Sinos e vivenciaram o período pesquisado. A análise do periódico local fornecerá informações sobre os principais discursos veiculados pela mídia da época, visto que os jornais difundem ideias e valores que exercem influência sobre a sociedade (Barros, 2022). As entrevistas oferecerão uma perspectiva mais pessoal das experiências individuais em relação às políticas em questão.

A análise do jornal *Correio de São Leopoldo*, aliada às narrativas proporcionadas pelas entrevistas, contribuem significativamente para a compreensão das nuances desse contexto histórico. A próxima subseção deste texto aprofundará a investigação sobre a percepção do imigrante como uma ameaça, buscando elucidar a propagação da ideia do “perigo alemão”. O segmento também explorará como a imigração foi percebida como um desafio, resultado, em parte, da inadequada atuação da política do Império na organização da colonização. Tal omissão culminou na formação de núcleos étnicos considerados problemáticos, constituindo um aspecto importante para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas que marcaram o período do Estado Novo no Brasil.

O IMIGRANTE E SEUS DESCENDENTES DURANTE O ESTADO NOVO

Os imigrantes desempenharam um papel fundamental como solução para questões como regiões pouco habitadas e a substituição dos trabalhos escravizados. Apesar de serem considerados, conforme as concepções do século XIX, racialmente superiores e trabalhadores mais competentes, em comparação à população mestiça e afro-brasileira, eram rotulados como “irredutíveis aos processos de assimilação e miscigenação” (Seyferth, 2000, p. 81-82). Os imigrantes construíram identidades coletivas fundamentadas em critérios étnico/nacionais, mas se depararam com a falta de aceitação de qualquer forma de pluralismo, incluindo o cultural, no contexto do nacionalismo brasileiro (Seyferth, 2000).

No Brasil a identidade nacional e a nacionalidade do indivíduo eram justificadas pelo critério de *jus soli*, ou seja, a nacionalidade reconhecida com base no local de nascimento. No entanto, muitos imigrantes adotaram a concepção do *jus sanguinis*, que implica o reconhecimento da nacionalidade com base na ascendência do indivíduo (Rambo, 1994; Seyferth, 2000). Isso resultou, em parte dos imigrantes, em uma identificação mais forte com a pátria de nascimento de seus pais e avós, em detrimento do país onde nasceram, no caso de seus descendentes. Além disso, observou-se uma significativa preservação e adoção de costumes e tradições originários de suas nações de origem. Paralelamente, foram estabelecidas instituições como escolas, associações, jornais e igrejas, dentro das comunidades étnicas nos núcleos de colonização denominados “quistos étnicos”, “quistos raciais” ou “zonas desnacionalizadas” (Geraldo, 2009, p. 174).

O processo de imigração e o estabelecimento de colônias distantes das áreas urbanas, dotadas de suas próprias organizações, resultaram em um contato limitado dos imigrantes com a sociedade brasileira. Isso contribuiu para a concepção, durante o Estado Novo, de que residiam em áreas completamente à margem da sociedade brasileira, o que suscitou a necessidade de implementar políticas de nacionalização.

A nacionalização ocorreu de maneira diversificada no país, impactando parcela dos imigrantes, independentemente de sua procedência. Conforme destacado por Gertz (2005, p. 146), esse processo não se desdobrou de forma linear e uniforme entre todos os grupos, resultando em notáveis disparidades na avaliação das distintas populações “estrangeiras” presentes no território sul-rio-grandense. Entretanto, os alemães, assim como os japoneses, foram os mais atingidos, dado que eram considerados “profundamente envolvidos” com suas respectivas pátrias de origem (Geraldo, 2009).

A busca pelo abramileiramento da população alemã é analisada por Gertz (1987) como uma crise. Esse fenômeno teve início antes do período do Estado Novo, no século XIX, e intensificou-se durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Com o cenário internacional que antecedeu e durante a Segunda Guerra Mundial, essa busca assumiu proporções mais acentuadas, especialmente devido a fatores internos e à propaganda inglesa e estadunidense contrárias à Alemanha, que se estendiam também aos imigrantes e seus descendentes.

No entanto, uma visão desfavorável em relação aos alemães manifestou-se, principalmente, nas últimas décadas do século XIX, culminando na adoção da expressão “perigo alemão” após a unificação do Império Alemão em 1871 (Gertz, 2015). Dentro do contexto do imperialismo europeu, a crença predominante era de que os países estavam em busca de expansão territorial e domínio econômico fora da Europa. Considerava-se que, ao ingressar tardiamente na corrida neoimperialista em relação aos outros países, a Alemanha poderia direcionar seus esforços para a América visando a criação de colônias (Lisboa, 2008). Sob essa perspectiva, havia a preocupação de que alguns “colonos” pudessem resistir à assimilação, levando à possível anexação dos países sul-americanos ao Reich alemão (Fáveri, 2009, p. 93).

Assim, a concepção de que a Alemanha poderia empregar os imigrantes estabelecidos no solo brasileiro como uma ameaça ao Brasil disseminou-se no imaginário da época. Embora alguns ideólogos e estrategistas alemães tenham considerado a possibilidade de anexar territórios com presença de imigrantes alemães, a maioria dos pensadores enxergava a presença alemã em solo estrangeiro como um potencial mercado consumidor, não havendo efetivamente um plano concreto de conquista territorial (Gertz, 1991).

Diversos aspectos históricos contribuíram para a constituição desse imaginário, como o contexto da Primeira Guerra Mundial e suas consequências, a Liga Pangermânica, a ascensão do nazismo e sua política de anexação territorial, os desentendimentos diplomáticos entre Brasil e Alemanha em 1938, a propaganda estrangeira relacionada ao “período alemão” e a significativa presença de comunidades alemãs no sul do Brasil (Lisboa, 2008). Já durante a Primeira Guerra Mundial, a percepção de uma possível ameaça resultou em uma série de medidas hostis contra imigrantes alemães.

Mesmo com a derrota da Alemanha no conflito, a persistência do “perigo alemão” foi evidente na década de 1920. De acordo com Gertz (2015, p. 16), essa persistência se deveu aos “quistos étnicos”, que se referiam às comunidades não integradas à sociedade brasileira e desprovidas de identificação com a nação brasileira. Para o autor, tal situação era encarada como um problema e um obstáculo para a consolidação do Brasil como uma “unidade minimamente homogênea do ponto de vista político, étnico, cultural e religioso”.

Nesse contexto, as comunidades de imigrantes e seus descendentes alemães eram rotuladas como “corpos estranhos malignos incrustados na sociedade brasileira” (Gertz, 2015, p. 16). Segundo o autor, essa percepção derivava de diversos fatores, tais como instituições que preservavam e expressavam as tradições alemãs, a exemplo de escolas, igrejas e sociedades em várias áreas. Além disso, o baixo índice de miscigenação resultava do isolamento geográfico, da homogeneidade étnica e religiosa, das dificuldades de interação e do distanciamento político.

Outro aspecto relevante a ser considerado é a questão internacional, notadamente o papel do partido nazista e sua atuação no Brasil, conhecido como “perigo nazista”, continha a concepção de que poderia existir algum interesse dos alemães, sob a liderança do partido nazista, no território do sul do Brasil. Nas décadas de 1930 e 1940, devido às concepções imperialistas de Hitler, “o perigo de uma invasão alemã na América do Sul passou a ser considerado real” (Fáveri, 2009, p. 93). Nesse contexto, imigrantes e seus descendentes eram, muitas vezes, vistos como agentes da Alemanha de Hitler (Cancelli, 1994, p. 151). No entanto, Gertz (2015, p. 19) destaca que o número de filiados ao partido nazista no estado era considerado baixo, “pouco mais de 500 pessoas”, em comparação aos “15.279 cidadãos alemães” residentes no estado, todos os quais teriam o direito de serem membros da organização. Marlene de Fáveri (2009) aponta ainda outro fator que contribuiu para o receio do “perigo alemão”: a presença do Integralismo no país. Apesar de serem nacionalistas e muitos não apoiarem o nazismo, os integralistas possuíam discursos que declaravam uma aproximação com a Alemanha e a Itália.

A ideia da Alemanha planejar uma invasão no Sul, era um argumento frequente na época, utilizado para justificar atitudes hostis em relação aos

alemães, essa situação também se evidencia em alguns dos relatos obtidos por meio de entrevistas para a pesquisa. Um deles é apresentado pelo entrevistado Sr. Alceu Feijó que atuava no jornal *O 5 de Abril*⁶ na década de 1940. Ele menciona a presença alemã, no entanto, o propósito atribuído à Alemanha ao invadir a região era diferente:

Os alemães, Hitler, que tinha projeto desde o começo de invadir os Estados Unidos, mas aqui pela América do Sul. Ele começou a montar um *staff*, muito forte lá na Argentina [...] O que o Hitler montou na Argentina foi uma coisa impressionante. Em 1960, já tinha terminado a guerra, eu fui acompanhando o clube de punhobol da Ginástica, em um torneio em uma cidade do interior da Argentina. E me surpreendeu, pois lá é alemão para tudo que é lado, falavam alemão, e fotografia de alemão e música de alemão. Eu estranhei aquilo.

Apesar do relato apresentar uma perspectiva diferente das intenções alemãs, ele evidencia a concepção da época, na qual se acreditava na intenção de invasão do Brasil. Em outra interlocução, o tema do “perigo nazista” e da intenção da Alemanha em invadir o Brasil foi retomado: “Hoje não sei, devem existir documentos. A gente ficou sabendo que havia um movimento para pegar os dois estados do sul do Brasil para o nazismo. Queriam invadir. Então, a gente não sabe se era verdade ou não” (Dietzold, 2018). Mesmo que não existisse uma intenção concreta, a presença no imaginário de parte da população de um projeto de apropriação do território gerou aversão a tudo que fosse alemão, incluindo os imigrantes, sendo uma das motivações para a nacionalização da população. Prevalcia a concepção de que, se houvesse comprometimento dos habitantes com o Brasil em vez de entusiastas da Alemanha, não haveria risco de secessão ou ocupação estrangeira.

Nas décadas de 1920 e 1930, “[...] gradualmente ocorria o processo de assimilação, e até mesmo as comunidades rurais mais isoladas adotaram o bilinguismo, intensificando o aprendizado da língua portuguesa, além da integração política e econômica” (Seyferth, 1994, p. 21). A falta de assimilação à brasilidade era encarada como um “perigo” e resultou em mudanças na legislação imigratória, incluindo alterações na educação e uma ampliação da repressão policial (Schwartzman, 1983).

O “perigo” gerado pela desnacionalização de núcleos coloniais estava associado à ideia de que países imperialistas utilizariam a população estabelecida no solo brasileiro para disseminar suas ideologias, visando “impedir a sua assimilação ao novo meio e, assim, facilitar futuras campanhas de anexação territorial” (Schwartzman, 1983, p. 109), como foi o caso do “perigo alemão”.

6 O periódico *O 5 de abril* foi fundado em 1927, por Hans Behrend, na cidade de Novo Hamburgo e esteve em circulação até 1962.

Em diversas reportagens analisadas, como as mencionadas ao longo deste texto, era comum encontrar discursos que atribuíam os problemas enfrentados pelo país, naquele período, à falta de organização na imigração administrada por governos anteriores. Como resultado, surgia a percepção do perigo causado pelos imigrantes de países imperialistas e pela suposta ausência de brasilidade. Na reportagem “A nacionalidade dos filhos de imigrantes,” publicada em 21 de maio de 1938 no *Correio de São Leopoldo*, foram destacadas as intenções imperialistas não apenas da Alemanha, mas também da Itália e do Japão:

As atividades imperialistas nestes últimos anos, do Japão, Itália e Alemanha vieram despertar um antigo e grave problema nacional, que já antes da grande Guerra, fora objeto de cogitações de estudiosos e homens públicos. Referimo-nos, é bem de ver, à formação das pequenas minorias estrangeiras, implantadas em nosso país, em virtude da nossa criminoso e imprevidente legislação migratória⁷.

Segundo esse discurso, as intenções imperialistas dos países mencionados tornaram-se uma preocupação resultante da má administração e do descaso governamental em relação à política de imigração. O texto caracteriza essa política como criminoso e negligente, permitindo a formação de comunidades nas quais os imigrantes e seus descendentes poderiam ser vistos como traidores devido à falta de integração ao meio nacional.

A avaliação depreciativa da legislação migratória pode ser compreendida no contexto nacional, uma vez que o governo vigente buscava se apresentar como um novo estado, uma nova forma de governo, procurando, assim, resolver problemas antigos. Dessa forma, a percepção de que o problema deveria ser solucionado estava presente mais adiante no mesmo texto, que afirmava:

É lastimável, sim, que, aqui, entre nós, haja muita gente que tem veneração sem limites pela terra de seus avós e que não sabem ter uma diminuta parte de veneração por esta terra brasileira que tudo lhes dá e lhes oferece diariamente. [...] Esses traidores dos sentimentos nacionais deveriam ter um momento de melhor lucidez para que, compreendendo a extensão do crime que cometem, por suas próprias mãos puderam procurar o castigo que a dignidade impõem aos que têm uma visão clara do cumprimento do dever. Para nós eles já são uns suicidas morais. [...] Não sabemos mesmo si para com essa gente há necessidade de empregarmos nosso tempo com insinuações nacionalizadoras ou si devemos toma-las como uma classe inferior, para a qual mais vale o azorrague do desprezo e do isolamento, nos instantes em que se tornarem importunos à tranquilidade e ao ritmo de ordem da vida nacional.

Discursos como esse transformaram os imigrantes em inimigos a serem combatidos e assimilados, pois era considerado crucial nacionalizá-los e torná-los

7 A NACIONALIDADE dos filhos de imigrantes. *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, p. 1, 21 mai. 1938.

verdadeiros brasileiros, fluentes no idioma nacional e patriotas. No texto, o Brasil foi descrito como um país acolhedor que oferecia ajuda aos imigrantes, no entanto, estes são vistos como traidores por não demonstrarem sua brasilidade. Como resultado, são rotulados como traidores que cometem um crime e, portanto, devem ser tratados como inferiores. Para evitar serem considerados uma “classe inferior”, os imigrantes precisavam passar por um processo de nacionalização, que exigia mudanças nas leis de imigração e colonização, as quais foram implementadas no início do Estado Novo.

A Constituição de 1937 preservou os mesmos artigos da Constituição de 1934, sem aprofundar-se na questão da imigração. Entretanto, em 1938, foi promulgada uma nova lei de imigração (Decreto-lei nº 406) acompanhada do seu regulamento pelo decreto-lei nº 3.010. Essa legislação estabeleceu o Conselho Nacional de Imigração e Colonização, que passou a regular a política imigratória no país.

Com a nova legislação, buscou-se selecionar imigrantes que não apresentassem deficiências ou problemas de saúde e que tivessem bons antecedentes, com o objetivo de contribuir economicamente, preferencialmente na agricultura. O capítulo oitavo do decreto-lei, intitulado “Concentração e Assimilação,” estabelecia que os locais de fixação dos imigrantes, como núcleos coloniais, centros agrícolas ou colônias, não poderiam ser exclusivamente de uma nacionalidade. Dessa forma, ficou determinado que deveria haver um mínimo de 30% de brasileiros e um máximo de 25% de cada nacionalidade estrangeira. Além disso, a legislação proibia o uso de nomes estrangeiros para as localidades, assim como para estabelecimentos comerciais ou indústrias.

A limitação da concentração de imigrantes de uma mesma nacionalidade em determinado local visava restringir a formação de comunidades com baixa miscigenação ou consideradas homogêneas, nas quais os costumes e tradições dos países de origem dos imigrantes eram preservados. Tal situação era considerada um problema para a integração das populações de imigrantes e seus descendentes na sociedade brasileira. O fragmento a seguir, extraído de uma publicação do *Correio de São Leopoldo*, datada de 30 de julho de 1938 e intitulada “Assimilação e Nacionalismo,” ilustra uma percepção comum na época:

Essa situação estabeleceu, como era de se esperar, duas sociedades: uma, que queria ser bem brasileira, viver de acordo com os nossos costumes e usos, cultuando nossos homens ilustres, desejando o engrandecimento do Brasil; outra, que fazia questão de ser alemã, de continuar na usança dos mesmos hábitos da terra de Goethe e Kant e no amor e admiração de seus grandes homens, e no desejo manifesto de ver a Alemanha superior a todas as demais nações, inclusive o Brasil⁸.

8 ASSIMILAÇÃO e Nacionalismo. *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, p. 1, 30 jul. 1938.

O trecho menciona indiretamente o município de São Leopoldo, que, nos anos anteriores, era considerado um local com “progênie brasileira pelo nascimento”, mas que “não apresentava a evidência e, muito menos, em sua vida social íntima, o coeficiente de assimilação” desejável. Essa passagem reflete a concepção da época na qual existiam comunidades inteiramente “alemãs”, caracterizadas pela preservação da cultura alemã, sem nenhum vestígio de vínculo com o Brasil, onde a brasilidade não era praticada por nenhum cidadão, mesmo sendo brasileiro. Isso gerou desconfiança, tornou-se tema na política, e provocou manifestações por parte do governo e de intelectuais no sentido de combater a presença massiva em uma mesma localidade de cidadãos que compartilhassem uma origem estrangeira semelhante, ainda que distante no tempo, sendo visto como uma ameaça à integridade do país. Dessa forma, buscou-se a assimilação dessas regiões consideradas desnacionalizadas, especialmente durante o período de 1937 a 1945, com a implementação da Campanha de Nacionalização.

A origem desse problema remonta ao projeto de colonização e imigração iniciado pelo Império, seguido pela continuação despreocupada na Primeira República, que permitiu o estabelecimento de colônias homogêneas. O “movimento revolucionário” desencadeado pela Revolução de 1930, que se propunha a constatar e solucionar os problemas enfrentados pelo Brasil, convergiu, naquele momento, para a questão dos imigrantes.

No *Correio de São Leopoldo* eram frequentes as críticas à política de imigração dos governos anteriores, alegando que tal política teria sido a responsável pelos problemas enfrentados naquele momento em relação à nacionalização, como evidenciado na passagem a seguir:

Porque devemos nos empenhar tanto para despertar um espírito de brasilidade, mais acentuado, entre as populações alienígenas? Por quê?! Porque já é tempo de reforçarmos o espírito nacional de todas as gentes que povoam o vasto território de nossa pátria, mas num reforçamento nacionalizador que traga a compreensão da necessidade de uma unificadora comunhão coletiva para o progresso da Pátria Brasileira. A tarefa que hoje nos cabe, como seja a de solucionar este sério problema da nacionalização, ter-se-ia evitado si (sic) os governos passados, numa melhor compreensão dos males que podiam advenir na permissão de formações de núcleos estrangeiros de uma só nacionalidade em determinados estados do país [...]⁹

Percebe-se que o discurso empregado pelo autor, cujo o pseudônimo era Pena de Aço, tinha como objetivo destacar que os núcleos de estrangeiros eram considerados um problema, pois não estavam integrados ao Brasil. Simultaneamente, procurava envolver o leitor na narrativa, ao utilizar a primeira pessoa do plural e

9 AÇO, Pena de. Ecos de nacionalização. *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, p. 5, 7 jun. 1941.

atribuir ao leitor a “tarefa” de contribuir para a nacionalização intensificando a brasilidade. O autor sugere que houve má administração por parte de outros governos e, naquele momento, existia a oportunidade de modificar a situação. Em outro texto do mesmo periódico, também ficou evidente que a necessidade de nacionalização estava relacionada ao descuido de governos anteriores:

Estávamos assim em face de óbices que entravam a assimilação e o caldeamento. E que faziam os poderes públicos? Nada. Continuavam a manter uma anacrônica e profundamente perigosa política imigratória e colonizadora. Se no início da chegada das primeiras levas imigrantistas oficiais, era impossível empregar, nos locais de fixação das células colônias, elementos nacionalizantes, - não se justificava continuássemos, posteriormente e até a poucos anos, a deixar essas colmeias entregues a sua sorte, sem assistência educacional, para a longo plano, que se fazia necessário, de nacionalizá-las. E o resultado maléfico desse descaso criminoso e grave, sob vários aspectos, está ahi nas organizações e manifestações hostis que o governo vem combatendo, em um tempo a esta parte.¹⁰

No trecho, torna-se evidente que o “erro”, inicialmente considerado “criminoso e grave”, de colonizar com imigrantes de uma única nacionalidade era tolerado, mas sua manutenção tornou-se prejudicial ao país. A falta de assistência por parte do governo, ao não promover a educação e outras necessidades básicas, também permitiu que esses grupos se isolassem. Agora, o governo do Estado Novo estava buscando solucionar o problema que resultou na formação de regiões onde a cultura brasileira não permeava os “corações da população”, mas era uma cultura estrangeira trazida pelos imigrantes e perpetuada por seus descendentes.

Os descendentes passaram a ser considerados traidores da pátria, pois, embora nascessem em solo brasileiro, o que garantia a cidadania do país, não reconheciam o Brasil como o único país digno de culto, admiração e preservação, mantendo a língua, os costumes e os hábitos estrangeiros herdados de seus pais e avós.

Um exemplo disso é a frase “quem nasce no Brasil ou é brasileiro ou traidor”, atribuída a Lauro Müller¹¹ e utilizada, na época, como uma expressão de impacto, sendo exibida em diversos espaços públicos (Seyferth, 1999). A mesma frase também foi proferida por Cordeiro de Farias, chefe do governo do Rio Grande do Sul, em dezembro de 1941. Posteriormente, ela se tornou o título de uma matéria do *Jornal O Estado*, que foi republicada pelo *Correio de São Leopoldo*, refletindo as concepções da época. O título do texto, que destaca a frase “quem nasce no Brasil ou é brasileiro ou traidor”, foi apresentado entre aspas, buscando atribuir o lema a outro autor e, ao mesmo tempo, conferindo autenticidade e destaque à declaração.

10 ASSIMILAÇÃO e Nacionalismo. **Correio de São Leopoldo**, São Leopoldo, p. 1, 30 jul. 1938.

11 Lauro Severiano Müller (1863-1926) nasceu em Itajaí/SC, filho de imigrantes alemães, foi um militar e político brasileiro.

Como foi possível identificar pelo título, ao longo do texto foram construídas duas identidades: a do brasileiro e a do traidor. O brasileiro é aquele que nasce no Brasil e reconhece o país como sua pátria, valorizando-o através da brasilidade e do patriotismo. O traidor, mesmo tendo nascido no Brasil, adotava uma cultura diferente, a praticada pelos imigrantes. Entretanto, o texto expõe que isso ocorreu nas “populações de origem colonial”, sem indicar uma etnia específica. Sugere que todos os imigrantes e, principalmente, seus descendentes não assimilaram a cultura brasileira. Esse tipo de discurso, difundido na sociedade, no qual havia um inimigo a ser suprimido por meio da assimilação e nacionalização, justificava o combate a essas regiões denominadas de “quistos étnicos”.

Os quistos étnicos, igualmente, eram chamados de quistos raciais ou zonas desnacionalizadas (Geraldo, 2009), ou quistos exóticos, ou quistos alienígenas (Seyferth, 1997). Os termos foram utilizados para designar uma região colonizada por estrangeiros na qual estes estabeleceram uma vida social, econômica e cultural, preservando os costumes, as tradições e, sobretudo, o idioma da pátria de origem, ficando à margem da sociedade brasileira.

A formação dessas regiões ocorreu, conforme o pensamento da época, devido à maneira como foi proposto o projeto de colonização desenvolvido pelo Império, o qual priorizou o uso de estrangeiros, majoritariamente europeus e de nacionalidades específicas, para ocupar regiões afastadas, com pouca ou nenhuma população originária do país, criando um isolamento geográfico e social. As difíceis condições encontradas por tais indivíduos, e a falta de apoio governamental, geraram a necessidade de organização e implementação, por parte dos imigrantes, de instituições que suprissem as necessidades básicas. Assim, desenvolveram sentimentos fortes de etnicidade, devido ao pouco contato com a sociedade brasileira e à alta concentração de imigrantes de uma mesma nacionalidade, formando colônias homogêneas (Seyferth, 1999). Conforme assevera Seyferth (2000), inicialmente, a colonização foi organizada em colônias homogêneas, porém, com o tempo, formaram-se colônias mistas, mas basicamente com europeus, o que permitiu pouca diversidade étnica e favoreceu a prática da endogamia.

A endogamia consiste na realização de casamentos entre indivíduos que possuem a mesma origem, uma prática comum entre a maioria dos imigrantes. Devido às tradições, aos costumes e à pressão familiar, a escolha do parceiro conjugal ocorria dentro da comunidade e/ou mesma etnia, o que influenciou a endogamia étnica a se tornar uma espécie de regra, representando um mecanismo de manutenção da comunidade (Bassanezi, 2012).

O casamento era considerado, conforme aponta Eunice Nodari (2009, p. 117), “um ponto crucial para a família do colono, pois representava, além da continuidade do nome da família e do aumento da força de trabalho, também a

manutenção de suas práticas socioculturais, ou não”. Seyferth (1994) destaca, no caso dos teuto-brasileiros, que a família era um dos pontos principais da fronteira étnica, e a endogamia étnica tornou-se fundamental para a preservação da comunidade. Assim, a endogamia “corresponde a uma tradição de orgulho racial e a proibições sociais [...]” (Roche, 1969, p. 610), visto que estavam presentes, gerando preconceitos, como no caso dos brasileiros, que eram vistos como inferiores, e estereótipos sobre os brasileiros, associados à malandragem e à preguiça.

Essa prática foi mantida por bastante tempo, mas diminuiu à medida que ocorreu um maior contato com a população brasileira ou de outras etnias. Em um texto de 1938, do *Correio de São Leopoldo*, a endogamia foi destacada como um problema para a assimilação e uma consequência da política de imigração mal planejada:

Nas descendências alemãs e italianas, já em adiantadas gerações, as tendências exogâmicas apresentam um índice pouco confortador, em nosso Estado. Se outra tivesse sido a política colonizadora de nossos governos passados, já teríamos aumentado em muito a porcentagem de miscigenação.

Os imigrantes e seus descendentes preferiam se relacionar com pessoas da mesma etnia, reduzindo a miscigenação dessas populações e, conseqüentemente, preservando os mesmos costumes, hábitos e uma conexão com a pátria de origem. Isso dificultava a integração dessas populações à sociedade brasileira, conforme outro trecho do mesmo texto:

Deixamos desenvolver verdadeiros oásis raciais, como apêndices de suas pátrias de origem. Apenas o clima diferenciava, talvez, o quadro. E daí a endogamia, prejudicando o cruzamento, e, conseqüentemente, a assimilação. [...] Chegara-se a instituir o exclusivismo endogâmico. Não raro, verificavam-se casos em que o casamento de filho dum casal teuto-brasileiro não era permitido com o descendente de outro que tinha a veledade de ser brasileiro.

Percebe-se a existência de preconceito em relação ao casamento de um teuto-brasileiro com um indivíduo que não fosse descendente de alemão ou de outra etnia, tanto do lado materno quanto paterno da família, mesmo que a pessoa tivesse “pouca” descendência brasileira. O entrevistado, Sr. Alceu, vivenciou essa situação ao iniciar um relacionamento naquele período. Ele relata ter enfrentado preconceito, mencionando que a mesma situação ocorreu com sua avó, que tinha pais alemães, mas se casou com um brasileiro, fato que resultou em atritos, levando a divisões e falta de tranquilidade familiar. No caso do seu relacionamento, destaca que houve preconceito por parte de uma tia da noiva, mesmo ele sendo bisneto de alemães:

Uma tia da minha senhora, que era alemã mesmo, casada com alemão, que morava aqui, riquíssimo, de Porto Alegre. E a gente era praticamente noivo, eu e minha esposa, e ela convenceu a gurria de não casar comigo, dizia se ela queria ser lavadeira de roupa nos arroios e não sei o que. E me chamava de negro e eu era negrinho, moreno de praia. E convenceu a gurria para ir com ela para Passo Fundo, raptou. Foram a Porto Alegre. Então eu fui falar com o pai dela: - “o senhor sabe onde a fulana de tal está?”; - “ela foi com a Ieda”; ele falou que não sabia onde é que estava, mas sabia que tinha ido viajar por minha causa, porque eu sou brasileiro. Mas eu sou mais alemão que ela, por causa do Koseritz. Então ele mandou duas filhas irem a Passo Fundo, trazer a gurria de volta. Então eu casei.

A rejeição da tia ao pretendente da sobrinha ocorreu pelo fato de não o considerar digno, classificando-o como “negro, mesmo sendo o Sr. Alceu brasileiro e tendo descendência portuguesa, atribuíram-lhe a característica de negro. O que era considerado inconveniente, pois tal condição seria um prelúdio para um futuro que ela considerava miserável, prevendo que a sobrinha se tornaria “lavadeira de roupa nos arroios”. Esse motivo “convenceu” a sobrinha a romper o relacionamento e se afastar.

O interlocutor reconhece-se como brasileiro, mas reivindica a etnicidade alemã nessa situação. Ele se via “mais alemão” que a tia da namorada, que havia nascido na Alemanha, pelo fato de que seu bisavô ser Karl von Koseritz, um renomado imigrante alemão que atuou na imprensa sul-rio-grandense no século XIX. Portanto, considerava-se digno de se relacionar com aquela família.

Apesar de ter enfrentado essa situação, o Sr. Alceu casou-se em 1947 e comemorou as Bodas de Vinho (70 anos de casamento). Ele menciona que também enfrentou preconceito inicial por parte do pastor que iria celebrar o matrimônio, mas, ao tomar conhecimento de sua ascendência, mudou o discurso:

O pastor Pommer, ele era alemão, e era pastor aqui. Quando eu fui casar, tinha que ir com a noiva confessar, dizer quem tu era, da onde e tudo mais. E ele estava com um papel e leu: “seu Feijó de São Francisco de Paula, mas em todo caso, qual é o teu nome?”, para ele tomar nota. Então eu dei uma de malandro.

- Alceu Mário de Sá VON KOSERITZ Feijó.

E ele disse: Von Koseritz, mas Koseritz?

- Sim, ele era meu bisavô; E ele disse:

- Teu bisavô?!

Então meu casamento foi uma maravilha. [...] eu frequentava os lugares fotografando, fazendo notícia para o jornal, e ele [o pastor] era uma autoridade, e ele vinha e dizia: “é o neto do Koseritz”.

O interlocutor, ao pronunciar enfaticamente o sobrenome de origem alemã, buscava o reconhecimento como pertencente a essa etnia, pois, naquela situação, a ascendência alemã o valorizaria, e o pastor estava inserido em uma sociedade ligada à cultura alemã. O fato de o Sr. Alceu reivindicar a ascendência

do bisavô para si se explica quando “diferentes contextos sociais fazem com que nos envolvamos em diferentes significados sociais”, pois, ainda sendo a mesma pessoa, cada indivíduo possui várias identidades que se alternam conforme as diversas ocasiões participadas, como aponta Woodward (2012, p. 31). Nesse sentido, o Sr. Alceu utilizou seu sobrenome de origem alemã, o qual simbolizava o pertencimento a essa etnia, para obter a aprovação necessária.

A aceitação ocorreu devido à descendência de um notório alemão, e talvez a simpatia não ocorresse se fosse outro caso. Fica perceptível que, inicialmente, houve desconfiança pelo fato de ter um sobrenome de origem portuguesa, portanto “brasileiro”, e mesmo sendo descendente de alemães, não foi considerado digno de se casar com uma “alemã” devido à miscigenação. O relato evidencia o preconceito no casamento entre descendentes de alemães, quando um deles não tinha a ascendência total de imigrante, e confirma que havia discriminação nesse tipo de união. No entanto, mostra, também, que ocorriam casamentos exogâmicos, como o relato da Sra. Lia Paz, moradora de São Leopoldo, a qual também se casou com um “brasileiro”:

Eu tinha meu sobrenome, quando eu dizia ou eu escrevia meu sobrenome, Hefel... eu te conto, o que é uma vergonha o que vou te contar. Quando eu comecei a namorar meu marido, eu tinha 16 anos, eu fiquei muito feliz que ele era “Paz”. O que ficou lá dentro do coração da gente, e assim como eu, deve ter sido com muitas outras, te conto porque foi comigo.

A “felicidade” da entrevistada deve-se ao fato de o parceiro ser “brasileiro” e essa característica estar indicada no sobrenome. A partir do casamento, ela adotaria o sobrenome do marido, não precisando mais se identificar com o sobrenome de ascendência alemã. Ela ressaltou que, devido ao contexto da nacionalização e ao conflito mundial, sentia-se constrangida por ter descendência alemã. Nesse sentido, a interlocutora experimentou certo alívio ao poder adotar o sobrenome de origem lusa, pois isso a livrava do estigma de imigrante. A percepção sobre a identidade coletiva relacionada à etnia alemã foi depreciada na época, conferindo a esse grupo um status inferior, de acordo com as concepções da época, que defendiam a ideia de que imigrantes e seus descendentes deveriam assimilar-se à cultura considerada ideal.

No entanto, após um longo período após a opção em adotar o sobrenome do marido, a interlocutora passou a sentir vergonha por ter menosprezado o nome de sua família. Essa mudança de comportamento pode ser explicada pelo enaltecimento da cultura alemã ocorrido a partir da década de 1970, especialmente com a celebração do sesquicentenário da imigração alemã em 1974 (Weber, 2006).

Cabe ressaltar que, nesta pesquisa, abordam-se as memórias que foram reconstruídas muitos anos após os acontecidos, especialmente aquelas que remontam

à infância. Nesse sentido, Bosi (2009, p. 55) indica que “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”. Assim, as lembranças rememoradas pelos interlocutores podem sofrer alterações, mudanças de percepções e interpretação do ocorrido, uma vez que o entrevistado, agora adulto, passou por uma série de experiências e aprendizados durante sua vida que alteram a interpretação do que ocorreu no passado. No caso apresentado, naquela época, a interlocutora, Sra. Lia, sentia-se constrangida por sua descendência, e, na atualidade, sua percepção mudou, e a vergonha sentida ocorre por ter tido aquele tipo de pensamento sobre si.

A partir da interlocução, mais uma vez, comprova-se que a exogamia era praticada, e casamentos entre pessoas de etnias diferentes ocorriam, apesar de, muitas vezes, serem vistos com preconceito por parte da população. Percebe-se, contudo, uma inversão de papéis, e o estigma recaía sobre a pessoa de ascendência alemã, deixando-a constrangida devido ao preconceito que incidia sobre as pessoas com essa origem, em decorrência do contexto nacional e internacional, que se opunha ao que representasse a Alemanha. O preconceito com a ascendência alemã foi mencionado pela Sra. Hildegard Dietzold, moradora de São Leopoldo:

As famílias alemãs não gostavam que as filhas casassem com os portugueses, com brasileiros. E os brasileiros também não gostavam que as filhas se casassem com os alemães. Havia essa, como eu vou dizer, esse preconceito. Imagina hoje, se uma família alemã consentiria que uma filha casasse com preto, o que é normal hoje em dia. Pelo menos para nós, depois foi assim, uma coisa. Eu me criei com a babá pretinha, chamava ela de Aia, muito querida. Não havia essa coisa de agora, não concebia que uma família alemã, ainda no tempo bem antes da guerra, já tinha isso depois, o pessoal mudou.

Na passagem da entrevista, mais uma vez, observa-se que a origem influenciava na escolha do parceiro e na recusa a um casamento interétnico, já que a preferência era pela endogamia.

Jean Roche (1969) destaca que a endogamia era muito prevalente nas colônias alemãs. Ele indica que, no período de 1896 a 1946, as taxas de homogeneidade nos casamentos, mencionando apenas as localidades analisadas pertencentes ao Vale do Rio dos Sinos, no distrito de São Leopoldo, eram de 78,6%; no distrito de Dois Irmãos, atingiam 98%; e, em Lomba Grande, alcançavam 83,5%. O percentual foi diminuindo entre os anos de 1946 a 1950 (período em que o estudo também avaliou os casamentos). Pelos relatos obtidos, foi possível perceber a prática da endogamia na região, conforme citado por Roche, e o preconceito em relação aos relacionamentos exogâmicos.

Sobre as motivações que levam à endogamia, Roche (1969, p. 611) destaca a “fatalidade geográfica” e argumenta que não se trata de uma influência de

uma tradição étnica, mas sim da distância das colônias em relação à população brasileira, o que diminui sua ocorrência com o aumento do contato com outras etnias. Pode-se observar que a endogamia poderia ocorrer por diversos fatores, incluindo a proximidade étnica e cultural, que, por meio do casamento entre pares, representava a perpetuação dos costumes e o vínculo com a Alemanha. Além disso, a própria afinidade cultural poderia facilitar o relacionamento. Concepções de superioridade racial também influenciavam na escolha do cônjuge, já que o casamento com um brasileiro ou alguém de outra etnia considerada inferior não era desejável. Da mesma forma, a população brasileira, muitas vezes, via os alemães como estrangeiros devido à sua cultura totalmente diferente. O “perigo alemão” também poderia gerar preconceito ao ter um parceiro teuto-brasileiro ou mesmo alemão. Por último, a questão geográfica, independentemente de um isolamento espacial, impactava, pois onde havia maior concentração de uma etnia, a proporção de contato com a mesma era maior.

A prática da endogamia impediu uma maior miscigenação dessas populações, resultando, em algumas regiões, na concentração de uma mesma etnia. Além disso, muitas vezes, houve a preservação da identidade teuto-brasileira por meio de laços sociais e culturais, distanciando-se da cultura brasileira, que não encontrava ampla aceitação nessas comunidades. Conseqüentemente, essas localidades passaram a ser encaradas como um problema, pois não apresentavam expressões culturais brasileiras suficientes para serem consideradas integradas à sociedade brasileira, sendo, por isso, alvo de críticas e medidas de combate.

Ao examinar um relatório do Conselho de Imigração e Colonização de 1941, Endrica Geraldo (2007, p. 137-138) relata que os quistos étnicos eram “definidos como núcleos que se mantinham resistentes à assimilação em aspectos ‘psicológicos, linguísticos e sociais’”. Esses núcleos, com “alta concentração de elementos alienígenas”, estariam localizados em diversas regiões e estados do Brasil. No Rio Grande do Sul, os quistos étnicos alemães seriam encontrados nas cidades de “São Leopoldo, Novo Hamburgo, Taquara, Cachoeira, São Sebastião do Caí, Estrela, Lajeado, Arroio do Meio, Candelária, José Bonifácio, Passo Fundo, Ijuí e Santa Rosa”. Conforme o relatório, a região aqui analisada seria considerada um quisto étnico.

O Vale do Rio dos Sinos, sendo a região onde se estabeleceram os primeiros imigrantes no estado, na década de 1940, abrigava uma significativa quantidade de descendentes de alemães. O contingente de indivíduos originários da Alemanha era inferior, principalmente devido à redução da imigração, sobretudo após 1930. Conforme dados do recenseamento brasileiro de 1940, a quantidade de moradores estrangeiros não ultrapassava 2% da população total da localidade em estudo. No total de 1000 estrangeiros, 662 alemães afirmaram-se como tal (IBGE,

1950). Observa-se que não havia um isolamento social, pois outras etnias estavam presentes, mesmo que em menor quantidade, assim como um número considerável de brasileiros natos, embora muitos deles tivessem descendência alemã.

O Vale também não se encontrava isolado geograficamente. Situado na região metropolitana de Porto Alegre, tinha conexões com a capital, especialmente devido à instalação da estrada de ferro em 1874, a qual impulsionou o desenvolvimento econômico e urbano local (Weber, 2004). Devido à prosperidade econômica, a região também atraía a população sul-riograndense que buscava oportunidades na área.

Os dados anteriormente apresentados sobre a endogamia indicam que, em três distritos da região, a maioria dos casamentos ocorria entre pessoas da mesma etnia; no entanto, os casamentos interétnicos estavam em crescimento. É possível que nos demais distritos a endogamia ocorresse em proporções semelhantes. Isso pode ser explicado pelo fato de que a maioria da população tinha ascendência alemã, resultando em mais pessoas da mesma etnia proporcionalmente para formar casais, e não necessariamente por uma tendência de preservação étnica. No entanto, não se deve desconsiderar que uma parcela da população apoiava a endogamia.

A prática da endogamia, aliada à presença acentuada de descendentes alemães, entre outros fatores, possibilitou a preservação de manifestações culturais de origem alemã, trazidas pelos imigrantes e desenvolvidas ao longo dos anos. Simultaneamente, uma parte da população integrou-se à sociedade brasileira, especialmente por meio do uso cotidiano do português. Ao analisar essas dinâmicas, não é apropriado caracterizar toda a região do Vale do Rio dos Sinos como um quisto étnico, conforme apontava o relatório do Conselho de Imigração e Colonização de 1941 anteriormente citado. Contudo, por se tratar de uma região de colonização alemã, observavam-se manifestações culturais dos imigrantes expressas pela população, como o uso habitual do idioma de origem.

Essas expressões culturais passaram a ser reprimidas no contexto da Campanha de Nacionalização implementada durante o Estado Novo, que visava integrar à brasileira parte da população considerada pouco nacionalizada. Nesse sentido, diversas medidas foram adotadas, resultando em alterações na rotina de parte da sociedade, incluindo a proibição do uso de idiomas estrangeiros e mudança no sistema educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região do Vale do Rio dos Sinos, berço da primeira colônia alemã no estado do Rio Grande do Sul, a partir de 1824, desempenhou um papel significativo na formação cultural e étnica da localidade. Durante o Estado Novo, uma série de políticas de nacionalização foram implementadas visando à assimilação cultural das populações descendentes de estrangeiros. A região, marcada pela forte presença de descendentes de imigrantes alemães, tornou-se um campo de tensionamentos entre a manutenção das tradições culturais e a imposição da assimilação preconizada pelo governo.

Diante da análise das narrativas presentes no jornal *Correio de São Leopoldo* e das entrevistas realizadas com moradores do Vale do Rio dos Sinos, é possível extrair considerações relevantes sobre o período e o discurso empregado sobre os imigrantes e descendentes.

Os óbices identificados para a assimilação revelam a resistência das comunidades locais em abrir mão de suas manifestações culturais. As representações construídas sobre o “perigo alemão” foram parte integrante da retórica oficial, refletindo não apenas o contexto nacional e internacional de oposição à Alemanha e tudo associado a ela, mas também o esforço do Estado em moldar uma identidade brasileira única e homogeneizada.

O jornal permitiu verificar o discurso atribuído aos imigrantes e o incentivo para a população se integrar a brasilidade com o intuito de fortalecer o país. As entrevistas proporcionaram um olhar intimista sobre como essas medidas reverberaram nas vidas individuais, revelando, muitas vezes, sentimentos de constrangimento e posterior ressignificação dessas identidades.

Destacou-se a complexidade desse processo histórico, evidenciando não apenas a imposição de políticas governamentais, mas também as dinâmicas de resistência e adaptação das comunidades locais. Dessa forma, o estudo contribui para a compreensão mais profunda das tensões entre a política de nacionalização e a preservação das identidades culturais no contexto específico do Vale do Rio dos Sinos durante o Estado Novo no Brasil.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D’Assunção. Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas, na sua perspectiva sincrônica e diacrônica. **Revista História Unisinos**, [s. l.], v. 26, ed. 3, p. 588-604, 8 nov. 2022.

BASSANEZI, Maria Sílvia. Mulheres que vêm, mulheres que vão. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo, SP: Contexto, 2012. p. 170-193.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 15. ed. São Paulo, SP: Companhia de Letras, 2009. 484 p.

CANCELLI, Elisabeth. **O mundo da violência**: A polícia da Era Vargas. 2ª. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1994. 227 p.

FÁVERI, Marlene de. Tempos de intolerância: repressão aos estrangeiros durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina. **Esboços**: histórias em contextos globais, Florianópolis, v. 16, n. 22, p. 91-109, 2009.

GERALDO, Endrica. **O “perigo alienígena”**: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945). 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

GERALDO, Endrica. O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. **Locus**: Revista de História. v.15, n.1. 2009.

GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1987. 204 p.

GERTZ, René. **O perigo alemão**. Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991. 87 p.

GERTZ, René E., **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo, RS: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005. 198 p.

GERTZ, René. A Segunda Guerra Mundial nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul. **Revista Acadêmica Licenças&acturas**, Ivoti, v.3, n. 2, p.15-25, jul/dez. 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento geral do Brasil 1940**: População e Habitação Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 1950. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p20_t1_rs.pdf. Acesso em: 27 jan. 2024.

LISBOA, Karen Macknow. Olhares alemães sobre a imigração no Brasil: imperialismo, identidade nacional e germanismo. **Revista Espaço Plural**, Cascavel, ano IX, n. 19, p. 95-104, 1 jul. 2008.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2009. 222 p.

RAMBO, Arthur Blasio. Nacionalidade e cidadania. *In*: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs). **Os alemães no sul do Brasil**: cultura, etnicidade e história. Canoas, RS: ULBRA, p. 43-53, 1994.

RUGGIERO, Antonio de. Projetos e políticas de imigração na Era Vargas. *In*: ABREU, Luciano Aronne de; VANNUCCHI, Marco Aurélio (org.). **A Era Vargas**: (1930-1945). Porto Alegre, RS: EdiPUC-RS, 2021. v. 1, cap. 5, ISBN 978-65-5623-188-4. *E-book* (387p).

ROCHE, Jean. **A Colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre,

RS: Globo, 1969. 804 p.

SCHWARTZMAN, Simon. **Estado Novo, um auto-retrato**: [arquivo Gustavo Capanema]. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1983. 623 p.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. *In*: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs). **Os alemães no sul do Brasil**: cultura, etnicidade e história. Canoas, RS: ULBRA, p. 11-27, 1994.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**: Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 1 abr. 1997.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. *In*: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 199-228.

SEYFERTH, Giralda. Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil. *In*: ZARUR, George de Cerqueira Leite (org.). **Região e nação na América Latina**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p. 81-102.

WEBER, Roswithia. **As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul**: o '25 de Julho' em São Leopoldo, 1924-1949. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2004.

WEBER, Roswithia. **Mosaico identitário**: história, identidade e turismo nos municípios da rota romântica - RS. 2006. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2006.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 7-72.

FONTES ORAIS – ENTREVISTAS

DIETZOLD, Hildegard. **Hildegard Dietzold**. [ago. 2018]. Entrevistadora: Fernanda Gälzer. Novo Hamburgo, 2018. 1 arquivo .mp3 (1h 20min 57s).

FEIJÓ, Alceu Mário. **Entrevista Alceu Mário Feijó**. [ago. 2018]. Entrevistadora: Fernanda Gälzer. Novo Hamburgo, 2018. 1 arquivo .mp3 (1h 15min 40s).

PAZ, Lia. **Entrevista Lia Paz**. [ago. 2018]. Entrevistadora: Fernanda Gälzer. Novo Hamburgo, 2018. 1 arquivo .mp3 (22min 50s).

A PARTICIPAÇÃO DOS IMIGRANTES ALEMÃES NA GUERRA DA CISPLATINA: A HISTORIOGRAFIA DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ FICCIONALIZADA NO ROMANCE *A FERRO E FOGO*

Eduardo Ortiz¹

Desde o surgimento de teorias narrativistas na segunda metade do século XX, a historiografia e a escrita literária passaram a ser cada vez mais abordadas de maneira comparativa, sendo notável, desde então, os pontos que aproximam os dois gêneros, em vista que é possível encontrar elementos ficcionais na narrativa produzida pela História, do mesmo modo como históricos na narrativa romanesca. Todavia, tais elementos ficcionais não implicam no caráter científico da História, pois como explica Certeau (2011, p. 46), “a ficção se encontra também no campo da ciência”, servindo esses caracteres ficcionais apenas como elementos organizadores da narrativa historiográfica, e não definidores de sua construção. Indo de encontro a essa perspectiva, Koselleck (2012, p. 141-142) explica que

a ficcionalidade dos eventos narrados corresponde, no nível das estruturas, ao caráter hipotético de sua “realidade”. Ora, sem dúvida, tais afirmações da teoria do conhecimento não podem impedir o historiador de se servir da ficcionalidade e das hipóteses para comunicar linguisticamente a realidade passada como um resultado de um estado de coisas empiricamente assegurado.

Tanto a História quanto a Literatura produzem sobre seu público um efeito prático muito próximo, visto que mediante a elas o leitor procede através daquilo que Paul Ricoeur (2010b, p. 103) se referiu como “tomar juntamente narrativo” dos eventos representados. Dito de outra maneira, o público de ambas as narrativas guia-se por intermédio do ato reflexionante, o qual é, por sua vez, judicatório, já que o processo de narrar consiste em “refletir sobre” eventos e personagens. Como resultado, esse processo acaba por modificar a concepção

1 Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com área de concentração em História das Sociedades Ibéricas e Americanas, com doutorado sanduíche na Freie Universität Berlin (FU), Alemanha, onde realizou pesquisas no Lateinamerika-Institut (LAI) e Ibero-Amerikanisches Institut (IAI). Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Desenvolve pesquisas com ênfase em: Imigração Alemã, Acervos, Romance Histórico e Crítica Genética. Professor na Rede Marista Brasil.

e a conduta que os leitores possuem sobre o mundo, ao mesmo tempo em que cria, ou ainda reforça, valores sociais pré-estabelecidos.

A capacidade da Literatura de “soprar vida em almas mortas” (CHARTIER, 2014, p. 8), proporcionada pela liberdade poética do autor, a torna mais atraente para o leitor “comum”, que não busca um conhecimento científico, ao mesmo tempo em que não diminui a sua relevância na construção do discurso, à vista de que não é o seu intuito postular uma verdade absoluta, pois o seu princípio ficcional age “por sua condição de *como se*”, sem ter a pretensão de “ser a última palavra” (LIMA, 2006, p. 21). Além do mais, como nos chama a atenção Chartier (2016, p. 47, 48),

a ‘realidade’ não é uma referência objetiva externa do discurso, mas é sempre construída na e pela linguagem. Essa perspectiva afirma que os interesses sociais nunca são uma realidade ‘pré-existente’, mas sim sempre o resultado de uma construção simbólica e linguística, e considera que toda a prática, seja qual for, se situa necessariamente na ordem do discurso.

Ainda seguindo esse raciocínio, Chartier (2014, p. 8) explica também que “os historiadores têm tomado consciência de que não possuem o monopólio de representar o passado e de que sua presença pode ser estabelecida por relações com a história infinitamente mais poderosas que seus escritos”. Antes mesmo do século XVIII, surgem obras em que “a ressurreição dos mortos assumia um significado mais literal quando certos gêneros buscavam aproximar-se do passado. Isto acontecia com inspiração no épico, com o detalhe narrativo e descritivo do romance histórico” (CHARTIER, 2014, p. 8). E foi principalmente a partir desse último gênero citado que, ainda segundo Chartier (2014, p. 8), obras de ficção passaram a dar ao passado uma presença que com frequência era mais intensa do que aquela que os livros de História podiam fornecer, já que elas apresentavam um mundo mais completo e acessível, justamente pelo fato de não ficarem limitadas às fontes históricas.

A teoria do romance histórico moderno, por sua vez, foi sistematizada por György Lukács e publicada em seu livro intitulado *O romance histórico*, em 1937. Nesse ensaio de natureza teórica, Lukács (2011) reflete acerca da grande literatura que representa a completude da história, apresentando uma teoria descritiva na qual demonstra o momento de encontro entre o sentido e a experiência, mediante o qual foi possível à filosofia entender a interação existente entre o espírito histórico e a literatura que representa a totalidade histórica.

Estudando o romance histórico de modo materialista, a partir de uma visão de cunho ideológico, Lukács analisa-o enquanto “manifestação de resistência à autoridade e ao discurso monólogo do poder”. Assim, o autor (LUKÁCS, 2011, p. 29) examina a “interação do desenvolvimento econômico e social com a visão

de mundo e a forma artística que se engendram a partir desse desenvolvimento”, priorizando o tempo que muda de maneira abrupta, impactando diretamente sobre os indivíduos e suas vivências, ao invés do tempo que simplesmente passa, deixando os indivíduos inertes perante a sociedade e seus acontecimentos.

A ferro e fogo, que devido ao alto grau de historicidade contido, pode ser lido como obra histórica, possibilita ao leitor não apenas a construção de significados para um real ausente, mas também a reinterpretação proporcionada pela história tradicional dos eventos, a reformulação das personagens históricas e a ressignificação do espaço, colaborando de maneira efetiva para a construção da memória histórica sobre os povos germânicos em solo gaúcho, assim como para os eventos em que direta ou indiretamente participaram, uma vez que temos representado em *Tempo de solidão*, lançado em 1972 pela Editora Sabiá, a chegada dos imigrantes alemães à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a formação da Colônia de São Leopoldo, os infortúnios ocasionados pela Guerra da Cisplatina, e todas as dificuldades enfrentadas pelos germânicos durante os primeiros anos da colonização. Já em *Tempo de guerra*, lançado em 1975 pela Editora José Olympio, encontramos a narrativa do conturbado período de instabilidades políticas e conflitos armados que ocorreram durante o período regencial, tais como a Guerra Farroupilha e a Guerra do Paraguai. Ainda teríamos um terceiro tomo, que seria intitulado *A ferro e fogo: tempo de (ódio) angústia*, onde Josué Guimarães abordaria a Revolta dos Mucker, todavia, o autor veio a falecer sem concluí-lo, mesmo assim, é possível encontrar ao final de *Tempo de Guerra* alguns movimentos e personagens relacionados ao episódio.

A historicidade buscada por Josué Guimarães, assim como por todos os outros romancistas que pretendem tal gênero, está ligada diretamente à temporalidade da obra literária, e é um assunto que, como atenta Chartier (2014, p. 214), fez com que historiadores interessados pela poética da narração buscassem suporte na obra *Tempo e narrativa*, de Paul Ricoeur, o qual aborda as relações comuns existentes entre as estruturas narrativas que compõem tanto obras de ficção, quanto a historiográficas. Em *Tempo e narrativa*, Ricoeur articula a sua análise em três momentos da *mimesis*, denominando-as *mimesis I*, *mimesis II* e *mimesis III*.

A *mimesis I* diz respeito à pré-compreensão do agir humano. Essa pré-compreensão, comum tanto ao escritor quanto ao seu leitor, delinea a construção da intriga por meio da mimética textual, enraizada na experiência temporal da pré-compreensão do mundo das ações, “de suas estruturas inteligíveis, de seus recursos simbólicos e de seu caráter temporal” (RICOEUR, 2010a, p. 96).

Já a *mimesis II* caracteriza-se por configurar o processo da composição textual mediadora entre a prefiguração do campo prático e a refiguração dada pela recepção da obra. Constitui o eixo da análise da teoria de Ricoeur por

possuir a função de corte, abrindo o mundo da composição poética – do “*como se*” – e instituindo “a literariedade da obra literária” (RICOEUR, 2010a, p. 94). Esse processo ocorre por intermédio da operação de configuração, ou, em outros termos, por meio da construção da intriga, uma vez que esta exerce, dentro de seu próprio campo textual, a função de integração e, graças ao seu dinamismo de mediação, essa função lhe permite exercer, mesmo fora de seu campo, a intermediação entre “a pré-compreensão e [...] a pós-compreensão da ordem da ação e de seus aspectos temporais” (RICOEUR, 2010a, p. 114).

Por último, a *mimesis* III refere-se ao momento em que a narrativa atinge seu sentido pleno e é reintroduzida ao tempo do agir e do padecer, finalizando assim o percurso mimético. Esse estágio final da *mimesis* é caracterizado pelo encontro entre o mundo do texto literário e o mundo do leitor, ou, como explica Ricoeur (2010a, p. 123), é “a intersecção entre o mundo configurado pelo poema e o mundo no qual a ação efetiva se desdobra e desdobra sua temporalidade específica”.

Assim, por intermédio da *mimesis* I, da *mimesis* II e da *mimesis* III, temos uma dialética entre a aporética e a poética da temporalidade, que culmina na relação entre tempo e narrativa. O ato de leitura é o condutor da capacidade que a intriga possui de modelizar a experiência, articulando-se ao dinamismo próprio do ato configurante, prolongando-o e conduzindo-o ao seu termo. Temos também, por intermédio da leitura, a refiguração da experiência temporal por meio da composição da intriga, marcando a entrada da obra tanto no campo da comunicação quanto no da experiência. No campo da comunicação, um mundo se projeta ao leitor, o qual o recebe conforme sua própria capacidade de acolhimento. Já no campo da referência, o leitor recebe não apenas o sentido da obra, mas, por intermédio desse, a experiência que a narrativa traz para a linguagem, juntamente ao mundo e à temporalidade contidos nela.

Desse modo, elaboramos um estudo que demonstra a correspondência entre o romance *A ferro e fogo* e algumas das obras historiográficas utilizadas por Josué Guimarães para a sua empreitada, mais especificamente *L'administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847* e *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, ambas do historiador francês Jean Roche, e *História do Rio Grande do Sul*, de Danilo Lazzarotto. Nossa crença de que ambas as obras historiográficas citadas tenham sido utilizadas na composição de *A ferro e fogo* não se faz apenas pela similaridade delas com o romance, como buscamos apresentar no decorrer do capítulo, nem tão somente devido às suas presenças nos espólios do romancista que compõem o Acervo Literário Josué Guimarães, localizado na Universidade de Passo Fundo, mas sobretudo pela existência de diversos rastros como marcações e sublinhados presentes nos exemplares da biblioteca que pertenceu ao autor. Dito isso, tal trabalho foi desenvolvido por meio de uma

análise comparativa entre a ficção e as suas fontes, de modo a expor, por meio da confrontação, os trechos da representação fictícia criada pelo autor e as possíveis passagens que serviram, de algum modo, para a sua elaboração, tentando captar a interpretação do literato frente ao evento.

IMIGRANTES ALEMÃES NA GUERRA DA CISPLATINA

A Guerra da Cisplatina (1825 – 1828) foi um conflito armado travado entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata – atual Argentina – pelo controle da região da Cisplatina – hoje Uruguai –. Após sofrer três pesadas derrotas, na Batalha do Rincão das Galinhas, em setembro de 1825, na Batalha Naval do Juncal, em fevereiro de 1827 e, sobretudo, na Batalha de Ituzaingó, travada em 20 de fevereiro de 1827, o império brasileiro abriu as negociações com as Províncias Unidas do Rio da Prata, resultando na Convenção Preliminar de Paz, firmada em 27 de agosto de 1828. Se por um lado o Império do Brasil saiu derrotado por ter que deixar em definitivo aquele território, por outro os argentinos também não alcançaram o seu objetivo de anexá-lo, uma vez que a região conseguiu a sua independência, formando assim a República Oriental do Uruguai.

A maior parte da narrativa de *Tempo de solidão*, pelo menos no que concerne à participação da família Schneider na trama, orbita em torno desse confronto, o qual também serviu como mola propulsora, no romance, para uma série de outros episódios envolvendo os imigrantes germânicos, como por exemplo a morte de Harwerther, personagem que fazia parte da sociedade estabelecida com os Schneider, o trauma de Daniel Abrahão que, ao descer literalmente ao fundo do poço, nunca mais retornou à normalidade de suas faculdades mentais, o ferimento no ombro de Juanito, que o deixou “aleijado” para o resto de sua vida, a negociação da Estância Jerebatuba com Oestereich e, sobretudo, o ódio e o desejo de vingança nutrido pelos Schneider a Gründling, o responsável por enviar a família para viver no campo de batalha, em meio aos violentos ataques dos dois exércitos.

Interessante atentarmos que a representação desse conflito não se faz de forma tão detalhada nas questões voltadas especificamente aos marcos históricos e lideranças que fizeram parte do embate quando comparado com a Guerra Farrroupilha e a Guerra do Paraguai, presentes em *Tempo de guerra*, quando são apresentados os diferentes locais em que os conflitos ocorreram, as suas respectivas batalhas e seus comandantes. Isso ocorre justamente pelo fato de que na Guerra da Cisplatina o efeito do confronto recai apenas sobre a população civil estabelecida em um determinado local, que não vê como alternativa fugir e deixar para trás a sua estância, e as baixas camadas do exército, de onde vem o olhar exposto pelo romancista ao leitor, que ocorre de modo contrário aos conflitos

seguintes. Nesses, teremos uma personagem central, Philipp Schneider, que no recorte temporal da nossa análise ainda é criança, atuando como soldado, e a partir dele será proporcionada uma leitura do evento com detalhes mais próximos aos trazidos nos livros de História. Todavia, esse olhar não deixará de estar voltado à participação das pessoas comuns e soldados rasos, os chamados anônimos, a partir dos quais surgirão as menções às grandes figuras, mesmo a personagem ocupando, durante a Guerra Paraguai, um cargo de comando no exército.

Dessa forma, podemos encontrar como primeiro rastro deixado por Josué Guimarães acerca do conflito aqui abordado, conforme pode ser observado no anexo 1, diversos sublinhados feitos à caneta na página 26 da obra *L'administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847*, em que Roche (1961, p. 26), abordando a influência da Segunda Guerra da Platina na opinião pública sul-rio-grandense, explica que tal evento se caracterizou como o mais conturbado durante o reinado de D. Pedro I, argumentando que tal insatisfação se deu, pois mais uma vez a província serviu de base para as tropas imperiais, e como era de praxe, forneceu a maior parte dos mantimentos, assim como o grosso do contingente que lutou contra Lavalleja e Artigas. Todavia, ao mesmo tempo em que defendia as fronteiras brasileiras, sem ser ressarcido pelos danos, o Rio Grande do Sul sofria com o pagamento de altos tributos sobre seus produtos de exportação, sendo taxado pelo governo imperial, entre os anos de 1825 e 1828, com o mesmo regime de exceção aplicado à Província da Cisplatina, inimiga do império. Não obstante tudo isso, também houve naquele momento a suspensão das garantias individuais previstas na Constituição do Brasil, o que acabou gerando um profundo sentimento de amargura por parte dos estancieiros.

Além disso, Roche (1961, p. 26) explica ainda que os gaúchos responsabilizaram o Estado-Maior Imperial pelo fracasso de Ituzaingó² e pela constante falta de disciplina das tropas forasteiras assentadas no Rio Grande do Sul, tema que será frequentemente trazido pelo romancista nas linhas de *A ferro e fogo*. Em última análise, o historiador francês conclui que a impopularidade desta guerra acabou reforçando o sentimento antimonárquico da população, já favorecido pela estrutura da sociedade local e pelo exemplo trazido pelos dirigentes castelhanos, quase independentes, que também acabarão por influenciar, anos mais tarde, durante o Período Regencial, as revoltas no norte do Brasil.

2 Conhecida por argentinos e uruguaios como Batalla de Ituzaingó, em referência a um arroio de mesmo nome localizado nas proximidades, e por brasileiros como Batalha do Passo do Rosário, devido à proximidade com a cidade gaúcha de Rosário do Sul, foi a maior batalha campal travada no Brasil. Ocorrida em 20 de fevereiro de 1827, envolveu cerca de 14.000 homens, dos quais 8.000 lutando pelo Exército Republicano – uruguaios e argentinos – e 6.000 pelo Exército do Sul – brasileiros, alemães e indígenas missioneiros. Tal embate resultou na retirada das tropas imperiais. (TRESPACH, 2014, p. 1).

Se em *L'administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847* Jean Roche se utiliza de menos de um parágrafo para abordar a Segunda Guerra da Cisplatina, tratando apenas de assuntos relacionados aos impactos dela na sociedade sul-rio-grandense, sobretudo, em questões voltadas à opinião popular, uma vez que a sua intenção era unicamente chegar nas raízes do federalismo por meio do sentimento antimonárquico reforçado com o advento do conflito, em *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* o historiador francês apresenta um panorama um pouco mais completo, apesar de apenas reservar um pequeno subcapítulo para tanto, o qual, conforme pode-se observar no anexo 2, chamou a atenção do romancista, que deixou nessa seção seus rastros por meio de flechas e sublinhados feitos à caneta, dando maior destaque em suas marcas às datas dos eventos.

Nesse subcapítulo, homônimo do evento que apresenta, Jean Roche (1969, p. 16) explica que após apenas quatro anos da vitória do império brasileiro na Primeira Guerra da Cisplatina³, a qual parecia ser definitiva, a questão meridional é reaberta com a insurreição do coronel uruguaio Lavalleja, que contava com o apoio de grande parte da população local, e pelo caudilho Rivera, que até então mantinha-se fiel ao Brasil. Dessa forma, com o prenúncio de guerra surgindo em seu horizonte, o Governador de Montevidéu, sem ter outra alternativa, solicita que as tropas de Rio Grande venham em seu socorro. Todavia, Lavalleja foi sustentado por Buenos Aires, fato que acabou fazendo com que o Brasil declarasse guerra também a essa Província.

O historiador (ROCHE, 1969, p. 16, 17) prossegue explicando que, como já ocorrido no conflito que antecederia, mais uma vez as tropas brasileiras passaram a se concentrar no sul da Província de São Pedro. No grosso de seu contingente, o exército imperial contava também com batalhões de mercenários alemães e unidades formadas por “voluntários alemães”, recrutados na recém-fundada Colônia de São Leopoldo. Se no primeiro embate no Passo do Rosário, segundo Roche, o resultado foi indeciso, as vitórias nas batalhas que se sucederam em Pedras Altas, Las Cañas e Missões foram decisivas para o império. Como resultado do conflito, houve a intervenção da Inglaterra, a qual apressou a conclusão de um armistício após a convenção que reconhecia a independência do Estado Oriental e fixava, de modo provisório, os seus limites, os quais apenas foram resolvidos de forma definitiva na segunda metade do século XIX, fato que fez com que o Rio Grande do Sul conservasse, ainda durante muito tempo, a sua função de posto avançado.

Curiosamente, Danilo Lazzarotto, em sua obra *História do Rio Grande do Sul*, acaba por não trazer informações acerca desse conflito específico, assim como de todos aqueles relativos a questão da Cisplatina, a não ser uma pequena

3 Também conhecida como Guerra contra Artigas ou Invasão Portuguesa de 1816.

menção onde expõe que “as nossas fronteiras só seriam definitivamente marcadas após as sangrentas lutas da conquista das missões (1801), das intervenções de D. João VI no Prata (1811 – 1812) e (1816 – 1820) e finalmente, da Guerra da Independência do Uruguai (1826 – 1828).” (LAZZAROTTO, 1971, p. 69).

Passamos agora para a representação do conflito exposto nas linhas de *A ferro e fogo*. Se segundo os registros historiográficos utilizados pelo romancista, a Segunda Guerra da Cisplatina inicia-se extraoficialmente “com o desembarque dos 33, em 19 de abril de 1825”, a declaração formal de guerra do Brasil a Buenos Aires apenas ocorrerá em “10 de dezembro de 1825.” (ROCHE, 1969, p. 16).

Já no que tange o romance de Josué Guimarães, a primeira referência ao conflito surge no diálogo entre João Carlos Mayer e Daniel Abrahão Lauer Schneider, quando o primeiro chega à Estância Jerebatuba, localizada nas bandas do Chuí, para buscar as mercadorias deixadas lá por Frederico Harwerther, e informa ao sócio que havia “gente lá de cima falando em guerra para estas bandas, o general Lavalleja querendo invadir o Brasil. O comando militar querendo fortificar Rio Grande, tudo isso cheirando mal”, e após um olhar de pavor do amigo, tenta acalmá-lo, complementando que “Bagé e São Gabriel é que parecem estar mais na mira dos castelhanos” (GUIMARÃES, 2006, p. 28)⁴.

Quando Harwerther surge dias depois, vindo das bandas orientais trazendo consigo mais uma vez as mercadorias contrabandeadas de Gründling, Herr Schneider acaba confirmando o que temia, visto que seu companheiro chegara muito afoito e apressado, considerando suspender as próximas remessas de mercadorias, dado que “havia enxergado movimento de tropas do outro lado e sentiu que alguma coisa de anormal estava acontecendo”, e “não estava gostando disso”, ainda mais tomado pelo medo de que “se os gringos descobrem. E pelo que sei eles já andam desconfiados ou alguém foi contar das sumacas desembarcando carga no Chuí.” (2006, p. 29). Tão prontamente as armas são descarregadas das suas carroças, foge para o leste, informando que “desta vez [voltará] pelas alturas de Jaguarão”, dizendo ainda não saber “se Mayer chegará em tempo de pôr a mão nessas duzentas espingardas.” (2006, p. 29).

Um caso digno de nota corresponde ao fato de ser justamente nesse momento, como agravante do prenúncio do conflito, que os Schneider descobrem fazer parte de uma rede de contrabando de armas, o que acaba agravando ainda mais o sentimento de desespero deles. Após a partida de Harwerther, Daniel Abrahão fica pensativo, e instantes depois, conclui que “pelo modo que notei em Harwerther, essa soldadesca deve ser mais de bandidos do que de soldados mesmo.” (2006, p. 31).

4 A partir das próximas citações, devido ao grande uso de *A ferro e fogo: tempo de solidão*, indicaremos apenas o ano de 2006 e a página da edição.

Desse modo, com a inserção de todos esses componentes, forma-se, no romance, o clima de prelúdio da guerra, em que as personagens localizadas geograficamente próximas do evento, mais especificamente no centro do corredor de tropas que liga Rio Grande à Cisplatina, são tomadas por diversos sentimentos atrelados ao medo, desespero e agonia.

A apreensão demonstrada no comentário de Daniel Abrahão acerca dos soldados acaba confirmando-se no amanhecer do dia seguinte, quando os Schneider são acordados, logo cedo, pelos berros de Juanito, agitado, “apontando freneticamente para o sul” (2006, p. 31). Nesse momento a família percebe “no horizonte o que parecia ser um exército, uma tropa de homens a cavalo, o paliteiro de lanças, [...] eram os gringos” (2006, p. 31).

Ao alcançarem a estância, dois dos soldados agarram Juanito e o jogam aos pés de um oficial, que prontamente “desembainhou a espada e bateu com ela [...] de prancha”, fazendo algumas perguntas ao “índio”, que ao final, ainda toma “um pontapé na boca”, e “uma coronhada no ombro” (2006, p. 32), que acaba deixando-o aleijado.

Os castelhanos, ainda não satisfeitos com o “índio” ensanguentado caído ao chão, continuaram com as agressões. Juanito passou a levar “pontapés dos que passavam e depois foi levado por outros até a figueira e lá amarrado com a corda no pescoço e mais uma vez surrado diante de Catarina que se guardava aos filhos.” (2006, p. 33). A maioria dos soldados, ao receberem ordem de seus oficiais para partirem, montaram em seus cavalos “em desordem, muitos deles carregando pequenos roubos, panelas, chaleiras, roupas de cama, sacos de farinha, o corote de cachaça trazido da colônia, enquanto a maioria levava as armas e as munições encontradas nos caixotes de Gründling” (2006, p. 33). Todavia, alguns dos soldados permaneceram estacionados por lá, acampados nos capotes próximos, como sentinelas.

Nesse primeiro contato dos Schneider com as tropas castelhanas, além de todos os abusos já citados, Catarina acaba sendo violentada durante à noite por um dos piquetes castelhanos que ficaram para trás, enquanto vigiava o poço onde seu marido estava escondido. Para desespero de Herr Schneider, ele ouve toda a ação, sem poder fazer nada para ajudar a sua esposa, em vista que obviamente seria descoberto pelo restante da tropa.

Nessa passagem fica nítido que Josué Guimarães, trazendo para o centro de seu romance a questão da “indisciplina das tropas estrangeiras estacionadas no Rio Grande do Sul”⁵, abordada por Roche (1961, p. 26, tradução nossa), busca, além de apresentá-la aos seus leitores por meio de episódios dramáticos criados como possibilidade histórica da época, também empreender a sua denúncia acerca

5 “[...] l’indiscipline des troupes étrangères stationnées dans le Rio Grande do Sul.”

das práticas militares corriqueiras do período ao representar o “grosso da tropa” como “uma gente balandronada, sem nenhuma disciplina, bêbados e arruaceiros.” (2006, p. 34), expondo suas ações nada heroicas que são, muitas vezes, exaltadas em celebrações de um suposto passado glorioso. Em outras palavras, podemos concluir com esse exemplo que a obra romanesca apresenta em suas linhas uma carga crítica muito mais profunda do que a encontrada nas obras historiográficas escritas de modo convencional, visto que essas, dentro de suas possibilidades, podem apenas trazer o relato de tais ações. Já *A ferro e fogo*, além das informações atreladas ao panorama do evento, também proporciona ao seu público os prováveis sentimentos que foram vivenciados pela população civil estabelecida em meio às disputas.

Assim, seguindo a concepção de Bosi (1996, p. 14), o romancista, “homem de ação”, se põe na posição de instrutor, interferindo diretamente na trama social onde está inserido, julgando-a e, frequentemente, esforçando-se para alterá-la, combatendo e repelindo os antivalores existentes, visto que “o valor é objeto da intencionalidade da vontade, é a força propulsora das suas ações. O valor está no fim da ação, como seu objetivo; e está no começo dela enquanto é sua motivação.”. Ou, em outras palavras, os valores são, ao mesmo tempo, a razão pela qual o escritor constrói a sua obra, e o fio condutor a ser seguido no desenvolver de sua trama.

Retornando à nossa análise, os movimentos de avanço e recuo continuam, “os castelhanos passaram de volta e sumiram” (2006, p. 39), fugindo do avanço das tropas imperiais, não sem deixar suas marcas durante a retirada, na qual José Mariano, dono da estância vizinha, foi o que teve menos sorte. Quando Juanito, tomado por um mau presságio, foi até a Medanos-Chico em busca de sua amada Ceji, percebeu que “os castelhanos haviam arrasado tudo, a casa central em chamas, galpões já em cinzas”, enquanto o proprietário havia sido “atirado sobre um canteiro, a roupa em frangalhos, o pescoço cortado de orelha a orelha.” (2006, p. 80). Tais práticas violentas, seguindo os registros historiográficos, não apenas aconteceram durante o período oficial da guerra, como tiveram continuidade mesmo com o término do conflito, uma vez que Roche dá conta de que “mesmo reconquistada a paz interna, o Rio Grande do Sul ainda foi agitado pela questão da fronteira meridional”, em vista que

o refluxo de 1828 deixara em território uruguaio estabelecimentos brasileiros, cujos proprietários se queixavam de ser maltratados. Em 1849, após incursões mais graves que de costume, o estancieiro brasileiro F. P. de Abreu, com sua gente, lançou uma expedição contra os uruguaios, que responderam. Nem as medidas adotadas, nem negociações diplomáticas diminuíram a tensão. (ROCHE, 1969, p. 18).

Apenas em 1851 a fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai foi definitivamente fixada, fato que, conforme podemos observar no anexo 3, também chamou a atenção do romancista.

Como resultado de tais movimentos, surgiram então, na Estância Jerebatuba, “novos soldados vindos do norte [...] envergando outros uniformes, [...] eram soldados brasileiros” (2006, p. 40, 41), todavia, com práticas e posturas muito semelhantes às de seus inimigos. Esses novos combatentes também levantaram acampamento nas terras dos Schneider, alimentaram-se de seu gado, e deixaram um rastro de destruição por todos os lados.

O caso mais grave de violência promovida pelos brasileiros recaiu mais uma vez sobre Catarina, que tornou a ser violentada, porém, dessa vez, por dois piquetes do exército imperial, o que leva os moradores da estância a concluírem, assim como a maior parte dos leitores, que as diferenças existentes entre o exército castelhano e o imperial se resumem ao idioma falado e ao uniforme trajado, pois suas condutas são basicamente as mesmas. Além do mais, a representação desses eventos serve também para demonstrar ao público de *A ferro e fogo* que o conflito não diferenciou alemães de portugueses, “índios”, negros e castelhanos, uma vez que todos acabam tornando-se “reféns das condições sociais vigentes no segundo quartel do século XIX, no Rio Grande do Sul” (BOCCHESI; ARENDT, 2011, p. 132), não sendo possível escaparem de tais conjunturas.

Acerca desse constante avanço e retirada de tropas, o narrador da ficção, indo ao encontro da perspectiva do historiador francês, que explica que “o fluxo e refluxo dos exércitos inimigos varreram o Rio Grande do Sul” (ROCHE, 1969, p. 16), manifesta que “os piquetes avançados dos castelhanos invadiam a terra gaúcha, eram enxotados pelos batalhões que partiam de Rio Grande. Arrebanhavam mais soldados, corriam os brasileiros. A terra de ninguém era, ora de um, ora de outro bando” (2006, p. 42). Representando tal cenário, o romancista busca trazer da obra historiográfica para seu romance, além de elementos que confirmem o “papel de posto avançado” do Rio Grande do Sul, também que “a Segunda Guerra da Cisplatina se encontrava numa fase sombria” (ROCHE, 1969, p. 17), visto que no período o próprio imperador D. Pedro I, preocupado com a situação, resolve deslocar-se para os campos de batalha do sul, com o intuito de dar uma atenção maior aos acontecimentos.

Em meio aos combates, estabelecidos no centro do corredor das tropas, continuava a família Schneider, tentando a todo custo sobreviver, relegando, inclusive, a sua própria dignidade, com Daniel Abrahão vivendo sem ver a luz do sol, entocado como bicho em seu velho poço, Catarina constantemente “violentada pelos soldados das duas bandas” (2006, p. 44), e o fiel índio, Juanito, aleijado de tanto apanhar dos soldados castelhanos e brasileiros em virtude de não revelar o esconderijo de Herr Schneider. Em São Leopoldo, nesse ponto da narrativa romanesca, a situação não se mostra tão diferente, todavia, lá os imigrantes travam outras batalhas, estas contra os elementos da natureza, os povos

nativos, os “tigres”, as doenças e, sobretudo, contra o desamparo do governo.

Desse modo, Josué Guimarães, ao reduzir o ser humano à mais baixa condição existencial, sem deixar a ele a menor possibilidade de êxito diante das severas condições históricas de seu tempo, a não ser pelos pequenos triunfos em sua luta diária pela sobrevivência frente aos eventos turbulentos que o apanham, transpassa mais uma vez ao leitor de *A ferro e fogo* que os acontecimentos do período, longe do controle de qualquer indivíduo, acabaram por atropelar as histórias individuais e penetraram de maneira violenta no ambiente familiar, como, por exemplo, no caso dos Schneider. Eles tiveram os seus sonhos de um recomeço em uma nova terra estilhaçados à medida que as suas lavouras foram destruídas pelo pisotear dos cavalos, queimadas pela ação dos soldados, seus rebanhos saqueados e abatidos para alimentar os exércitos, e sua dignidade roubada pelas ações truculentas dos combatentes. Não obstante, tais episódios também acabaram por impactar profundamente nas faculdades mentais das personagens, as quais adquiriram traumas dos quais as suas marcas serão carregadas para o resto de suas vidas.

Outro elemento importante acerca da Segunda Guerra da Cisplatina que foi abordado por Roche e, posteriormente, inserido por Josué Guimarães na narrativa de *A ferro e fogo*, diz respeito à incorporação e à participação, nas fileiras do exército imperial, dos “batalhões de mercenários alemães e mesmo unidades de voluntários alemães, recrutados na Colônia de São Leopoldo” (ROCHE, 1969, p. 16). Essas unidades militares são constantemente referenciadas no romance, sobretudo, por meio do contato de alguns de seus integrantes, durante as suas constantes idas e vindas no Chuí, com a família Schneider. Destes, podemos destacar a participação de João Carlos Mayer e Valentim Oestereich, por meio dos quais surge na narrativa de ficção as questões voltadas ao dia a dia do batalhão de alemães, os horrores dos combates, os abusos cometidos pelos oficiais do império, e a relação dos teutos com os soldados brasileiros.

A primeira referência à Companhia de Voluntários Alemães surge no romance ao final do terceiro capítulo de *Tempo de solidão*, onde o narrador (2006, p. 48) discorre que “Hillebrand, médico de bordo que um dia chegara ao Brasil recomendado à Imperatriz Leopoldina, enche-se de brios com a Guerra Cisplatina, os castelhanos invadindo território brasileiro, agora também terras de seus patrícios que continuavam a chegar regularmente”. Dessa forma, preocupado com a situação, ao mesmo tempo em que busca demonstrar a sua lealdade e de seus conterrâneos ao império, “redige um memorial endereçado ao Brigadeiro Salvador José Maciel, colocando os alemães a serviço da causa nacional. Trinta e sete colonos marchariam como voluntários para os campos de batalha.”. Todavia, para sua surpresa, “o presidente achou pouco”, então,

em tom de denúncia, a narrativa prossegue, e apresenta a informação de que “finalmente havia cinquenta deles, treze dos quais no laço, arrancadas das suas mãos as enxadas e colocadas no lugar delas velhas espingardas de carregar pela boca.”. Desse modo, Josué Guimarães, já na primeira alusão à Companhia de Voluntários Alemães, busca apresentar a sua crítica quanto ao recrutamento forçado dos colonos alemães.

No que concerne, segundo os registros historiográficos, ao envolvimento do Dr. Hillebrand na formação do batalhão com alemães, assim como ao recrutamento forçado de colonos, Roche (1969, p. 96) dá conta de que

o Diretor da colônia [...] preferia prevenir as perturbações a ter de reprimilas [...] expulsou os maus sujeitos de sua colônia. [...] Quanto os mais temíveis perturbadores da ordem, aos que se chamava por eufemismo “os solteiros”, reuniu-os numa “Companhia de Voluntários alemães”, outro eufemismo, engajado na Segunda Guerra Cisplatina.

De modo a exemplificar essa questão no romance, podemos trazer o caso de João Carlos Mayer, o qual, ao ser flagrado transportando “muitas armas contrabandeadas” (2006, p. 48) para o seu negócio com Gründling, acaba sendo enviado pelas autoridades imperiais, como forma de punição, para as fileiras do Companhia de Voluntários Alemães.

Josué Guimarães narra também as humilhações passadas pelos imigrantes durante os treinamentos militares, apontando que os mesmos recebiam severos castigos pelo menor dos deslizes, como por exemplo, pelo simples fato de os “voluntários” não compreenderem “as ordens dadas em português” (2006, p. 48).

Outra circunstância que vem à tona no romance por meio de Mayer são as punições aplicadas pelo comando do exército em momentos de tensão, como nas derrotas. Tal situação é apresentada quando a personagem presencia os oficiais levando alguns soldados, previamente selecionados, para uma coxilha próxima ao acampamento. Dentre esses homens, cinco faziam parte do corpo de lanceiros alemães. Ao chegarem ao local escolhido, “um oficial com um papel na mão citava o nome de um homem, este era carregado uns vinte passos adiante, tiravam-lhe a túnica, era obrigado a ajoelhar-se e baixar a cabeça, levando dez chibatadas. A tropa inteira assistia o castigo em um silêncio mortal.” (2006, p. 74). Um dos soldados alemães que fora castigado não aguentou tamanha humilhação, e pouco tempo após o ocorrido “se enforcara de vergonha” (2006, p. 75).

Se de início Hillebrand não apenas é a favor, como também ajuda a compor o corpo da Companhia de Voluntários Alemães com colonos retirados de São Leopoldo, após receber as notícias acerca desses abusos, fica “revoltado com o tratamento que estava sendo dado aos seus homens [e] escreve outro memorial ao presidente da Província, historiando os vexames, os sacrifícios, as chibatadas,

como se fossem negros escravos” (2006, p. 49). Assim o romance evidencia que o tratamento que era até então destinado aos negros do exército imperial acabou se perpetuando, estendendo-se aos soldados germânicos, que apesar de serem brancos, livres e pequenos proprietários de terra, eram muitas vezes vistos como cidadãos de segunda classe, e acabavam sofrendo o mesmo tipo de abuso por parte do poder constituinte, composto, sobretudo, por lusos e luso-brasileiros.

Por meio dessa passagem, Josué Guimarães apresenta a sua denúncia ao *modus operandi* do império, que além de agir de modo desumano com os membros de seu exército, não cumpriu com a cláusula do contrato que previa a isenção “de toda a prestação de serviço pelo espaço de dez anos” (ROCHE, 1969, p. 95). Além disso, o romancista também confronta a história tradicional do período, demonstrando por meio de sua narrativa que não existem glórias a serem alcançadas nos combatentes, uma vez que a esses soldados, “cidadãos comuns”, resta apenas o anonimato, visto que o reconhecimento dos grandes feitos se aplica apenas às grandes lideranças do conflito, ou, segundo as palavras de Rettenmaier (2006, p. 122), “os vitoriosos já dividiram o espólio dos combates e às minorias resta a injusta posição de coadjuvantes nas grandes decisões ou de espectadoras, ou ainda, mormente, de vítimas da história”.

Seguindo ainda nessa concepção, como resultado, o romancista desmitifica e desconstrói qualquer tipo de ufanismo relacionado ao conflito, seja os proporcionados pela história tradicional, produzida por autores ligados ao IHGRGS, sejam aqueles atrelados aos festejos de datas comemorativas. Isso ocorre, principalmente, por Josué Guimarães fundamentar a sua narrativa na realidade histórica, proceder a uma releitura, e reinseri-la na sociedade, sem adjetivá-la, uma vez que a sua função não é essa. Assim, o literato, além de questioná-la, emprega a sua denúncia em questões que acha serem necessárias. Um exemplo disso ocorre quando o autor representa o exército imperial brasileiro do período, e sem nenhum tipo de enaltecimento, expõe que o mesmo era composto, em sua maioria, por uma

mistura de paisanos, vaqueanos da região, peões de estância, desertores com indulto e gente agregada pelo caminho, mais parecia um bando de malfeitores. Não havia disciplina nem fardamento, cada um armado com o que havia conseguido, espingardas velhas, espadas enferrujadas, lanças e adagas. (2006, p. 69).

Além do mais, o romancista denuncia e desconstrói também lideranças históricas, como, por exemplo, o general Alvear, herói argentino, descrito por Peter Sen Ludwig, personagem fictícia que na trama contracenava com Mayer, como “homem violento. [...] No saque de Bagé deixara que a tropa saqueasse as casas e violentasse as mocinhas. Ele mesmo participara da festa, mandando

buscar, à força, meninas para a sua carruagem. [...] E nem é tão valente como dizem.” (2006, p. 71). Ademais, vai mais longe, satirizando-o, pois ainda através de Ludwig, narra que uma das meninas “conseguiu derrubar o homem da carroça, nu em pelo, fugindo campo afora. Ele ficou possesso diante dos soldados que riam daquela cena.” (2006, p. 71).

Com o término do conflito, as críticas do romancista não cessam, uma vez que então ele as direciona para à desorganização do governo brasileiro em relação à desmobilização das tropas, fator que acabou gerando diversos problemas sociais relacionados à alta da criminalidade e à desordem, não apenas na Província de São Pedro, mas também na Província da Cisplatina, onde segundo relato de Oestereich, os soldados ficaram por meses para os lados de Montevidéu, “vadiando [...] correndo atrás de mulheres tresmalhadas”, as quais “andavam aos magotes pelos arredores dos povoados, seguindo rastro das tropas desmobilizadas.” (2006, p. 98).

Já quanto aos efeitos da desmobilização em território nacional, a situação não poderia ser diferente, visto que quando estes chegam a Porto Alegre, passam a recair sobre as personagens do romance moradoras da capital. Gründling, por exemplo, relata ao Dr. Hillebrand que

soldados [iam] passando em bandos, arruaceiros, desmobilização sem ordem e nem comando, os botecos regurgitando de bêbados, os armazéns pilhados, sacos de mercadorias levados nas garupas dos cavalos, ladrões fugindo a toda brida campo afora, desaparecendo por veredas e picadas, matos e rios. [...] Ladrões fardados, ladrões de chiripá. [...] os heróis de Bagé, os heróis do saque. Os valentes guerreiros do Passo do Rosário, os bravos marinheiros do Monte Santiago. (2006, p. 97).

Outro exemplo trazido no romance, também atrelado a Gründling, surge quando o comerciante, como de praxe, sai à noite em direção ao velho casarão da Rua da Ladeira, em busca de diversão, e antes mesmo de entrar, já percebe um cheiro muito forte de urina na entrada, e ao notar a presença de Isabela, a questiona se “os [seus] fregueses ainda não aprenderam a mijar senão aí na parede de fora, nunca viram uma latrina na vida deles, os porcos?” (2006, p. 129). A proprietária tenta acalmá-lo, dizendo que “todo o mundo havia voltado da guerra como uns animais” (2006, p. 129), e oferece uma de suas mais belas garotas, que usava um perfume importado. Porém, a moça estava anteriormente acompanhando um dos combatentes desmobilizados, que não ficou satisfeito com a situação, e foi até o reservado onde estava Carlos para tirar satisfação, e após alguns insultos, partem para o confronto físico. Vendo a situação, a paraguaia expulsa o militar baderneiro e os seus companheiros. Todavia, ao invés de irem embora, ficaram tentando por diversas vezes, sem sucesso, arrombar a porta de entrada do local. Mais tarde da noite, quando Gründling resolve ir embora, já próximo a sua casa, “viu-se frente

a frente com o soldado em quem batera. Atrás dele, armados de bastões, mais quatro amigos.” (2006, p. 132), e após tentar puxar a sua faca do colete para se defender, já sentiu os impactos das agressões. Quando retomou a consciência, estava sendo carregado por estranhos, que o deixaram na porta de sua mansão.

Assim, Josué Guimarães passa a apresentar mais uma vez na narrativa de seu romance o *modus operandi* do governo imperial, e as suas consequências, visto que este, além de subjugar a sua população para lutar à força pelos seus interesses sem dar a ela nada em troca, ao término da guerra, os desmobiliza, descartando-os e lançando-os à margem da sociedade, uma vez que não demonstram nenhum tipo de preocupação quanto a sua reintegração, o que acaba por gerar inúmeros problemas dentro da esfera social nas cidades, entre os quais, o considerável aumento da criminalidade.

CONCLUSÃO

Por meio das constantes análises feitas por nós dos diversos trechos do romance trazidos e comparados com as obras historiográficas, podemos observar na narrativa de *A ferro e fogo* o processo de ressignificação da história e a busca constante pela desconstrução ideológica – seja de qual lado do conflito for – acerca da Guerra da Cisplatina, já que, ao apresentar aos leitores as personagens envolvidas no embate como bêbados, baderneiros e bandoleiros, o romancista acaba não deixando espaço para o surgimento de heróis, pelo contrário, uma vez que pode-se notar por meio da narrativa que após o retorno das tropas apenas o que o evento proporcionou foi a desumanização e marginalização de seus participantes. O autor também representa as consequências trazidas pelas fronteiras móveis, principalmente nas populações locais, visto que é sobre elas que recaem os maiores dramas, como assassinatos, roubo a propriedade, estupros, destruição de plantações, confisco de gado, além de inúmeros outros tipos de humilhações e abusos praticados pelos soldados de ambos os exércitos.

Indo ao encontro dessa concepção, e distante de atribuir qualquer sentido de epicidade, o romancista chega inclusive a representar o conflito, em alguns momentos, com um tom muito próximo ao da comédia. Um exemplo disso ocorre no momento em que Gründling cita à cafetina Isabela que na “Batalha do Passo do Rosário muitos soldados fizeram as necessidades nas calças, não dava tempo de procurar uma árvore, qualquer macega, um sargento que fizera isso saíra todo chamuscado, os gringos haviam tocado fogo no campo.” (2006, p. 130).

Em última análise, Josué Guimarães, ao empreender na narrativa de *A ferro e fogo: tempo de solidão* as suas críticas referentes à Guerra da Cisplatina, apropriando-se de elementos historiográficos, mostra-se capaz de representar questões que não são apresentadas nas obras historiográficas analisadas aqui,

além de narrar ao seu público, seguindo as possibilidades históricas do período, um panorama mais amplo, não apenas envolvendo o conflito propriamente dito, mas também todos os seus reflexos na sociedade, sejam eles físicos ou psicológicos, incluindo aqueles que transcendem o período oficial de duração das hostilidades, diretamente ligados à vida dos cidadãos comuns.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BOCCHESI, Marcell. ARENDT, João Cláudio. Sobre cabarés, figurões e prostitutas em A ferro e fogo I, de Josué Guimarães. *Conexão – Comunicação e Cultura*, Caxias do Sul, v. 10, n. 19, p. 127-149, jan./jun. 2011.

BOSI, Alfredo. Narrativa e resistência. *Itinerários*, Araraquara, n. 10, p. 11-27, 1996.

CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Trad. de Cristina Antunes. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. Trad. de George Schlesinger. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

GUIMARÃES, Josué. *A ferro e fogo: tempo de solidão*. 15. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2012.

LAZZAROTTO, Danilo. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 1971.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

RETTENMAIER, Miguel; REMÉDIOS, Maria Luíza Ritzel. Josué Guimarães, um revisor da História. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 2, n. 1, p. 117-126, jan./jun. 2006.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica*. Trad. de Claudia Berliner. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: a configuração do tempo na narrativa de ficção*. Trad. de Claudia Berliner. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b.

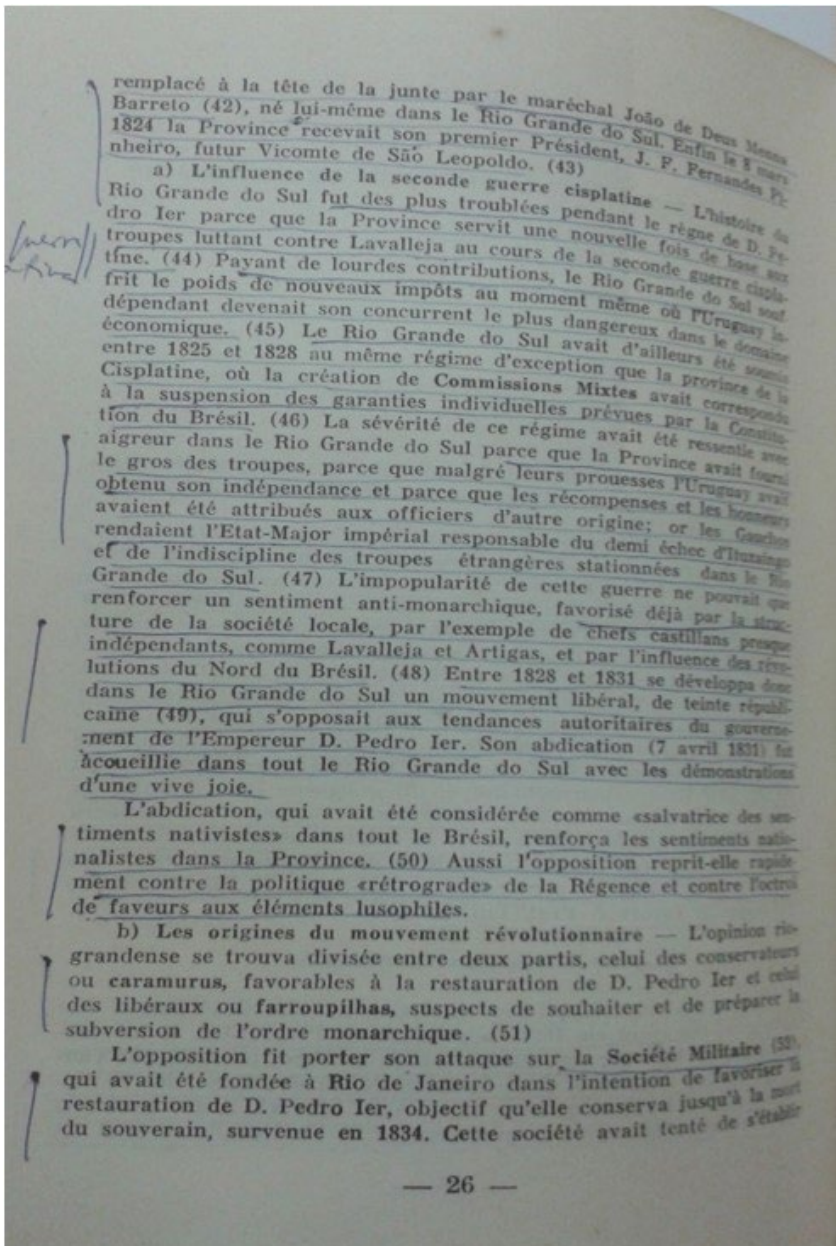
ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, vol. I.

ROCHE, Jean. *L'administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847*. Porto Alegre: Universidade do Rio Grande do Sul / Faculdade de Filosofia, 1961.

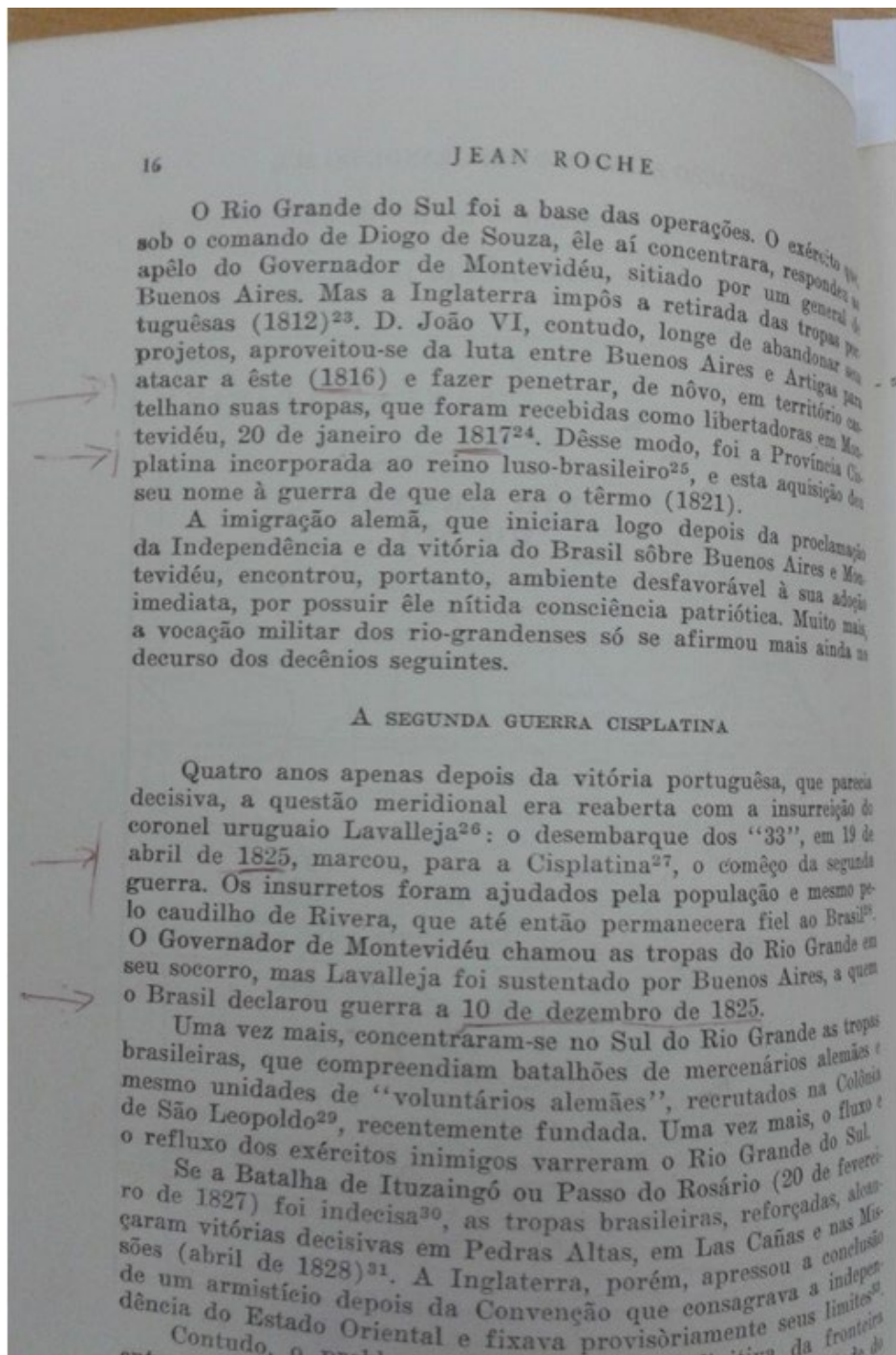
TRESPACH, Rodrigo. *A batalha do Passo do Rosário (1827)*. Disponível em: <<http://www.rodrigotrespach.com/2014/02/19/a-batalha-do-passo-do-rosario/>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Anexos

Anexo 1



Anexo 2



Anexo 3

As rivalidades que dividiram as antigas colônias espanholas depois de sua libertação, possibilitaram a realização do sonho da Coroa luso-brasileira⁶: pela anexação da Província Cisplatina ao Brasil, este estendia sua fronteira ao Rio da Prata. A delimitação entre a nova província e a do Rio Grande já não era senão uma questão administrativa. Por motivos de pura contingência, foi traçada favorecendo a Cisplatina⁷. Partindo do Chuí, seguia ao longo da costa da Lagoa Mirim, subia às fontes do Rio Negro, encontrava o Vale do Quaraí, que ela seguia até o Uruguai. A zona compreendida entre o Quaraí e Arapeí, povoada de luso-brasileiros, foi des-tacada do Rio Grande do Sul. Assim permaneceu quando a fronteira meridional do Rio Grande se tornou a do Brasil, pela Convenção de 1828, que reconhecia a independência do Estado Oriental do Uruguai⁸.

Só em 1851 a fronteira do Rio Grande com o Uruguai é fixada definitivamente⁹. Partindo do Chuí, estende-se ao longo da margem ocidental da Lagoa Mirim, sobre a qual os brasileiros tinham o privilégio da navegação, segue o Vale do Rio Jaguarão, atinge a linha de crista da Coxilha de Santana, depois o Vale do Rio Quaraí e do Rio Uruguai. São, exceto alguns pormenores, os limites de 1828, que

S OBRE O ORGANIZADOR



Douglas Orestes Franzen

Doutor em História pela Universidade de Passo Fundo. Estágio de Pesquisa na RWTH Aachen, Alemanha, com bolsa de pesquisa do DAAD, Doutorado Sanduíche na Pontificia Universidad Catolica de Chile. Pesquisador e escritor da história da (i)migração e colonização alemã/teuto-brasileira)

Contato: douglas@uceff.edu.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

- A ferro e fogo 7, 140, 141, 143, 145, 147, 148, 149, 153, 154
Agricultura 7, 33, 73, 89, 94, 96, 100, 101, 104, 108, 110, 112, 116, 125
Alemanha 5, 9, 16, 18, 19, 22, 24, 25, 31, 34, 35, 40, 44, 47, 49, 51, 52, 53, 54,
57, 58, 60, 61, 62, 80, 96, 97, 98, 101, 102, 103, 105, 106, 109, 119, 121,
122, 123, 124, 125, 130, 132, 133, 135, 138, 159
Alemão 6, 10, 13, 19, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45,
46, 47, 49, 50, 51, 52, 69, 80, 81, 88, 91, 93, 98, 115, 120, 121, 122, 123,
129, 130, 131, 133, 135, 136
Arquitetura 28, 54, 71, 73, 92, 93, 104
Associativismo 31, 32, 95
Atividades agrícolas 101, 113

B

- Barão 6, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 84
Brasil 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 30,
34, 35, 36, 38, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57,
58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 75, 76, 77, 83, 87, 95,
96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 110, 111, 112, 113, 114, 115,
116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 133, 135, 136,
137, 138, 142, 143, 144, 145, 149

C

- Campanha de Nacionalização 118, 126, 134
Católicos 50, 56, 65, 69, 88, 93
Cecilianismo 57, 58, 69, 70
Colônias 11, 12, 48, 50, 101, 108, 112, 121, 125, 126, 127, 128, 132, 133
Colônias alemãs 50, 112, 132
Colonização 5, 6, 7, 9, 11, 12, 17, 27, 29, 30, 46, 47, 48, 49, 54, 86, 87, 93, 95,
96, 97, 100, 108, 109, 110, 111, 112, 117, 118, 120, 125, 126, 128, 134,
136, 140, 141, 144, 154, 159
Colonizadora 99, 105
Comunidade 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 35, 39, 40,
41, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 68, 69, 74, 75, 77, 80, 85, 86, 89, 100,
101, 104, 108, 115, 116, 128, 129
Confissão Luterana 47, 48, 49, 55
Congregação 6, 9, 10, 13, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 61, 62, 68, 69

Congregação das Irmãs Escolares 9, 10, 13, 17, 24, 25, 26, 27
Correio de São Leopoldo 7, 118, 119, 120, 124, 125, 126, 127, 129, 135
Cultura 7, 11, 12, 15, 19, 25, 27, 30, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 47,
49, 50, 51, 52, 54, 73, 77, 78, 80, 83, 84, 85, 86, 89, 93, 108, 110, 113,
115, 116, 118, 126, 127, 128, 130, 131, 133, 136, 137

D

Descendência 13, 92, 129, 130, 131, 132, 134
Descendência alemã 13, 131, 134
Descendentes 5, 7, 10, 11, 13, 19, 20, 25, 26, 32, 39, 42, 44, 73, 74, 76, 77, 90,
92, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124,
125, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 135
Deutscher 32, 33, 34, 35, 38, 45, 46
Deutschtum 30, 31, 51, 52, 53, 54

E

Educação 9, 13, 20, 21, 27, 46, 62, 73, 74, 83, 95, 117
Empreendedorismo 110, 113, 114
Endogamia 128, 129, 132, 133, 134
Ensino 6, 7, 12, 13, 18, 20, 25, 27, 29, 33, 34, 35, 39, 40, 43, 44, 45, 49, 73, 77,
79, 80, 81, 83, 96, 114, 118, 119
Epidemia de tifo 49, 100
Escola alemã 12, 33, 39
Escolarização 6, 18, 77, 79, 80, 82, 83
Escolas étnico-comunitárias 6, 76, 77, 78, 79, 83
Espírito alemão 39, 40, 44
Estado Novo 6, 7, 19, 20, 21, 45, 55, 118, 119, 120, 121, 125, 127, 134, 135,
136, 137
Evangélicos 33, 53, 80, 88

F

Fé 49, 50, 59, 61
Fritz Plaumann 7, 54, 96, 97, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

G

Germânico 38, 43, 70
Germanismo 30, 31, 32, 42, 50, 136
Getúlio Vargas 13, 19, 52, 118, 137
Guerra da Cisplatina 7, 140, 142, 144, 145, 148, 149, 153
Guerra do Paraguai 140, 142

H

Hilfsvereinschule 6, 29, 33, 37, 39, 40, 43, 44
História 9, 26, 27, 28, 29, 40, 45, 46, 47, 55, 64, 71, 73, 74, 83, 84, 96, 109,
110, 113, 114, 116, 117, 118, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 143, 144, 154,
159

I

- Identidade 5, 6, 11, 18, 29, 31, 35, 37, 43, 45, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 93, 97,
108, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 131, 133, 135, 136, 137
- Ideologia 10, 30, 31, 35, 50, 55
- Igreja 10, 12, 15, 16, 18, 22, 23, 25, 47, 48, 49, 50, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 64,
69, 82, 93
- Igreja Católica 10, 12, 15, 16, 22, 25, 56, 59, 64, 69, 82
- Igreja Evangélica 47, 48, 49, 50, 55
- Imigração alemã 5, 6, 7, 10, 32, 52, 54, 55, 73, 76, 83, 108, 112, 113, 115, 117,
131, 137
- Imigrantes 5, 7, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 25, 27, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 39, 41, 44, 46,
48, 49, 51, 54, 73, 74, 75, 76, 77, 83, 85, 86, 92, 93, 96, 97, 99, 101, 106, 108,
110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124,
125, 126, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 135, 137, 140, 142, 148, 150
- Integração 54, 86, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 123, 124, 125,
129, 137, 141
- Irmãs da Divina Providência 17, 21

J

- Josué Guimarães 7, 140, 141, 143, 145, 146, 149, 150, 151, 153, 154

L

- Língua 7, 11, 12, 13, 18, 25, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 45,
48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 61, 63, 68, 69, 70, 71, 79, 82, 83, 91, 92,
93, 110, 113, 115, 119, 123, 127
- Luteranismo 50, 56

M

- Memórias 27, 45, 65, 69, 74, 85, 91, 131
- Mercado de trabalho 7, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116
- Mimesis 140, 141
- Miscigenação 30, 120, 122, 125, 129, 131, 133
- Missionárias 18
- Música religiosa 56, 58, 62, 68, 70
- Música Sacra 57, 58, 60, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72

N

- Nacionalismo 6, 30, 35, 36, 37, 42, 46, 47, 52, 66, 120
- Nacionalismo alemão 30, 35
- Nacionalização 6, 7, 18, 19, 25, 27, 29, 35, 43, 45, 51, 52, 55, 119, 121, 123,
125, 126, 127, 128, 131, 135, 137
- Nacionalização do ensino 6, 18, 25, 27, 29, 35, 43, 45
- Nazismo 122, 123
- Nova Teutônia 6, 7, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103,
104, 105, 106, 107, 108

Núcleo 6, 9, 10, 12, 18, 22, 25, 27

P

Pertencimento 6, 29, 34, 37, 44, 47, 51, 54, 83, 101, 115, 131

Pio X 57, 58, 59, 60, 64, 67, 69, 71

Plaumann 7, 54, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Políticas nacionalizadoras 118

Primeiros imigrantes alemães 7, 110

Professor 12, 13, 33, 63, 68, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 101, 104

Publicações 57, 64, 65, 67

R

Religião 16, 18, 24, 27, 47, 49, 51, 61, 79, 80, 83, 89, 93, 101

Religiosas 5, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 53, 59, 60, 68, 69, 70, 93

Religiosos 6, 10, 15, 16, 17, 22, 23, 52, 53, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 85, 88

Resistência 6, 36, 47, 53, 60, 135, 139, 154

Restauração Musical Católica 6, 56, 57, 61, 63, 68, 70

Rio Grande do Sul 6, 7, 12, 16, 19, 21, 26, 27, 29, 31, 32, 40, 45, 46, 48, 52, 73, 74, 76, 77, 79, 84, 85, 86, 87, 89, 95, 96, 97, 99, 100, 108, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 119, 127, 133, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 146, 147, 148, 154

Romance histórico 7, 139, 154

Romantismo alemão 6, 29, 36, 37, 44

S

Santa Catarina 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 21, 25, 26, 27, 28, 47, 48, 50, 52, 68, 95, 96, 97, 99, 107, 108, 109, 110, 136

Santo Cristo 6, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 95

São Leopoldo 7, 30, 32, 46, 55, 70, 76, 83, 84, 86, 87, 108, 111, 118, 119, 120, 124, 125, 126, 127, 129, 131, 132, 133, 135, 137, 140, 144, 148, 149, 150

Segunda Guerra Mundial 6, 19, 38, 47, 52, 53, 54, 105, 119, 121, 136

T

Teuto-brasileiro 30, 34, 54, 129, 133

V

Vale do Rio dos Sinos 7, 117, 119, 132, 133, 134, 135

